

# A mediação no campo jurídico:

Arte e técnica como alternativa à resolução dos conflitos familiares.

Arkeley Xênia Souza da Silva





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ARKELEY XÊNIA SOUZA DA SILVA**

**A MEDIAÇÃO NO CAMPO JURÍDICO:**

Arte e técnica como alternativa à resolução de conflitos familiares

**NATAL – RN  
2018**

ARKELEY XÊNIA SOUZA DA SILVA

**A MEDIAÇÃO NO CAMPO JURÍDICO:**

Arte e técnica como alternativa à resolução de conflitos familiares

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, com concentração na área Dinâmicas Sociais, Práticas Culturais e Representações.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lore Fortes

NATAL - RN  
2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Sistema de Bibliotecas – SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Silva, Arkeley Xênia Souza da.

A mediação no campo jurídico: arte e técnica como alternativa à  
resolução de conflitos familiares / Arkeley Xênia Souza da Silva.  
- 2018.

119f.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Pós-graduação em  
Ciências Sociais. Natal, RN, 2018.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lore Fortes.

1. Conflitos Familiares. 2. Mediação. 3. Campo Jurídico. I.  
Fortes, Lore. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 316.812.1:34-042.3

**ARKELEY XÊNIA SOUZA DA SILVA**

**A MEDIAÇÃO NO CAMPO JURÍDICO:**

Arte e técnica como alternativa à resolução de conflitos familiares

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Lore Fortes

Orientadora: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Homero de Oliveira Costa

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Lincoln Moraes de Souza

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Thadeu de Sousa Brandão

Instituição: Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Djason Barbosa Cunha

Instituição: Universidade Potiguar

NATAL- RN  
2018

**Aos meus pais:**

Bosco Martiniano e Miriam Souza

Que fazem do ato de educar um sinônimo de viver.

Uma emoção que jamais será traduzida em palavras. Vocês são o meu tudo.

Amo vocês!

**Ao meu avô:**

José de Souza Filho (*In memoriam*)

Suas atitudes foram verdadeiros exemplos para todos aqueles que conviveram em sua companhia. Fui abençoada!

## AGRADECIMENTOS

- À Deus, pela proteção e por guiar os meus passos, sempre.. e em especial ao longo dessa jornada. Sou abençoada em poder contar com a sua bondade e misericórdia;
- Aos meus pais e meus irmãos. Vocês conhecem minhas fraquezas. E sempre estão ao meu lado, fazendo parte de cada instante, constituindo-se o alicerce da minha própria existência. As palavras não conseguem expressar o meu imenso agradecimento pela atenção e dedicação. Em especial, terem respeitado a minha ausência, por tempos, do convívio familiar, no período da construção desta pesquisa. A vocês dedico toda a minha existência.
- À Prof.<sup>a</sup> Dra. Lore Fortes, procuro adjetivos que a qualifique como tudo de mais sublime que surgiu em minha vida acadêmica. Deus não poderia ter me concedido honra maior do que conviver com uma das pessoas mais espirituosas, sensíveis e tranquilas, que já tive oportunidade de conhecer. Muito mais que uma orientadora, uma amiga que me permitiu a construção da pesquisa, acreditando na minha capacidade, apontando caminhos, decifrando minhas angústias e por se dispor de horas a me ouvir com muita paciência, um fio condutor de muitas discussões e reflexões conduzidas ao longo da pesquisa. Meu eterno agradecimento.
- A Adriana Câmara, obrigada pelo apoio e estímulo sempre presente. Você é uma força mística, neste tempo, neste sobrado que os sábios chamam de amizade e que nos ajuda a enfrentar os medos que sentimos. Meu muito obrigada.
- À equipe do CEJUSCS - Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, representado pelos mediadores, juízes e advogados;
- À equipe do NUPEMEC – Brasília, representado pelos juízes e funcionários técnicos.
- À Kátia Salgado, pela arte da capa. Sua amizade e luz são presentes de Deus.
- Aos amigos Otávio e Jefferson, do PPGCS/UFRN.
- À Banca Examinadora, Prof. Dr. Homero de Oliveira Costa; Prof. Dr. Lincoln Moraes de Souza; Prof. Dr. Thadeu de Sousa Brandão; Prof. Dr. Djason Barbosa Cunha, referenciais de docência, ética e profissionalismo.

## RESUMO

O aumento da litigiosidade na atualidade vem permitindo cada vez mais a busca por formas alternativas de solução de conflitos. A influência do Direito e do próprio Poder Judiciário nas práticas sociais fazem parte do fenômeno da judicialização das relações sociais, representando transformações de ordem jurídica e social, com a reorganização do próprio sistema, trazendo consigo uma pluralidade de relações sociais e jurídicas. Nesse cenário os conflitos passam como elemento integrador nas relações da humanidade. Um elemento de contato e fusão que age nas interações sociais sendo responsável pelas variadas formas de relações sociais. A complexidade existente nas relações pessoais, quando conectadas à explosão de litigiosidade e à crise da jurisdição, levam a considerar o sistema estatal deficitário, frente à ineficiência das tradicionais formas de resolução de conflitos existentes. Levando, consideravelmente, a atual perspectiva de resolução dos conflitos, tratados a partir de uma nova racionalidade. A família, nesse contexto, em virtude do dinamismo, composta por teias relacionais complexas entre seus membros, torna-se reflexo de subjetividade nas relações, sendo essencial buscar conhecimentos na Sociologia Jurídica. Diante desse cenário social de extrema conflitividade, o Conselho Nacional de Justiça, aprovou em 29 de novembro de 2010 a Resolução 125, instituindo a Política Judiciária Nacional de Tratamento adequado de Conflitos, incentivando, difundindo a sistematização e aprimoramento dos meios consensuais. Por seu turno, a mediação compreende uma das formas de resolução de conflitos permitindo a criação de um espaço público à prática dialógica. Nesse sentido, ao tomar como ponto de partida, dada perspectiva, a pesquisa, de caráter qualitativo; procura descrever como se estabelecem as práticas e representações sociais que caracterizam a mediação de conflitos no âmbito da família, incluindo revisão bibliográfica, pesquisa documental e de campo, aplicação de questionários nos setores CEJUSC/Natal e NUPEMEC/Brasília. Como resultado, ficou revelado que a mediação, como uma estratégia impulsionadora de transformação social, utiliza a arte do reencontro e do compartilhar, podendo ser um importante instrumento para a construção de um espaço de amadurecimento, através do diálogo, das relações que envolvem conflitos.

**Palavras-Chave:** Conflito. Mediação. Família. Campo Jurídico



## **ABSTRACT**

The increase of the litigiousness in the current time has been allowing more and more the search for alternative forms of solution of conflicts. The influence of the Law and the Judiciary itself in social practices are part of the phenomenon of the judicialization of social relations, representing legal and social transformations, with the reorganization of the system itself, bringing with it a plurality of social and legal relations. In this scenario conflicts become an integral element in the relations of humanity. An element of contact and fusion that acts in social interactions being responsible for the varied forms of social relations. The complexity of personal relationships, when connected to the explosion of litigiousness and the crisis of jurisdiction, leads one to consider the deficient state system in the face of the inefficiency of traditional ways of resolving existing conflicts. Taking, considerably, the current perspective of conflict resolution, treated from a new rationality. The family, in this context, by virtue of the dynamism, composed by complex relational webs between its members, becomes a reflection of subjectivity in the relations, being essential to seek knowledge in Legal Sociology. Faced with this social scenario of extreme conflict, the National Council of Justice approved on November 29, 2010 Resolution 125, instituting the National Judicial Policy for the adequate Treatment of Conflicts, encouraging, spreading the systematization and improvement of consensual means. In turn, mediation comprises one of the ways of conflict resolution allowing the creation of a public space to the dialogical practice. In this sense, when taking as a starting point, given perspective, research, of a qualitative and quantitative nature; The paper tries to describe how the social practices and representations that characterize conflict mediation within the family are established, including bibliographic review, documentary and field research, questionnaires applied in the CEJUSC / Natal and NUPEMEC / Brasília sectors. As a result, it has been revealed that mediation, as a driving force for social transformation, uses the art of reunion and sharing, and can be an important instrument for building a space for maturing, through dialogue, relationships involving conflicts.

**Keywords:** Conflict. Mediation. Family. Legal Field.

## **LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS**

CEJUSCS – Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania

CF – Constituição Federal

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPC – Código de Processo Civil

DPJ – Departamento de Pesquisas Jurídicas

DSC – Discurso do Sujeito Coletivo

FONAMEC – Fórum Nacional de Mediação e Conciliação

IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família

NUPEMEC – O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RAC – Resolução Alternativa de Conflitos

RAD – Resolução Alternativa de Disputas

TJ – Tribunal de Justiça

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Abordagem dos conflitos enquanto teoria explicativa.....	36
<b>Figura 2</b> – A multiplicidade de respostas possíveis ao conflito social.....	41
<b>Figura 3</b> – Ciclo de Políticas Públicas.....	50
<b>Figura 4</b> – Tripé representativo da Política Judiciária Nacional.....	53
<b>Figura 5</b> – Objetivos da Resolução nº 125/2010 .....	54
<b>Figura 6</b> – Formas de composição de conflitos .....	62
<b>Figura 7</b> – Processo litigioso x Processo de Mediação .....	65

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Série histórica da movimentação processual de 2009 a 2016.....	44
<b>Gráfico 2</b> – Casos novos por área de Justiça no Brasil.....	44
<b>Gráfico 3</b> – Casos pendentes por ramo de Justiça no Brasil.....	45
<b>Gráfico 4</b> – Casos novos por 100.000 habitantes por ramo de Justiça .....	45
<b>Gráfico 5</b> – Unidades Judiciárias de 1º Grau por ramo de Justiça .....	46
<b>Gráfico 6</b> – Número de Centros Judiciários de Conflito e Cidadania no Brasil.....	57
<b>Gráfico 7</b> – Centros Judiciários de Solução de Conflitos na Justiça Estadual, por tribunal.....	58
<b>Gráfico 8</b> – Distribuição evolutiva de CEJUSCS no Rio Grande do Norte.....	60
<b>Gráfico 9</b> – Quantitativo dos participantes da pesquisa.....	70
<b>Gráfico 10</b> – Distribuição das Categorias do DSC da questão 01 .....	77
<b>Gráfico 11</b> – Distribuição das Categorias do DSC da questão 02.....	81
<b>Gráfico 12</b> – Distribuição das Categorias do DSC da questão 03.....	87
<b>Gráfico 13</b> – Distribuição das Categorias do DSC da questão 04 .....	90
<b>Gráfico 14</b> – Distribuição das Categorias do DSC da questão 05.....	95
<b>Gráfico 15</b> – Distribuição das Categorias do DSC da questão 06.....	100

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – Distribuição das Comarcas no Rio Grande do Norte.....	59
---	----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Diferenças entre mediação e conciliação.....	64
<b>Tabela 2</b> – Objetivos Pedagógicos da Mediação .....	66
<b>Tabela 3</b> – Frequência das categorias relativas a questão 01 .....	76
<b>Tabela 4</b> – Frequência das categorias relativas a questão 02.....	80
<b>Tabela 5</b> – Frequência das categorias relativas a questão 03.....	87
<b>Tabela 6</b> – Frequência das categorias relativas a questão 04.....	90
<b>Tabela 7</b> – Frequência das categorias relativas a questão 05.....	94
<b>Tabela 8</b> – Frequência das categorias relativas a questão 06.....	99

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 OS PASSOS INICIAIS DE UMA TRAJETÓRIA EM BUSCA DO OBJETO DE PESQUISA .....	12
1.2 O OBJETO DE ESTUDO EM SUAS EXIGÊNCIAS.....	14
1.3 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	17
1.4 CONSIDERAÇÕES DE ORDEM TEÓRICA.....	20
1.5 O CAMINHO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	25
<b>2 UM PARALELO ENTRE OS LAÇOS FAMILIARES E A EXISTÊNCIA DOS CONFLITOS.....</b>	<b>28</b>
2.1 O CONFLITO: DAS DIVERGÊNCIAS ÀS OPORTUNIDADES .....	33
<b>3 POLÍTICA PÚBLICA E MEDIAÇÃO: CULTURA DA SENTENÇA PELA CULTURA DA PACIFICAÇÃO .....</b>	<b>41</b>
3.1 CULTURA DA JUDICIALIZAÇÃO NO JUDICIÁRIO E NA VIDA SOCIAL .....	42
3.2 A POLÍTICA PÚBLICA DE TRATAMENTO DE CONFLITO.....	48
3.3 A RESOLUÇÃO 125/2010 E A LEI DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS – LEI 13.140/2015 .....	52
3.4 A MEDIAÇÃO ENQUANTO MODELO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES .....	60
<b>4 DIMENSÃO QUALI-QUANTITATIVA DA PESQUISA.....</b>	<b>68</b>
4.1 CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA .....	68
4.2 O DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO ENQUANTO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO .....	70
<b>5 A MEDIAÇÃO COMO ARTE E TÉCNICA .....</b>	<b>75</b>
5.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A UTILIZAÇÃO DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO .....	75
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>119</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 OS PASSOS INICIAIS DE UMA TRAJETÓRIA EM BUSCA DO OBJETO DE PESQUISA

Suponho ter sido esta a única vez que, em qualquer parte do mundo, um sino, [ ] chorou a morte do Direito. Nunca mais tornou a ouvir-se aquele fúnebre dobre da aldeia de Florença, mas a Justiça continuou e continua a morrer todos os dias. Agora mesmo, neste instante em que vos falo, longe ou aqui ao lado, à porta da nossa casa, alguém o está matando. De cada vez que morre, é como se afinal nunca tivesse existido para aqueles que nela tinham confiado para aqueles que dele esperavam o que da Justiça todos temos o direito de esperar: justiça, simplesmente justiça. (José Saramago)<sup>1</sup>

Chegando através desse sonoro badalar ecoado pelo sino, movida pelas transformações misteriosas e silenciosas da vida, porém reais, na construção desta tese, quero partilhar as reflexões e a compreensão que obtive ao longo do caminho, da visualização de um quadro de relações, de possibilidades significativas de um sonho concretizado. A reflexão pautada sobre “Direito e os Sinos”, de José Saramago (1999) me fez buscar estudos investigativos acerca de possibilidades de potencialidades de um modelo jurisdicional comunicativo para o tratamento de conflitos sociojurídicos. Que diferentes são os sinos tocados e defendidos na atualidade, ao se tratar de resolução de conflitos sociojurídicos?

A opção de estudar o tema **mediação e resolução de conflitos** traduz, portanto, o testemunho de uma pesquisadora que nessa linha de percepção, procura trazer uma mudança de lentes ao olhar para os conflitos no âmbito da mediação familiar. A família, inserida na sociedade unicamente produto de uma complexidade de vínculos e resultado das categorias que interagem: forças atrativas e repulsivas, amor e ódio, na procura de alguma razão quantitativa de harmonia e desarmonia, identificando assim, situações que precisam ser analisadas como operativos a cada momento da existência. E assim, o caminho para as fecundações e proposta da pesquisa, revestiu-se de desafios, surpresas e esperanças. A coragem foi vital para aqui chegar.

---

<sup>1</sup> Conferência «Direito e os Sinos» proferida por José Saramago, na Universidade de Coimbra, no âmbito do ciclo de conferências sobre o tema “Perspectivas da realização do Direito e dos valores que ele integra e veicula no início do Terceiro Milénio”. Disponível em: <<https://www.josesaramago.org/direito-e-os-sinos-1999/>>.



As inquietações surgem e ressurgem, em decorrência de minha prática docente no curso de Direito e integrante do grupo de pesquisas: Sinapses e Conexões no Direito, motivada em procurar analisar juntamente a base de pesquisa da qual integro, que conflitos são inerentes aos relacionamentos sociais e familiares. Fatores que me fizeram enxergar a possibilidade de desenvolver a pesquisa na referida temática. E o desafio foi lançado e traduz-se nas páginas seguintes. Conciliar teoria e a prática, envolvendo ao mesmo tempo uma visão pessoal da experiência com a teoria, relacionando a verdadeira medida do tempo.

O contato com a realidade de campo de pesquisa, transitando entre os espaços, levaram-me a permitir conviver entre diversificados espaços sociais no decorrer da pesquisa: CEJUSCS/RN (Vara de Família); NUPEMEC (Brasília). Até onde estou situada, durante boa parte do tempo fui ouvinte, parte eu observava apenas, fazendo meus registros escritos, em um caderno de notas.

Portanto, não considero aqui um término de um ciclo. Que venham mais fecundações sonoras, nesse constante caminhar. E diante de todos esses cruzamentos, acredito que os instrumentos das Ciências Sociais aos quais fui apresentada, acrescidos aos das Ciências Biológicas e Ciências Jurídicas, expliquem nas linhas que se seguem, o começo, não o fim, de uma pesquisa que procura dar conta de uma conexão entre a Sociologia e o Direito: **Sociologia Jurídica**. A pesquisa também é um resultado de que é possível atravessar fronteiras, e compartilhar conhecimentos.

Assim, as palavras, instigadas pela trajetória da pesquisadora, soltam-se fluidas, em pensamentos, desejos, ideias, medos, angústias e esperanças, representadas por gestos, por vozes, por falas, pela comunicação, pelas ações interativas das relações sociais. Nessa fluidez sentidos são atribuídos. Passamos a compartilhar um sistema de ideias, que se comunicam. Vozes que não se deixam calar. Palavras que seguram o significado do vivido e desafiam o tempo. Um sistema social compartilhado, no qual a experiência individual e os valores sociais se inserem. Resultados de que na vida social somos remetidos às lutas efêmeras ou duradouras e estas são partes da luta mais geral da vida.

Uma infinita curiosidade que instiga e motiva a interagir nesse contexto de fluidez verbal, de interações sociais que nos conduz a um examinar e analisar as relações sociais inseridas em um campo jurídico, com toda a sua lógica interna, a esse conhecimento, a essa experiência, enunciados por um vai e vem que permite a

criação ou recriação da relação humana, através de resolução de conflitos sociais por uma forma pacífica e cooperante entre os envolvidos.

Pensar a pesquisa, nesse universo temporal, significou mergulhar em um mundo de diversos significados os quais simbolizam a atual complexidade social, diante da existência de normas, de códigos, de produção legislativa, do surgimento de leis, de estruturas sinalizantes na resolução de conflitos, dentre eles a mediação. Nesse momento, faço uma interação com a literatura, buscando em Pessoa (1999) a descrição de forma singular e preocupante sobre esse tempo:

Não sei o que é o tempo. Não sei qual a verdadeira medida que ele tem, se tem alguma. A do relógio sei que é falsa: divide o tempo espacialmente por fora. A dos sonhos é errada; neles roçamos o tempo, uma vez prolongadamente, outra vez depressa, e o que vivemos é apressado ou lento conforme qualquer coisa do decorrer cuja natureza ignoro. (PESSOA, 1999, p. 321)

Um tempo, que na certeza, vem mostrando, de maneira tênue, que a mediação é uma arte, que busca a humanização dos conflitos, levando o outro na condução de sentimentos, valores, quando na sua técnica busca o sentido da palavra, da comunicação, do diálogo, da escuta e da interpretação. A representação da mediação enquanto arte<sup>2</sup> envolvendo ligação entre as relações sociais, os conflitos familiares na tentativa de serem mediados pela justiça, infinitos detalhes que precisam ser percebidos pelo mediador, na dinâmica do espaço que busca a resignificação, como bem pontua Spengler (2008), com possibilidade positiva de tratar o conflito, oferecendo um novo pensar do Direito na cultura atual.

## 1.2 O OBJETO DE ESTUDO EM SUAS EXIGÊNCIAS

Tomando o sentido desse tempo que apresenta desafios, obstáculos e situações que colocam em prova a capacidade humana de organizar a *pólis* e superar as dissensões sociais em praticamente todos os níveis, é que procuramos sinalizar o objeto de estudo da pesquisa. Tempo no qual vive-se constantemente sob um paradoxo, com o desenvolvimento das ciências e das técnicas, em contrapartida o surgimento de perturbações e indagações.

---

<sup>2</sup> Luis Alberto Warat afirma que “mediar é uma “arte” (e “a arte reclama o homem inteiro”) de conduzir um procedimento carregado de intensidades”. (WARAT, 2018, p.13)

A sociedade vem enfrentando um processo de profunda alteração em virtude dos fatores econômicos, sociais e culturais. Em decorrência destas transformações, as relações sociais contemporâneas, sofreram significativas mudanças em sua configuração, requerendo um novo modelo jurisdicional frente à ineficiência das tradicionais formas de resolução de conflitos existentes. O cenário contemporâneo brasileiro contribui, fortemente, para as dificuldades das pessoas, no trato com o surgimento e, principalmente, com o gerenciamento dos conflitos, em qualquer contexto.

É difícil não perceber que os conflitos constituem um fenômeno cada vez mais presente nas relações sociais, podendo, nesse ponto, ser considerado e admitido por modificar grupos de interesse.

Dessa forma, momentos e instantes conflitantes são inerentes à vida humana; existiram e certamente, sempre existirão, fazendo surgir uma heterogeneidade de ideias. O homem enquanto produto das interações. Na visão de Warat (2004) a sociedade unicamente produto da complexidade desses vínculos.

Para Arendt (2008, p.31), “todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos”, e são frutos da cultura humana. Resultado de que na vida social somos remetidos às lutas efêmeras ou duradouras e estas são partes da luta mais geral da vida. As múltiplas estruturas sociais, estabelecidas nas interações e potencializadas relações pelos variados tipos de embates, constituindo a sociação.

A complexidade existente nas relações pessoais, quando conectadas à explosão de litigiosidade e à crise da jurisdição, tende a considerar o sistema estatal deficiente, já não mais atendendo aos anseios da sociedade contemporânea. Levando, consideravelmente, a uma nova visão, uma nova perspectiva de resolução dos conflitos, tratados a partir de uma nova racionalidade.

O conflito como componente da sociabilidade humana, desde a complexa normatização medieval em torno do conceito de *civilité*, descrita por Elias (1994), até se tornar, ele mesmo, elemento estruturador da própria sociabilidade, remetendo-se ao pensamento de Simmel (1983), sob a qual se entende a dialética entre o conflito e o não conflito como elemento de formação e/ou rompimento do corpo social, partindo da premissa de que o conflito reproduz-se junto às ações interativas e relacionais sociais.

Uma escala de valores relacionais, portanto, são encontradas ao considerar os fenômenos sociológicos conflituosos. Uma classificação seriada de sentimentos de valores, evidenciando o fruto de uma interação social que em algum nível significará uma mudança em determinado grupo de pessoas ou em um indivíduo específico. A expectativa, para o estudo, no entanto, é que o conflito possa ser tratado pela restauração de uma identidade harmoniosa que ultrapasse o campo social, exigindo a formação do julgamento jurídico como um modelo reflexivo.

De fato, a complexidade social, também surpreende o mundo antigo ou mesmo as estagnadas estruturas de domínio medievais. As dificuldades para entender a convivência e superar as suas necessidades, têm suas origens no drama de existir e conviver, que acompanha o homem desde a mais remota organização política. A complexidade relaciona-se com a capacidade humana de lidar com uma realidade social constantemente tensionada pela existência de conflito entre o eu e o outro.

Por seu turno, a história da mediação está estreitamente conectada ao movimento de acesso à justiça iniciado ainda na década de 1970. Nesse período, clamava-se por alterações sistêmicas que fizessem com que o acesso à justiça fosse melhor na perspectiva do próprio jurisdicionado, frente à ineficiência das tradicionais formas de resolução de conflitos existente, que refletem a perda de confiança do cidadão na jurisdição. Um fator que significativamente influenciou esse movimento foi à busca por formas de solução de disputas que auxiliassem na melhoria das relações sociais envolvidas na disputa.

Nesse ínterim, a mediação surge como uma expressão de construção de um espaço público democrático, enquanto instrumento eficaz para construção de uma democracia participativa fundamentada na razão comunicativa (HABERMAS, 2012). O diálogo como ferramenta transformadora, que permitirá aos indivíduos criar ou recriar laços de forma a se auto-organizarem, prevenindo e solucionando seus próprios conflitos.

O tema de **mediação e resolução de conflitos familiares**, objeto da presente investigação de tese, pioneira no estado do Rio Grande do Norte, em decorrência da atividade profissional e em especial ao tratar de conflitos em relações familiares, concentra, portanto, um desafio de transcendência, quer seja, analisar a construção do espaço da mediação, discutindo a mediação tomando por base seu referencial teórico enquanto meio de restabelecimento da comunicação rompida,

verificando o que existe e ao mesmo tempo considerar às necessidades apresentadas na realidade, surgidas dos espaços relacionais e das conexões advindas da pluralidade existente entre a cultura do direito e a cultura da mediação.

### 1.3 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Os estudos sobre o Poder Judiciário têm mostrado que o jurisdicionado percebe os tribunais como espaços onde estes terão impostas sobre si decisões ou sentenças. Desde 1980, a sociedade brasileira tem vivenciado modificações institucionais, com a finalidade de uma implementação ou ampliação dos princípios de um Estado democrático de direito. A reforma do Judiciário, por exemplo, é um viés exemplificador desse ideal democrático.

De fato, esta tem sido também a posição da doutrina, sustentada por um lado pelo crescimento da percepção de que o Estado tem falhado na sua missão pacificadora em razão de fatores como, entre outros, a sobrecarga dos tribunais, as elevadas despesas com os litígios e o excessivo formalismo processual; por outro lado, tem se aceitado o fato de que escopo social mais elevado das atividades jurídicas do Estado é harmonizar a sociedade mediante critérios justos, e, ao mesmo tempo, apregoa-se uma tendência quanto aos escopos do processo e do exercício da jurisdição que é o abandono de fórmulas exclusivamente positivadas.

Nesse ínterim, o Conselho Nacional de Justiça, aprovou em 29 de novembro de 2010 a Resolução nº 125, pela qual institui a Política Judiciária Nacional de Tratamento adequado de Conflitos, decorrente da necessidade de se estimular, apoiar e difundir a sistematização e o aprimoramento de práticas já adotadas pelos tribunais, iniciando a sinalização necessária aos tribunais e magistrados na solução de questões sob o prisma da autocomposição, procurando estimular, difundir e educar o usuário a melhor resolver conflitos por meio de ações comunicativas.

Os novos métodos consensuais de resolução dos conflitos (como objeto de estudo, concentramos na mediação) enquanto modelos de interação social que diferenciam do modelo antagônico, e buscam favorecer o diálogo e a cooperação. A reforma ocorrida, em paralelo, no Código de Processo Civil apresenta à função social nas regras processuais, como um direito processual fundamental.

Dados do Relatório “Justiça em Números 2017<sup>3</sup>” (ano base 2016) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revela que o Poder Judiciário finalizou o ano de 2016 com 79,7 milhões de processo em tramitação, aguardando alguma solução definitiva. Dessa forma, percebe-se que a estrutura do Poder Judiciário brasileiro não vem conseguindo atender a contento as demandas sociais, acarretando morosidade da prestação jurisdicional, em decorrência de crise de eficiência e crise de identidade, que para Spengler (2016), tal fato vincula-se a um positivismo jurídico inflexível, trazendo como consequência, o “esmagamento” da Justiça e a descrença do cidadão comum.

Por consequência dessa crise, na concepção de Zaffaroni (1995) busca-se o judiciário a espera de respostas, transformando a vida social em permanente influxo de regras e normas jurídicas. Desta feita, o Judiciário assumindo papel central na promoção da mediação, inserida pela Lei da Mediação (nº 13.140/2015), como um meio não somente de contribuir para a celeridade, na desjudicialização de parte dos conflitos, mas, igualmente, de entender a importância de uma política de pacificação social. A lei define também que os tribunais criem centros judiciários de solução consensual de conflitos, estabelecendo uma metodologia para resolução de conflitos de forma não litigiosa.

Nessa progressão de raciocínio, através das relevantes mudanças na sociedade, que atingem e repercutem na família, é imprescindível a verdadeira compreensão do conflito familiar, que é posto em juízo, para que o mesmo seja, efetivamente, pacificado e não apenas resolvido por uma sentença. É preciso considerar que as famílias vêm apresentando transformações temporais e espaciais, através de complexa subjetividade de relações entre seus membros. A Constituição Federal de 1988 trouxe modificações ao Direito de Família, preocupando-se com a família não só como base da sociedade, mas também com os direitos pessoais de cada integrante, com fundada proteção no princípio basilar da dignidade da pessoa humana, o advento das mudanças do mundo moderno, trazem novos conceitos aos institutos existentes, como exemplo, a remodelagem das famílias.

Como afirma Ganancia (2001), os “conflitos familiares, antes de serem conflitos de direito, são essencialmente afetivos, psicológicos, relacionais”. A

---

<sup>3</sup> Produzido anualmente pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), unidade responsável pelo recebimento e pela sistematização das estatísticas judiciárias nacionais. O Relatório Justiça em Números é regido pela Resolução CNJ n. 76, de 12 de maio de 2009, e compõe o Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ).

mediação, portanto, representa uma importante ferramenta, na possibilidade de transformação do conflito, objetivando alcançar um consenso entre as partes. O aspecto continuativo da relação jurídica recomenda que haja uma eficiente e respeitável comunicação entre os indivíduos, despontando a mediação como importante instrumento para viabilizá-la.

Compreender a mediação familiar enquanto técnica de intervenção imagina-se a família assemelhada a uma rede relacional, sendo foco de potencial conflito, inconstância e ambiguidade, comportando implicações significativas sobre a vida dos indivíduos.

Com efeito, a mediação familiar, na vertente “resolução de conflito e gestão das emoções”, além de evidenciar o caminho do diálogo entre áreas sociais diversas, com a relativa aproximação do direito à sociedade, justifica-se e ganha razão de ser, face aos contextos sociais complexos reveladores da emergência de modelos. Ancorando a esse pensamento, por seu turno, verificamos que o maior desafio do Judiciário na realidade é empreender a transição entre a cultura adversarial para a cultural consensual. Uma busca de concretização de cidadania, democracia, na perspectiva de entender: que atores estão em jogo? O que os agentes estão a comunicar nesse campo?

Assim, diante desse cenário, o trabalho investigativo apresenta como problemática a ser analisada a possibilidade da mediação familiar, enquanto arte e técnica, e atuar na condição de mecanismo adequado ao tratamento de conflitos, em que instiga e favorece a um *locus* democrático, emancipatório na proposta de uma nova cultura.

Nestes termos é que a presente pesquisa tem por **objetivo principal**, esclarecer as transformações estruturais da família na sociedade, fazendo um paralelo de forma crítica se a mediação, no campo jurídico é ou não uma alternativa eficaz na solução de conflitos familiares.

Atrelado a esse objetivo principal e a ele correlato encontram-se três **objetivos específicos**: a) apresentar as diversas transformações estruturais da família na sociedade contemporânea demonstrando a ideia do conflito, até a prática da mediação. b) Considerar, na análise, a política nacional da mediação e as relações de poder e o processo de judicialização. c) Verificar, através de uma análise empírica, o estudo da mediação familiar enquanto mecanismo ao tratamento de conflitos, realizado mediante aplicação de questionário a mediadores; juízes;

advogados; atuantes no CEJUSC/Natal – Complexo Judiciário Fórum Prof. Jalles Costa e no NUPEMEC (Brasília).

Como desdobramento do exposto, a **hipótese central** adotada é a de que o sistema de justiça ao colocar em prática a mediação enquanto um meio eficaz para a solução dos conflitos produza efeitos positivos como uma estratégia impulsionadora de transformação social, permitindo através de aplicação da prática dialógica em um espaço público.

#### 1.4 CONSIDERAÇÕES DE ORDEM TEÓRICA

No Brasil, somente a partir da Constituição de 1988 houve condições na implementação de formas alternativas de resolução de conflitos, diante de um movimento social crescente de busca por direitos, caracterizado pela judicialização das relações sociais.

A rápida e intensa expansão das instituições jurídicas nas últimas décadas não são para Garapon (2001), uma questão de conjuntura e sim uma dinâmica das sociedades democráticas, conforme afirma “nós não nos tornamos mais litigantes porque as barreiras processuais caíram. A explosão do número de processos não é um fenômeno jurídico, mas social” (GARAPON, 2001, p. 26).

Os novos atores e temas que ocupam a atenção do Judiciário, como por exemplo, nas Varas de Família, vem exigindo a atuação intervencionista do direito no campo social, visando à regulação de comportamentos de pessoas e grupos, assim como o reconhecimento de identidades, ainda que em um plano unicamente simbólico.

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, criados em 1995 com esse objetivo, trouxeram essa nova forma, baseada em um estilo conciliatório, na administração de conflitos, porém a partir de 2005, a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), propôs o projeto *Promovendo práticas restaurativas no sistema de justiça brasileiro*, apoiando projetos e programas que tratam dessa cultura.

Isso posto, é importante verificar em Bourdieu (1989), ao estruturar uma análise sobre o campo jurídico, que com toda a sua lógica interna, dominado por lutas, busca de forma constante o acúmulo do capital jurídico, implicando em



legitimar os valores inerentes aos conflitos com regras formalistas, originando como consequência a multiplicação dos centros de poder. Um poder simbólico decorrente dos nossos instrumentos de comunicação e conhecimento. O direito analisado como um sistema simbólico, com estruturas ao mesmo tempo estruturadas e estruturantes de comunicação e conhecimento. Este poder simbólico, de acordo com Bourdieu (2004), um poder de construção da realidade a partir de uma concepção homogênea do tempo, do espaço, e particularmente do mundo social.

Este seria o panorama que estaria atingindo o estatuto do jurídico nas atuais sociedades democráticas. Parafraseando Garapon (2001) uma vez que, se antes era convocado para pacificar as relações sociais, proteger os costumes e servir como agente de transmissão do Estado, hoje se demandaria para organizar o mundo, importando ameaças à democracia e à soberania popular.

Em contrapartida, uma crescente escalada no número de processos judiciais revelando, *a priori*, a presença do fenômeno da excessiva judicialização das relações sociais, desvelando uma tendência a se levar todo e qualquer tipo de conflito para ser resolvido perante o Poder Judiciário.

A judicialização das relações sociais é o movimento que se tornou mais forte com o estabelecimento do Welfare State, e a progressiva apropriação do direito e do Poder Judiciário em práticas sociais, inclusive, aquelas reservadas tradicionalmente à vida privada, onde o Estado mantinha-se afastado. Um interesse no desenvolvimento de alternativas capazes de ampliar o acesso ao judiciário, canalizando para ele a litigiosidade contida na vida social. Barroso (2008) considera esse fenômeno “judicialização<sup>4</sup> envolve uma transferência de poder para juízes e tribunais, com alterações significativas na linguagem, na argumentação e no modo de participação da sociedade”.

Ademais, junto ao fenômeno da “cultura da sentença” (WATANABE, 2007) o Poder Judiciário vivencia intensa crise e apresenta contumaz ineficácia da tutela prestada, com uma ideia reducionista voltada ao Judiciário para resolver litígios, torna-se inoperante, tendo em vista que o conflito é resultado de uma cadeia muito complexa de interesses que ultrapassam a ordem normativa disponível para tal.

Dessa feita, o CNJ vem realizando atividades com o objetivo de buscar eficiência nos serviços prestados pelo Poder Judiciário. No âmbito público foram

---

<sup>4</sup> Uma das funções da soberania do Estado, consistente no poder de atuar o Direito objetivo, compondo os conflitos de interesse, resguardando a ordem social. (BARBOSA, 2003)

traçadas diretrizes importantes pela Resolução nº 125/2010, reconhecendo a instituição da Política Judiciária Nacional de tratamento de conflitos de interesses tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e à sua peculiaridade.

Nesse ínterim, os tribunais brasileiros iniciaram a implantação de ações nacionais, voltadas às práticas conciliatórias dentre elas: Movimento pela Conciliação; Encontro Nacional de Núcleos e Centros de Conciliação, realizado em 12 de dezembro de 2014, com a institucionalização do Fórum Nacional da Mediação e Conciliação – FONAMEC, com a finalidade de implementação da Mediação e Conciliação nos Estados e Distrito Federal buscando fomentar a cultura da paz.

Também resultado dessa reforma, como um centro de soluções efetivas na visão do jurisdicionado, são criados os NUPEMEC (Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos) e os CEJUSCS (Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania) com objetivo de estimular a busca por soluções alternativas e negociadas para o fim dos conflitos. O Novo CPC (Lei nº 13.105/2015) e a Lei de Mediação (Lei n. 13.140/2015) trouxeram previsões que contemplam os meios consensuais em posição de destaque, instituindo, inclusive, a audiência de conciliação/ mediação como etapa essencial do processo judicial (art. 334 da Lei n. 13.105/2015 e art. 27 da Lei n. 13.140/2015).

Na constituição desse processo de tratamento de conflitos, o mediador familiar desenvolve um fundamental papel face sua postura democrática, integrando as partes, para modificar o conflito, na busca e alcance do consenso. Outro fator social que desempenha um papel fundamental para obtenção de resultados satisfatórios por meio da mediação familiar é o advogado, uma vez que atua como fomentador, sendo assim, o seu conhecimento acerca dos procedimentos e da aplicação são fundamentais para o sucesso da técnica agora também trazida pela Lei nº. 13.105/2015, Novo Código de Processo Civil Brasileiro.

Nesse pensamento, registra-se uma experiência de implantação do Projeto Piloto de Mediação Judicial no Fórum da Zona Sul da Comarca de Natal/RN na época, em 23 de novembro de 2012. Esse núcleo constitui uma experiência pioneira, representa um esforço na consolidação da técnica autocompositiva, tendo em vista sua aplicação.

Assim, a partir deste contexto, procuramos analisar os meios alternativos de resolução de conflitos, com ênfase para a mediação, tendo lugar como possibilidade

de uma nova forma de desconstrução de conflitos, com a tentativa de proporcionar o diálogo e a ampliação da compreensão das partes em dissonância, na busca da promoção do acesso à justiça de forma mais eficaz que a tradicional. O Poder Judiciário brasileiro foi organizado para operar em códigos, cujos prazos e ritos são incompatíveis com a multiplicidade de lógicas, procedimentos decisórios, ritmos e horizontes temporais hoje presentes na economia globalizada. Nesse raciocínio, para Splenger (2008), o tempo do processo judicial é o tempo diferido. A medição temporal da economia globalizada é o real, isto é, o tempo da simultaneidade.

Esse modelo indica a ruptura dos limites colocados pelo direito liberal, abrindo-se, para além do interpessoal, a um entendimento social dos problemas colocados nas situações e seus conflitos. Desse modo, há um redimensionamento do conflito, que deixa de ser visto apenas como algo que envolve indivíduos isolados, para incluir a participação da comunidade e uma preocupação com a justiça social<sup>5</sup> propriamente dita.

Através das ideias apresentadas anteriormente, se mostra possível realizar efetivamente esse novo acesso à justiça se os tribunais conseguirem redefinir o papel do poder judiciário na sociedade como menos judicatório e mais harmonizador. Busca-se, dessa forma, estabelecer uma nova face ao judiciário: um local onde pessoas busquem e encontrem suas soluções – um centro de harmonização social. Nessa discussão, reportamos com Cappelletti e Bryant (1998), um descompasso entre a oferta e a procura gerando uma frustração geral, levando a uma crise paradigmática em respeito aos métodos e conteúdos empregados pelo Direito (Bolzan de Moraes; Spengler, 2012). Em Heidemann (2009) a política pública voltada a fenômenos ligados à regulamentação e ao controle da vida humana em sociedade. A partir dessas considerações, tornou-se fundamental também discutir a necessidade de consolidação de uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais na solução de litígios e no auxílio de mudanças conceituais e de cultura.

Não obstante a especificidade das relações conflituais da sociedade atual, os conflitos são constantes na vida social e podem assumir variados aspectos. Teorias do Conflito são estudadas, por exemplo, na sociologia, no direito, na filosofia,

---

<sup>5</sup> Amartya Sen considera que “A liberdade democrática pode certamente ser usada para promover a justiça social e favorecer uma política melhor e mais justa. O processo, entretanto, não é automático” (SEM, 2011, p. 386).

psicologia e coincide um aspecto em comum: a desigualdade é a força que move o conflito, e o conflito é a dinâmica central das relações humanas.

Numa perspectiva sociológica, a origem do conflito encontra-se na estrutura social. Em todas as sociedades há interesses desiguais para os cidadãos e para os grupos, o que leva alguns deles a assumirem posições de domínio relativamente aos outros. O espaço de socialização é igualmente um espaço de competição. Bourdieu (1989) argumenta que uma das formas de conhecer o mundo social é através de abordagens fenomenológicas das ciências sociais. A prática, portanto, entendida como produto de uma relação dialética entre uma situação e um *habitus*, enquanto uma subjetividade, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam.

Nas formulações teóricas deste autor as relações sociais são representadas a partir das noções de construções sociais, das representações e do poder simbólico. A multiplicidade e a heterogeneidade da relação entre agentes envolvidos na resolução de conflitos – mediação - são construídas a partir de relações personalizadas, de relações amistosas e hostis, de confianças e desconfianças, de sonhos, de projeções e de decepções.

Para o estudo das relações e análise dos conflitos no campo jurídico da mediação encontramos em Bourdieu (1989), essa possibilidade, sobre a dinâmica dos atores em diferentes campos. Um espaço multidimensional de posições definidas de acordo com o capital, um *quantum* social que determina a posição que um determinado agente ocupa no determinado campo.

Na análise dos conflitos sociais, Bourdieu (1989) pontuou e estudou, afirmando que os conflitos constituem dimensão permanente das práticas sociais. No campo jurídico estão em jogo lutas, pois a leitura é uma maneira de apropriação da força simbólica que nele se encontra em estado potencial. Considera que, a consequência da estruturação do espaço social está no aparecimento das classes sociais. Por mais que os juristas possam opor-se a respeito de textos cujo sentido nunca se impõe de maneira absolutamente imperativa, eles permanecem inseridos num corpo fortemente integrado de instâncias hierarquizadas que estão à altura de resolver os conflitos entre os intérpretes e as interpretações.

Ainda no prosseguimento da contextualização teórica, encontramos no pensamento de Simmel (1983), a possibilidade de entendermos o conflito enquanto estruturante da sociedade.

Visualizamos em Habermas (1989) a proposta de uma teoria crítica da sociedade que tem no agir comunicativo o principal mecanismo de realização de entendimentos entre os sujeitos. Uma razão comunicativa, demonstrada e aplicada na mediação, como um importante instrumento para a construção de um espaço público democrático.

Referindo-se às representações sociais atuando como um campo de conhecimento específico, enquanto uma forma de pensar através da qual os sujeitos se relacionam a um determinado objeto, contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social, nos ancoramos em (JODELET, 2002; MOSCOVICI, 2010). No entendimento de que o sujeito sob o dinamismo social dos significados passa a ser considerado como detentor de um conhecimento organizado e partilhado socialmente pelas diversificadas relações.

Nessa perspectiva, visualizamos que o conhecimento e a compreensão da mediação permite o descortinar de relações que precisam ser entendidas caso se deseje um processo de verdadeira interação e interface entre os envolvidos. Através da concepção teórica de Bourdieu (1996; 1989) é possível verificar o processo de mediação e entender os discursos e práticas que os legitimam.

Importante enfatizar que as práticas sociais da mediação configuram-se em um instrumento de realização da autonomia, da democracia e da cidadania. Portanto, uma nova cultura no tratamento de conflitos familiares, na perspectiva de uma participação ativa, democrática e autônoma dos envolvidos.

Torna-se, pois, necessário investigar essa conjugação de iniciativas que envolvem as soluções de conflitos como meio de garantia ao acesso à justiça e como instrumento de transformação paradigmático do modelo vigente.

Portanto, desenvolver o tema da mediação familiar, trouxe como desafio inicial a escolha do referencial teórico, levando a instigante busca através de um caráter interdisciplinar, ou seja, um olhar através de diferentes lentes.

## 1.5 O CAMINHO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse contexto, o procedimento de apreensão da realidade social investigada seguiu sucessivas etapas:

- Revisão de literatura: aporte fundamental na construção do quadro teórico da tese sobre mediação; política pública; conflito. Consistiu em consulta tanto a autores nacionais quanto internacionais (Portugal; Espanha; Argentina, Itália)

- Pesquisa documental: realizada em consulta aos órgãos jurisdicionais.

- Pesquisa em campo: Executada em três distintas etapas:

**1ª etapa** - Aplicação de questionários (06 questões abertas) juntamente a 19 mediadores do Tribunal de Justiça/RN; 04 juízes estaduais; juízes coordenadores do CEJUSC (Natal/RN); e 07 advogados com atuação na área de família (Período de realização dos questionários: outubro/2016 a abril/2017)

**2ª etapa** - Participação como observadora (em 05 sessões de mediação realizadas no CEJUSC-Natal). Observação única e exclusivamente com a finalidade de observar o ritual (o procedimento) da mediação familiar. (Período de participação: setembro 2016 a maio 2017). A participação nas sessões de mediação deu-se exclusivamente como observadora, mediante autorização de todos os presentes. A pesquisa não teve como objetivo o levantamento de dados estatísticos (em virtude da inconsistência e dificuldade de obtenção, levando-se em consideração que a mediação no Rio Grande do Norte, é recente, tendo sido introduzida no ano de 2015).

**3ª etapa** – NUPEMEC e CEJUSC (Brasília)- No período de 13 a 16 de fevereiro de 2017, realizou-se aplicação de questionários juntamente a 04 juízes titulares com atividades nos referidos órgãos, encarregados da Coordenação do NUPEMEC e CEJUSCS.

Para a análise dos dados obtidos, foi utilizado o *Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)*, recurso metodológico com inspiração em elementos da fenomenologia, que busca viabilizar a identificação e classificação em categorias das representações sociais, permitindo a sua visualização em forma de discursos socialmente representativos de segmentos da coletividade (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005, 2010). A sua utilização decorre da opção metodológica de desvelar os pontos de vista das pessoas entrevistadas sem os constrangimentos de uma possível detecção de identidade, em especial no que se refere aos operadores do sistema de justiça, dada a sua condição de servidores públicos, com os quais foi firmado o compromisso de resguardar absoluto sigilo sobre seus posicionamentos pessoais (BARBOSA, 2014)

Portanto, a pesquisa analisa a mediação familiar como um mecanismo de resolução de conflitos, elaborando inicialmente, uma compreensão do que se

entende por conflito. Para tanto, apoiando-se em noções de construção social da realidade, as estratégias de mediação fornecem perspectivas para a participação dos atores sociais, que podem incrementar a sua capacidade para iniciar ações novas, atuar como protagonistas ao enfrentar e resolver conflitos e dilemas em suas vidas, assim como narrar novas e melhores histórias sobre os sistemas dos quais fazem parte e de seu lugar neles, viabilizando a identificação e classificação em categorias das representações sociais.

Para viabilizar a abordagem da temática, a pesquisa está estruturada, além da introdução, da maneira que segue:

No segundo capítulo **“Um paralelo entre os laços familiares e a existência dos conflitos”** aborda uma discussão sobre as alterações que têm acompanhado as estruturas familiares, trazendo também uma construção social do conflito, suas origens e definições teóricas, considerando a sociologia do conflito na abordagem do autor Simmel.

No terceiro capítulo, **“Política Pública e Mediação: Cultura da sentença pela cultura da pacificação”** apresenta uma abordagem sobre o fenômeno da jurisdicionalização das demandas sociais, a cultura da judicialização no judiciário e na vida social; a política pública em resolução adequada de disputas para, em seguida, investigar a prática da mediação. Apresentamos a mediação como um modelo alternativo de resolução de conflitos, mas também como uma estratégia inovadora, pelo que julgamos ser importante distinguir a mediação de outros métodos alternativos de resolução.

No quarto capítulo, **Dimensão Quali-Quantitativa da Pesquisa**, com a descrição do campo empírico da pesquisa e a utilização do Discurso do Sujeito Coletivo.

No quinto capítulo, **A Mediação como arte e técnica**, terá como objetivo trazer as representações sociais dos agentes envolvidos e abordar a dinâmica e a discussão dos resultados obtidos com a utilização do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e a análise através dos campos de Bourdieu e da proposta possibilitadora de evolução social em Habermas. No sentido de apreensão da multiplicidade de contextos e elementos que são mobilizados na estruturação do campo jurídico e social, ao considerar a mediação familiar e sua aplicabilidade.

Na conclusão, são apresentadas as **considerações finais** relativas aos resultados obtidos, confrontando-os com os elementos teóricos envolvidos.

## 2 UM PARALELO ENTRE OS LAÇOS FAMILIARES E A EXISTÊNCIA DOS CONFLITOS

A família por sua natureza complexa enquanto instituição-chave é considerada uma das primeiras inquietações do pensamento social, desde a antiguidade passível de um olhar múltiplo e significações distintas. Da filosofia de Platão como representação de amor e justiça as primeiras organizações sociais, envolvendo formas de abordagens variadas em seu estudo. A família constituída como uma instituição central, compreendendo tanto o indivíduo como a sociedade. É por essa visão múltipla, que iniciamos a discussão da família e transformações na sociedade contemporânea, procurando entender e esclarecer que a mesma vem passando por transformações significativas, continuando e sendo observada como um mecanismo central na sociedade contemporânea.

Juridicamente, o conceito de família, também sendo apresentado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>6</sup>, em seu art. 16, § 2º ao declarar que “a família é o núcleo central natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado”.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 em seu art. 266, *caput* a família é entendida como base da sociedade, tendo especial proteção do Estado. Diferentemente do que ocorria nas anteriores constituições brasileiras, nas quais não havia referência a determinados tipos de famílias. Fato que deve estar relacionado a compreensão da natureza complexa que a mesma vem assumindo e do caráter social a ela atribuído, cuja disciplina não se dá somente no campo do direito, mas também na seara da sociologia, da antropologia, da psicologia e da psicanálise. Interessa à ética, à moral, à religião e aos costumes” (PEREIRA, 2006, p. 21).

Entendemos que a família apresenta função de base, através da constante relação simbiótica com a sociedade, pois ao mesmo tempo em que a forma, também parte dela para se reformular; portanto, um fenômeno de costumes (CARBONNIER, 1982). Pontes de Miranda (1947) vem afirmando a família como instituição social, trazendo em si uma multiplicidade de conceitos. A família se mostra como o primeiro

---

<sup>6</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948.



grupo social já presente no estado de natureza, usando a classificação dos contratualistas. Segundo Rousseau (1983, p.23), “a família é a mais antiga de todas as sociedades e a única natural”.

Uma mudança de paradigma, portanto, no direito de família, levando da patrimonialidade à afetividade, decorrente de mudanças conceituais e múltiplas transformações, pois a família participa dos dinamismos próprios das relações sociais e sofre as influências do contexto político, econômico e cultural no qual está imersa. A perda de validade de valores e modelos da tradição e a incerteza a respeito das novas propostas que se apresentam, desafiam a família a conviver com certa fluidez e abrem um leque de possibilidades.

Ao transcorrer sobre as mudanças estruturais da família na atualidade Petrini (2005) enfatiza a redução gradativa da importância da família como instituição, assentada na dimensão jurídica dos vínculos familiares. Mostrando que os aspectos “objetivos” da convivência familiar cedem o passo a aspectos “subjetivos”, por definição mais instáveis e flutuantes, decorrentes do dinamismo que as relações familiares assumem no mundo moderno. Verifica-se uma desinstitucionalização da família, no sentido de considerá-la como uma realidade privada, relevante apenas para o percurso existencial dos próprios membros.

Para o entendimento dessa subjetividade que caracteriza as relações jurídicas, no caso do Direito de Família, é fundamental e essencial, e de nosso entendimento, de que a família, enquanto uma instituição social, precisa do olhar sociológico, por participar dos dinamismos próprios das relações sociais, na pluralidade de configurações historicamente observáveis.

Enquanto matriz socializadora, elucida Charbonneau (1973), a família considerada “o lugar por excelência da eterna dialética das gerações”. Alusivo, portanto, a visão de Bourdieu (1996), a família enquanto um lugar de produção e reprodução das práticas sociais do *habitus*. Fator inerente à construção da realidade social, por meio de um trabalho de socialização e enquanto um “princípio de construção da realidade social” (BOURDIEU, 1994, p. 127).

Nesse íterim da discussão, e considerando a temática da pesquisa, importante destacar que a constituição familiar refere-se à maneira como as famílias estão formadas no momento em que buscam a mediação. Integradas no processo social, ela passa por transformações significativas, em decorrência de modelagens de sua própria historicidade.

Uma das características da sociedade contemporânea é a pluralidade das formas de família, o que torna difícil isolar as características comuns aos vários tipos. O surgimento de famílias nucleares<sup>7</sup>, binucleares, mononucleares, reconstituídas em segundos ou terceiros matrimônios, socioafetivas, homoafetivas, famílias paralelas, família mosaico, são exemplos de resultados dessas transformações, da existência de múltiplos e diferenciados olhares, em virtude das ligações afetivas das pessoas que estejam a vivenciar um determinado conflito. Os estudos de Bauman (2004) mostram que a flexibilização dos relacionamentos e o aumento de rupturas conjugais nos últimos tempos fazem parte da era da modernidade líquida. Para Bauman (2004) a modernidade líquida supõe relacionamentos líquidos e, conseqüentemente, instantâneos, imediatos, passageiros e que não exijam esforços prolongados. Considerar a família enquanto estudo, tem possibilitado observar e compreender as transformações ocorridas nas formas de relacionamento dos indivíduos, seja no ambiente da família, seja nas extensões que esta projeta nos ambientes sociais. Em meio a turbulências culturais e sociais, a família empenha-se em reorganizar aspectos da sua realidade que o ambiente sociocultural vai alterando.

Exemplificando esse cenário, de transformações que afetam o funcionamento familiar, destacamos algumas variáveis: mudanças na distribuição dos papéis e das funções do homem e da mulher e aumento acelerado do número de separações conjugais; alterações dos vínculos e dos compromissos entre pais e filhos; hábitos culturais, que levam intermitentemente a uma quebra de paradigma limitador de conceito, determinando orientações no modelo de conveniência. Falar em família, atualmente, há que se considerar “falar de famílias”, que mudam para desempenharem novos e distintos papéis. Essa é a representação das “famílias”, na atualidade, agregadora dos mais plurais arranjos familiares.

Reagindo aos condicionantes externos e, ao mesmo tempo, adaptando-se a eles, tal instituição encontra novas formas de estruturação que, de alguma maneira, a reconstituem (DONATI; SCABINI, 1995) através das dinâmicas internas, culturas, valores e vínculos. Uma amplitude de formas sociais primárias que apresentam estruturas relacionais bastante diversificadas e com limites variáveis de cultura a

---

<sup>7</sup> A família nuclear teve grande importância no processo de formação da sociedade brasileira. Este tipo de estrutura familiar difere da tradicional família patriarcal, pois é composta apenas pelo núcleo principal representado pelo chefe da família (pai), sua esposa e os seus descendentes legítimos. (ALVES, 2009, p.7)

cultura. Um palco de transformações ocorridas nas relações sociais da modernidade fruto de família como sujeito de direitos e de deveres relacionais, enquanto sujeito de funções socialmente significativas.

Giddens (2000, p. 63) vem mostrar que a família manifesta-se como “o local para as lutas entre a tradição e a modernidade”, em virtude do desenvolvimento das instituições sociais modernas. A família como uma passagem da natureza a cultura, não somente porque se rege sobre vínculos e proibições, nem apenas porque, como relação, é condicionada pelo contexto histórico e sociocultural, mas porque – sempre como uma relação autônoma – tem sua própria distinção mestra que constitui a sua razão de ser social.

Apontada como uma instituição social, constituindo papéis históricos e culturais, a família se define um dos maiores recursos de sustentação para a pessoa e sociedade, sendo escolhida como parceira da administração pública na realização de políticas sociais. Abordando a dinâmica de construção da cultura e da família na contemporaneidade, encontramos em Donati (2008), fundamentos que solidificam o caráter supra-funcional ao afirmar que a família não existe para satisfazer uma ou algumas funções sociais, mas um leque potencialmente indefinido, um fenômeno social total. Para Gontijo (2008), o surgimento da família, em termo jurídico, nasce proporcionalmente na medida da civilização, sendo a materialização no direito de família. É a ordem empírica das relações sociais que entram em contato com a lei.

Mais evidente na segunda modernidade, esse paradoxo vem crescendo nas últimas décadas com as mudanças nas relações de gênero, sob a influência do feminismo, expansão da democracia, diversidade de valores e estilos de vida e surgimento de novos arranjos conjugais e familiares (GIDDENS, 1993). O que antes era uma única unidade familiar sofre desmembramento para o surgimento de novas modalidades de famílias. Fez crescer, igualmente, o grande dilema vivido pelo indivíduo contemporâneo entre a busca por relações mais frouxas e livres das amarras institucionais, e a necessidade, premente, de referências afetivas sólidas como a família, seja ela de qualquer tipo (ARAUJO, 2008; BAUMAN, 2004).

Há também presente nessa teia relacional da família, as fragilidades, advindo da questão da intimidade e do relacionamento humano na modernidade radicalizada, tornando fragilizadas as redes de parentesco. Bauman (2004) esclarece tal assertiva ao pontuar:

Suas fronteiras se tornaram embaçadas e contestadas, e as redes se dissolveram num terreno sem título de posse nem propriedade hereditárias. Às vezes um campo de batalha, outras vezes o objeto de pendengas judiciais não menos amargas. (BAUMAN, 2004, p. 47).

Conforme dito, essas modificações além de transformarem as relações sociais, trazem um acarretamento jurídico enorme, onde o direito de família, enquanto reflexo desta liquidez, enfrenta como resposta a chamada judicialização das relações familiares, a ser trabalhada no capítulo seguinte. Desse processo de judicialização (VIANNA; CARVALHO; MELO; BURGOS, 1999, p. 149), entendem a ocorrência por meio de uma “regulação de sociabilidade e das práticas sociais, tradicionalmente, como de natureza estritamente privada e, portanto, impermeáveis ao Estado”.

Com isso, a perda de referenciais e valores fundamentais, levando a uma separação entre sujeito e cidadão, resultando os conflitos, que fazem parte da família, uma vez decorrente do dinamismo, composta por teias complexas de relações entre seus membros. Nessas teias, estão presentes constantemente desavenças, ou seja, no cotidiano das pessoas, as brigas familiares são uma realidade. Assim, a história de uma família é sinalizada por momentos de crescimento, de estagnação, encontro, desencontro e reconciliação.

Ao inferir sobre a tônica da tutela jurídica da família, importante um direcionamento pautado por um procedimento que respeite e promova o diálogo, levando em consideração o indivíduo como sujeito social, através de suas perspectivas e peculiaridades.

Pode-se inferir que família e sociedade estão em um permanente processo de mutação em que existe uma influência recíproca e transformadora. Seja qual for a prevalência que um organismo exerce sobre o outro, o fato é que a família, assim como a sociedade, se baseia em relações pessoais, grupais e patrimoniais. Em decorrência dessas relações, o Direito teve fundamental desenvolvimento, exercendo uma de suas funções precípuas, a de prevenir e compor conflitos.

O objetivo do direito, nessa perspectiva de pensar da referida pesquisa, é promover a resolução jurídica dos conflitos entre os indivíduos, no momento da prática da mediação, na ideia de que o conflito não produz negatividade, mas sendo considerado um elemento essencial da própria unidade social. Cada conflito deve ser solucionado de forma não comprometida pelo poder público que necessita agir

de forma isenta como uma parte que não tem interesse imediato no conteúdo específico de um dado conflito.

Verificamos que as relações familiares se encontram cada vez mais judicializadas, inserindo no contexto de amplitude das competências do Poder Judiciário no processo de redemocratização da sociedade brasileira. Um fenômeno que apresenta como característica uma maior abrangência do poder do Estado na regulação do convívio familiar.

Assim, observamos que a transmutação de conflitos são naturais e normais, uma vez que estes são inerentes à vida, que surgem decorrentes das interações, um fator de progresso, algo que deve ser produzido e conectado incessantemente, sob o prisma de influência social, o que sustenta a ideia de que, nesse contexto, o coletivo prepondera no individual. Desta feita, apresentando-se como a fonte etiológica do conflito, a família, enquanto sistema social em Elias (1994) transcorre, situações diversas de desentendimentos, com manifestações conflitantes que podem gerar certas desarmonias.

Sendo os conflitos decorrentes de tais relações, o Judiciário, por sua vez, vem se constituindo o ponto das transformações advindas destes conflitos em família, resultando em significativas demandas nas Varas de família.

Desse modo, ante o exposto, à indagação a nossa frente é: “o que vem a ser o conflito, ao considerarmos uma “cultura de tratamento de conflitos”, no âmbito da mediação familiar?

## 2.1 O CONFLITO: DAS DIVERGÊNCIAS ÀS OPORTUNIDADES

Retomando a reflexão inicial de Saramago, diante da necessidade de novos paradigmas e resgatando a ideia da temporalidade em Fernando Pessoa, frente a respostas e soluções eficazes para atender as transformações advindas dos conflitos, buscamos um aporte histórico em Hesíodo, poeta beócio do séc. VIII a.C., em “O Trabalho e os Dias”<sup>8</sup>, relata um problema inquietante: o problema da justiça, através de uma disputa inicial com seu irmão Perses pela herança paterna, em um cenário de julgamento arcaico.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.segestaeditora.com.br/download/ostrabalhoseosdias.pdf>

O fato nos faz pensar, na ideia de que é o conflito, portanto, constitui o social e faz parte dos costumes democráticos na atualidade, estando na mesma base do Direito como instrumento de organização das práticas sociais e do tratamento de litígios.

Estar em conflito é apenas uma das possíveis formas de interação entre os indivíduos, grupos, organizações e coletividades. Há uma intensa e intermitente transformação da sociedade, e em consequência o ordenamento e sistematização por códigos, leis com previsão de sanções.

O conceito de conflito aparece no discurso político oscilando uns 500 anos a.C, e vem desenvolvendo-se através dos tempos. Ou seja, o tempo avançou e essa mesma sociedade que se tornou mais complexa, vem em busca de respostas mais céleres ao buscar o judiciário, na resolução de suas respectivas lides. Estas respostas podem ocorrer na busca por soluções alternativas, que valorizem o outro, instrumentalizando o direito no atingir de sua proposta.

Assim, o conflito pode ser definido como um processo ou estado em que duas ou mais pessoas divergem em razão de metas, interesses ou objetivos individuais percebidos como mutuamente incompatíveis. O processualista mexicano Zamorra Y Castillo (2000), sustenta, que a nível de processualística judicial, o processo judicial considera o conflito um fenômeno jurídico, tratando exclusivamente dos interesses juridicamente tutelados, excluindo aspectos do conflito tão importantes ou até mais do que aqueles juridicamente tutelados.

Importante destacar, para ilustração, conforme o Manual do CNJ, que Deutsch (1977); Azevedo (2004) classificam os processos em construtivos e destrutivos. O destrutivo, por seu turno, se caracterizando pelo enfraquecimento ou rompimento da relação social, na qual o conflito pode se expandir ou tornar-se mais acentuado no desenvolvimento da relação processual. Neste ponto, cada um dos envolvidos busca somente “vencer” a disputa. Por seu turno, os construtivos caracterizam-se pela capacidade de estímulo entre as partes; desenvolvimento de soluções criativas; capacidade de condução ou das partes motivarem todos os envolvidos. No caso, processos construtivos podem ser direcionados quando da aplicação da mediação.

Permeada por pontos de ruptura, a temática dos conflitos veiculados ao Direito torna frequente nos diversos espaços da sociedade brasileira. Tradicionalmente, a forma que o Direito dispõe para lidar com os conflitos é o

processo judicial. Quando ocorre o ajuizamento da ação, o Estado, representado pelo Judiciário, é provocado a intervir no conflito social, para, imparcialmente, buscar a pacificação do conflito que os envolve, com justiça (CINTRA; DINAMARCO; GRINOVER, 2014). Ao ser apropriado pelo campo jurídico, considerando a tradição jurídica brasileira, hermética e reducionista, passa a existir a partir de categorias jurídicas que se cerram em relação à sociedade, ou seja, uma atividade jurisdicional mecânica.

Após a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004 (Reforma do Judiciário), o tema ressurgiu tendo em vista a institucionalização dos métodos de prevenção consensual de conflitos. Sobre a análise que envolve a teoria do conflito, Entelman (2002), no campo da Filosofia do Direito, estuda a descrição do conflito, à variação de seus elementos, apresentando o conflito como uma espécie de relação social, e a interação entre os envolvidos representada pelos movimentos em suas condutas. Em sua exposição, recorre à definição de relação social proposta por Weber (1994), que propõe, através de uma visão interacionista, o estudo do conflito considerando a ação cotidiana e histórica resultante da concorrência por bens escassos, entendidos em sua multiplicidade seja material ou simbólica.

Entretanto, entendemos e buscamos na proposta de investigar o conflito a investigação social, corresponde ao conhecimento do universo humano e de acordo com Moreira (1994) tem início com o fundamento de que

o papel da teoria é tornar visível o invisível, definir padrões e conferir significados aos tipos de observações que normalmente são efetuadas pelos investigadores sociais quando estudam as sociedades e as culturas. É importante, todavia, lembrar que o mundo social contém vários padrões diferentes dependendo do modo como é encarado. (...) Compreender o mundo de diferentes maneiras é, aliás, um papel essencial da pesquisa social e a capacidade de ver tais diferenças e tornar inteligíveis os diversos pontos de vista é uma contribuição fundamental da teoria" (MOREIRA, 1994, p.19).

Ao se pensar a ideia de transformação – resolução do conflito é fundamental, antes, questionar o que vem a ser o conflito? Percebemos a necessidade de um entendimento sobre a ideia do conflito, buscando os conhecimentos na sociologia do conflito relacionando com a mediação, tendo em vista que o conceito de conflito é

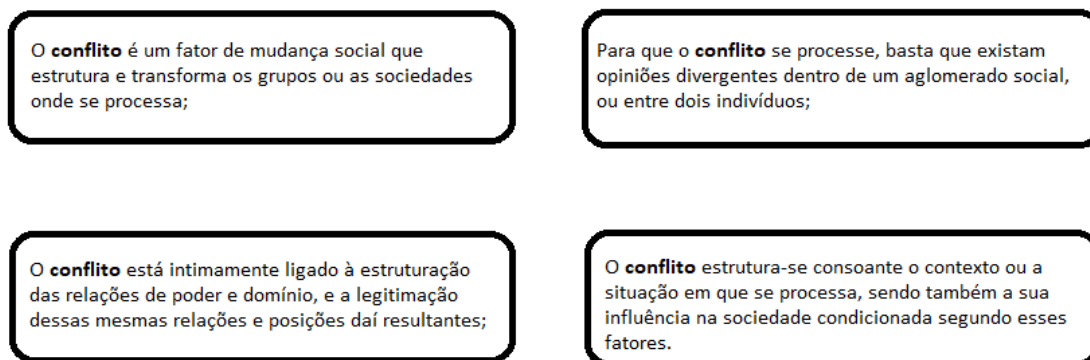
revestido de uma centralidade inegável, como ponto constituinte ao estudar a teoria social.

Reimann<sup>9</sup> (2001) entende que para uma abordagem analítica sobre o conflito é possível se verificar três circunstâncias: primeira: como um problema de ordem política ou manutenção do *status quo*; segunda: como um catalisador para a mudança social e terceira: como uma luta não violenta para a justiça social. Sinalizando ainda, que a origem do conflito se encontra no caráter social e político e na formação da sociedade. Enfatizando, ainda, que a Resolução de Conflitos associa-se a atividades que estejam direcionadas por processos que tendem a resolver as causas não destacadas de forma transparente à violência direta, cultural e estrutural.

De um modo geral, pode-se buscar diferentes maneiras de reação a situações conflitivas: evasão, violência, a busca pelo consenso através do diálogo.

Em busca de uma sistematização na abordagem dos conflitos enquanto teoria explicativa da sociedade, Baltazar (2007) destaca na figura a seguir:

**Figura 1 – Abordagem dos conflitos enquanto teoria explicativa**



Fonte: Baltazar (2007, p. 165)

Pelos conceitos explicitados, constata-se que o conflito envolve diversos aspectos que não apenas os jurídicos, mas também os sociológicos, psicológicos e filosóficos, que revelam ser imprescindível a utilização da interdisciplinaridade para compreender esse fenômeno tão comum. O que de fato constata que a noção de conflito não apresenta um caráter unânime. Remete, de acordo com o latim, a ideia

<sup>9</sup> Cordula, Reimann. Assessing the state of the art in conflict transformation. Disponível em: [http://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2011/2568/pdf/reimann\\_handbook.pdf](http://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2011/2568/pdf/reimann_handbook.pdf)



de choque, de contraposição de ideias, de ideologias, valores. Em decorrência, para que haja o conflito é preciso, primeiramente, que as forças confrontantes sejam dinâmicas (SPENGLER, 2016), contendo em si próprias o sentido da ação, reagindo umas sobre as outras.

Identificamos também abordagens interacionistas sobre o conflito em Simmel (1983); Coser<sup>10</sup> (1996) o conflito como um dos meios de manutenção da ordem social e fortalecer a organização social, uma forma normal e funcional da sociedade e Dharendorf (1979), expoente da ideia que a sociedade não pode existir sem conflito e consenso, os quais são entendidos como pré-requisitos um do outro; e também destacamos mediadores de conflitos: Moore (1998); Galtung (1990) e Lederach (2011). Verificando a obra de Moore (1998), ele considera que o conflito pode conduzir ao crescimento e ser produtivo para todas as partes, dependendo da capacidade dos envolvidos ao criar procedimentos eficientes na resolução de forma cooperativa, descrevendo o abrangente campo de resolução das disputas, detalhando como a mediação pode ser um importante instrumento de se lidar com os conflitos, classificando-os em latentes<sup>11</sup>, emergentes<sup>12</sup> e manifestos<sup>13</sup>.

Galtung<sup>14</sup> (1990) em seus estudos de paz e conflitos nas Relações Internacionais desenvolveu e influenciou diversas teorias, dentre elas: teorias do conflito e resoluções de conflitos. Lederach<sup>15</sup> (2011), entendendo o conflito como uma oportunidade de mudança, através das transformações.

Collins (2009), por seu turno, destacou-se em desenvolver uma teoria do conflito sintética e integrada, buscando desenvolver uma teoria com caráter mais micro que a teoria do conflito macro de Dharendorf (1979). Nela, a análise do conflito

---

<sup>10</sup> COSER, Lewis A. "Conflito" in BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

<sup>11</sup> Caracterizados por forças imperfeitas que não foram reveladas de forma plena e não chegaram ainda a um conflito extremamente polarizado (MOORE, 1998, p. 29)

<sup>12</sup> Disputas em que as partes são identificadas, a disputa é reconhecida e muitas questões estão claras. (MOORE, 1998, p. 30)

<sup>13</sup> Aqueles em que as partes estão envolvidas em uma disputa ativa e contínua, que podem ter começado a negociar, tendo chegado a um impasse (MOORE, 1998, p. 30)

<sup>14</sup> Norueguês Johan Galtung é sociólogo, matemático e um dos principais fundadores da área de estudos de paz e conflitos nas Relações Internacionais. Fundador da disciplina acadêmica Pesquisa de Paz e mentor no campo da mediação e da transformação de conflitos.

<sup>15</sup> Suas teorias sobre métodos de resolução de conflitos com fundamento na cultura e saberes locais tem exercido enorme influência no campo da ciência política, estudos da paz e relações internacionais.

não é ideológica e sustenta-se no fato do conflito ser entendido como o processo central da vida social.

No contexto desta discussão encontra-se ainda o debate sobre o caráter normativo da teoria em ciências sociais e, em particular, da sociologia do conflito, isto é, a dimensão normativa não está totalmente ausente desta área, a qual se insere na progressiva busca da definição do “conflito aceitável”. Esta preocupação encontra-se ilustrada na teoria dos campos de Bourdieu, em que para além de cada um destes se constituir como um espaço de socialização é de igual modo um espaço de competição (que pode assumir formas positivas)

Diversas abordagens podem ser transcritas ainda sobre o conflito, como instrumento de prevenção e mecanismo de correção (CHIAVENATO, 1999); restabelecimento da harmonia (CALMON, 2008). Nesse panorama, cada indivíduo ocupa uma posição social da qual se espera um determinado comportamento, chamado papel social. No entanto, observa-se que, quando determinado indivíduo deixa de cumprir o papel social do qual a coletividade tem uma expectativa de observância, acabam por surgir os conflitos, fenômenos comuns ao tecido de relações humanas (MORAIS; SPENGLER, 2012). A estrutura social na formação de uma rede sistemática de coerções normativas, buscamos Dharendorf (1979), quando preceitua que o conflito se relaciona de forma direta tanto com as expectativas presente no coletivo quanto no individual. Portanto, qualquer tipo de relação social é conflituosa, pois o conflito é da ordem da vida imediata e nos leva a criar outras relações sociais.

A teoria social do conflito de Simmel (1983), parte da ideia de que o conflito reproduz-se junto aos mecanismos interativos e relacionais sociais, ou seja, em todos aqueles produzidos no interior da sociedade, onde deve ser visto numa perspectiva construtiva do corpo social. Ou seja, uma multiplicidade de relações como um fator de socialização, impedindo a estagnação social.

Destacamos, nesse pensamento, a importância do conflito como um elemento integrante das interações sociais. Ou seja, discutir a importância sociológica do conflito é partir do pressuposto de que nenhuma sociedade é perfeitamente homogênea. Destinado a resolver, conforme Simmel (1983, p.11), “dualismos divergentes; um modo de conseguir algum tipo de unidade de unidade”. O conflito constitui um fenômeno universal, preponderante nas relações humanas, presente em todas as manifestações da vida, ainda que com infinitas expressões. A

sociedade percebida e constituída por um tecido de relações humanas que se diferenciam e, portanto, sofrem modificações intermitentes, nas quais os conflitos servem como uma mola propulsora dessas alterações. Invariavelmente, o conflito trás mudanças, estimulando inovações. A sociedade como um sistema organizado de diferenças, sendo elas que constroem a identidade de cada indivíduo pertencente ao grupo (GARAPON, 2001).

Uma organização enquanto forma de vida que resulta em socialização e funcionalização das atividades inerentes aos grupos, em suas atividades humanas (ARENDT, 2008) caracterizando assim, a ideia de que as atividades humanas são condicionadas, ligadas as condições de vida e sobrevivência, como exemplo, a família.

Circunscrever a definição de conflito não é uma tarefa fácil, pois o próprio conceito é dotado de enigmas, tendo em vista que deriva de diversos fatores que se relacionam com questões religiosas, políticas, econômicas e sociais. Assim, não obstante o conflito ter em sua raiz etimológica a ideia de choque, controvérsia, disputa, lide, litígio e contraste, o certo é que “para que haja conflito é preciso, em primeiro lugar, que as forças confrontantes sejam dinâmicas, contendo em si próprias o sentido de ação, reagindo umas sobre as outras” (MORAIS; SPENGLER, 2012, p. 45).

Dinamarco (2004, p. 117) elucida que o conflito significa choque, podendo ser entendido como “a situação existente entre duas ou mais pessoas ou grupos, caracterizado pela pretensão a um bem ou situação da vida e impossibilidade de obtê-lo”.

Para Simmel (1983, p. 124) “essa dinâmica conflitiva permite verificar que o conflito pode ser tanto positivo quanto negativo e que a valoração de suas consequências se dará justamente pela legitimidade das causas que pretende defender”, razão pela qual a sociedade precisa de medidas proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e de competição, de “amor e ódio”, pois uma sociedade verdadeira não se constitui apenas de forças positivas e da inexistência de fatores negativos, mas sim do resultado de aspirações positivas e negativas (MORAIS; SPENGLER, 2012, p. 53).

Considerando a exposição teórica, entendemos que ao direcionarmos na esteira entre o contexto social e as estruturas de poder, faz ressurgir algumas

reflexões, no que concerne ao tratamento dos conflitos oriundos da sociedade, diante dos litígios.

O Estado, enquanto detentor do monopólio da força legítima utiliza-se do Poder Judiciário. Assim, cabe ao juiz, a decisão desses litígios em virtude do sistema social não conseguir suportar a continuidade do conflito.

Spengler (2016) traduz o entendimento de que a legitimidade estatal de decidir os conflitos nasce, assim, do contrato social no qual os homens outorgaram a um terceiro o direito de fazer a guerra em busca da paz.

O contrato social que fez nascer à República e, com ela, a Democracia, determinou o surgimento de regras de racionalização de disputas. Conectados pelo conflito, os litigantes aguardam por um terceiro que o “equalize”.

Assim, a capacidade do Poder Judiciário de absorver e decidir conflitos, estando intimamente vinculada a sua maior ou menor sensibilidade a mudanças sociais, pode ser equacionada partindo de dois dados fundamentais: a profundidade das mencionadas mudanças projetadas pelos conflitos e a velocidade em que se processam na esfera social.

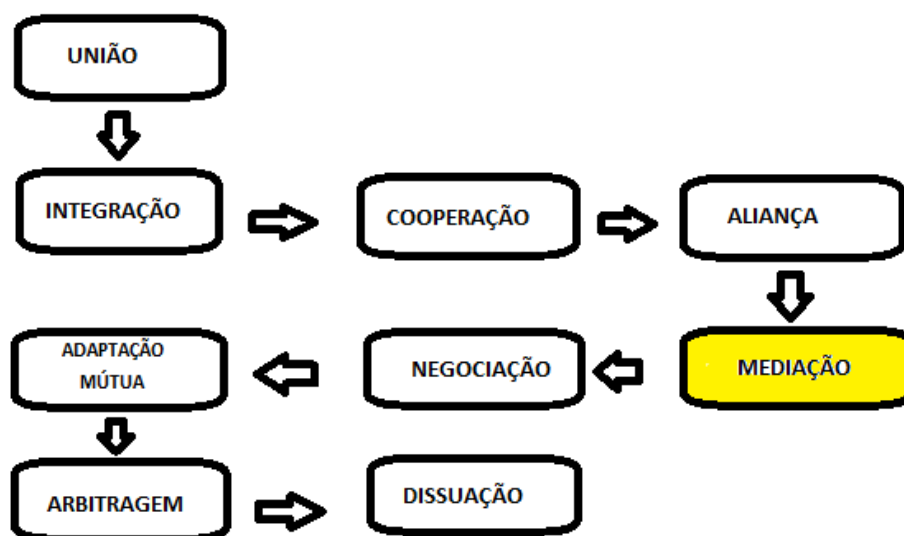
O Judiciário, nesse sentido, (sistemático) depende de análise social quanto a sua eficiência medida através da sua capacidade (estrutural e temporal) de assimilar e tratar conflitos.

O Judiciário funcionaliza ou processa conflitos sociais, mas suas decisões não eliminam relações sociais. A decisão sobre dada relação social, não interrompe, contudo, o surgimento de várias outras, com novas características ou que continue a existir a própria relação social que deu origem a demanda.

Nesse sentido Spengler e Spengler Neto (2012) enfatizam a necessidade de pensar em mecanismos alternativos de solução dos conflitos, como a mediação, que trabalhe com a concepção de autorregulamentação dos conflitos por parte do sistema social.

Dentre a multiplicidade de respostas possíveis ao conflito social, cada um deles com a sua particularidade de fenômenos diferentes, a mediação configura-se como uma das possíveis alternativas na resolução de conflitos, dentre eles, o conflito familiar, na figura a seguir:

**Figura 2 – A multiplicidade de respostas possíveis ao conflito social**



Fonte: Adaptado de FISAS (2004)

Por fim, o que foi tratado no presente capítulo, teve por objetivo ilustrar um paralelo entre os laços familiares, inserindo na discussão algumas teorizações da ideia do conflito e a necessidade da institucionalização da mediação enquanto meio alternativo de solução de conflito familiar; temática que será considerada no capítulo seguinte, em decorrência do advento e institucionalização do modelo da Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos.

### **3 POLÍTICA PÚBLICA E MEDIAÇÃO: CULTURA DA SENTENÇA PELA CULTURA DA PACIFICAÇÃO**

Neste capítulo realizaremos uma abordagem teórica sobre o fenômeno da jurisdicionalização das demandas sociais, a cultura da judicialização no judiciário para trazer o estabelecimento de política pública, relacionando com as Políticas Públicas em Resolução Adequada de Disputas – RAD, identificando os seus fundamentos, na compreensão dos objetivos do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e as funções dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, seguida da investigação à prática da mediação.

### 3.1 CULTURA DA JUDICIALIZAÇÃO NO JUDICIÁRIO E NA VIDA SOCIAL

Reflexos do pensamento de Bourdieu (1989) são sinalizados quando se investiga as estruturas e dinâmicas do campo jurídico diante de condições relacionais entre a sociedade e o direito. Quando se pensa no direito de uma instituição social como a família, a regulação estará de acordo com as características do Direito de Família. Na condição de mecanismo de regulação, também está exposto a tais vicissitudes, mas enquanto sistema perito (GIDDENS, 1991) atuando como referente na estrutura social de modo que dele estão dependentes muitos dos nexos de sentido contemporâneos.

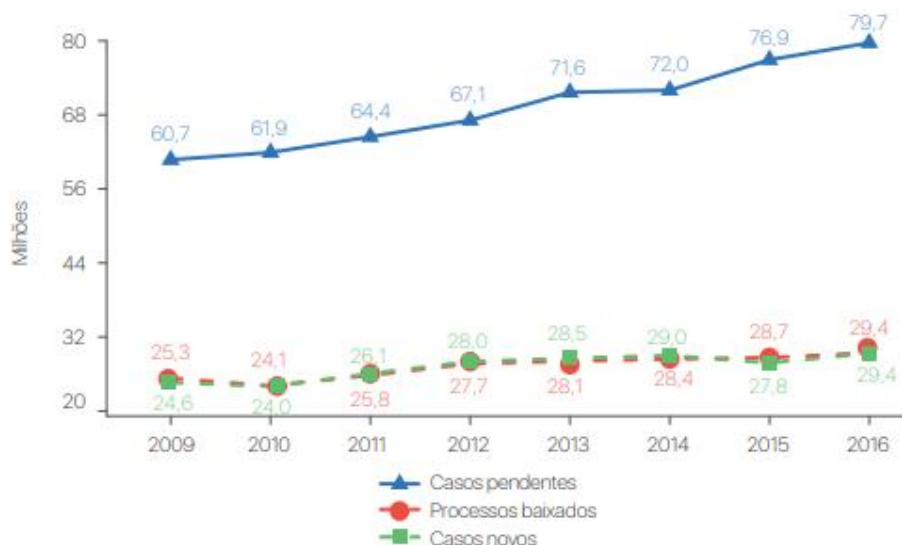
Ao considerar o fenômeno da judicialização no judiciário e na vida social, recorreremos à noção de poder simbólico em Bourdieu (1989), buscando investigar se determinado fenômeno atua na regulação da política pública ao tutelar relações sociais. A proposta de refletir o Direito a partir da noção de campo jurídico traduz uma tentativa de apreender o universo social específico no qual ele se produz, reproduz e difunde, que, ao focalizar na análise ora os elementos formais, ora os instrumentais (BOURDIEU, 1989, p. 209), tende a reduzir a possibilidade de compreensão do próprio Direito. A ação de ruptura com esses esquemas de interpretação favorece a promoção de novas representações do Direito, no sentido de compreendê-lo no contexto das relações sociais que compõem a sociedade. As práticas e os discursos jurídicos devem ser considerados produto deste campo, determinado por relações de forças sociais que o estruturam e por uma lógica que delimita esses possíveis espaços do Direito (BOURDIEU, 1989).

A crescente demanda por decisões judiciais para dirimir questões sociais e o crescimento dos gastos públicos determinados por decisões judiciais dão objetividade ao que denominamos de judicialização no judiciário. Na visão de Moraes e Brum (2016, p. 21), “o Estado se encontra atualmente em um intenso jogo de tensões, desde o mercado de capitais até as incidências produzidas por outros países, principalmente por aqueles economicamente mais desenvolvidos”. A formação desses interesses reflete-se, inclusive, no alcance das políticas públicas internas, tendo foros próprios para sua realização. É fato que o Poder Judiciário participa desse jogo de tensões e interesses, mas o faz subsidiariamente, apenas quando provocado.

Bourdieu (1989) define o campo jurídico como um campo de batalha, com uma lógica interna de relações, tornando-se um instrumento para compreender o universo social do mundo jurídico, na organização das relações existentes e delimitação dos espaços. Ao tempo em que exerce poder simbólico que lhe confere status de imparcialidade e neutralidade, o Poder Judiciário dispõe, efetivamente, de poder estatal para alterar correlações de forças sociais, e interferir em práticas, costumes e condutas sociais as mais diversas. Para o autor, o campo jurídico não se confunde com sistema jurídico, mas se refere ao espaço social no qual prática e discursos (jurídicos) são produzidos a partir de uma lógica específica determinada tanto por relações de força que a estruturam, quanto pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam o universo das soluções propriamente jurídicas.

No Estado Social, o núcleo de decisão desloca-se do Poder Legislativo em direção ao Executivo, motivando o posicionamento do Estado sobre o indivíduo. Por esta razão, o paradigma hermenêutico passa a legitimar os anseios sociais, muito embora, nesta fase, as aspirações populares também tenham sido objeto da expressão máxima dos regimes totalitários. A liberdade começava a ceder lugar à igualdade material. O Poder Judiciário além de compor o campo jurídico, constitui o campo burocrático e estatal e, como tal, detém poder real de normatização da vida em sociedade. Há que se considerar que a falta de efetivação do projeto constitucional brasileiro, bem como a democratização do acesso à jurisdição, tem como consequência a atribuição de um papel de relevância ao Poder Judiciário, como exemplo a proliferação de demandas em torno de direitos sociais inalcançados. Um cenário crescente de demandas políticas se consubstanciando em contendas judiciais, consolidando o fenômeno “judicialização da política”.

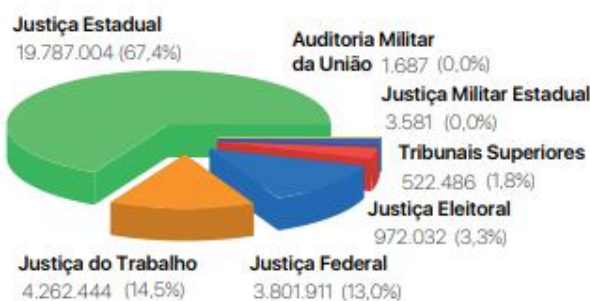
Tal fenômeno pode ser comprovado de acordo com o Relatório Estatístico do CNJ (Justiça em Números 2017 – Ano Base 2016), mostrando em dados o quantitativo de demandas no Poder Judiciário ao finalizar o ano de 2016 com 79,7 milhões de processos em tramitação, aguardando alguma solução definitiva. Desses, 13,1 milhões, ou seja, 16,4% estavam suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório aguardando alguma situação jurídica futura. Durante o ano de 2016, ingressaram 29,4 milhões de processos e foram baixados 29,4 milhões.

**Gráfico 1** – Série histórica da movimentação processual de 2009 a 2016

Fonte: Relatório Estatístico – Justiça em Números 2017.

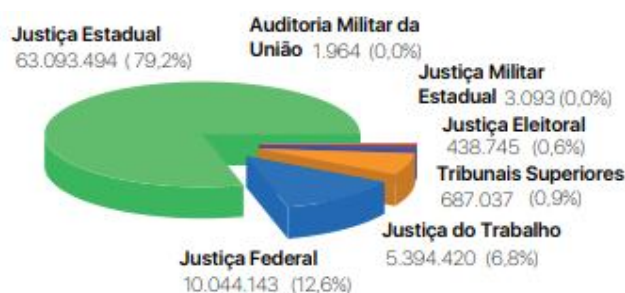
A alta demanda processual acaba por ocasionar um atraso na justiça, fazendo com que ela se torne injusta devido à lentidão em se obter respostas que façam cessar as disputas. Grinover (1990) destaca alguns dos fatores que marcam a situação, que é representada através dos gráficos 2 e 3:

[...] a morosidade da prestação jurisdicional, a sobrecarga dos tribunais, a burocratização da Justiça, a complicação procedimental, as deficiências no acesso à justiça, a insuficiência da defensoria jurídica e a falta de orientação dos cidadãos levam a um distanciamento entre a população, que necessita da Justiça para garantir os seus interesses, e o Judiciário. (GRINOVER, 1990, p. 177)

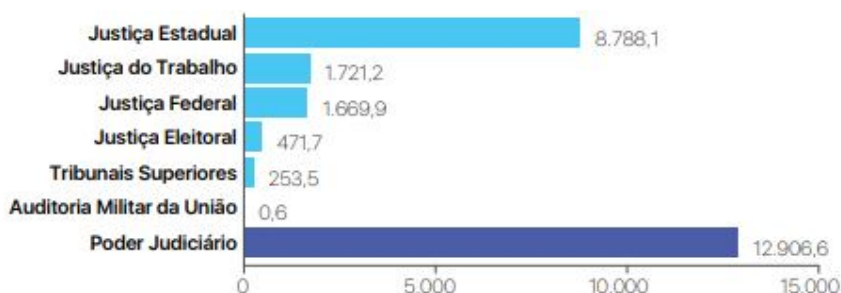
**Gráfico 2** - Casos novos por área de Justiça no Brasil

Fonte: Relatório Estatístico – Justiça em Números 2017.



**Gráfico 3 - Casos pendentes por ramo de Justiça no Brasil**

Fonte: Relatório Estatístico – Justiça em Números 2017.

**Gráfico 4 - Casos novos por 100.000 habitantes por ramo de Justiça**

Fonte: Relatório Estatístico – Justiça em Números 2017.

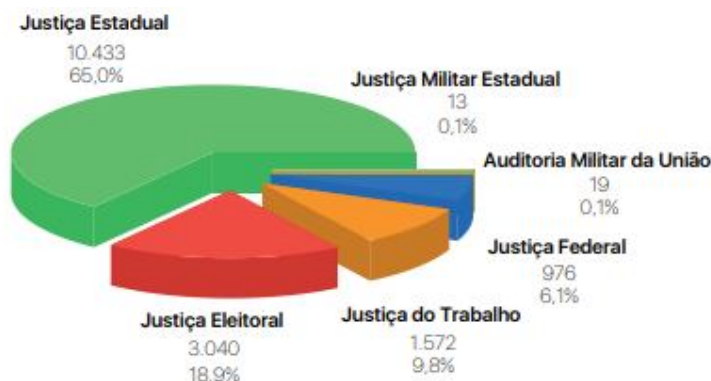
Em análise aos gráficos, observamos que, em média, a cada grupo de 100.000 habitantes, 12.907 ingressaram com uma ação judicial no ano de 2016. Neste indicador são computados somente os processos de conhecimento e de execução de títulos extrajudiciais, excluindo, portanto, da base de cálculo, as execuções judiciais iniciadas.

Considerando o critério de distribuição de unidades judiciárias do primeiro grau do Poder Judiciário, os dados do CNJ (2016) comprovam a existência no país de 16.053 unidades judiciárias, sendo 11.230 varas estaduais, trabalhistas e federais (70%); 1.751 (10,9%) juizados especiais; 3.040 (18,9%) zonas eleitorais; 13 auditorias militares estaduais; e 19 auditorias militares da União.

A maioria das unidades judiciárias pertence à Justiça Estadual, que possui 10.433 varas e juizados especiais e 2.740 comarcas, ou seja, 49,2% dos municípios brasileiros são sede do Judiciário. A Justiça do Trabalho está sediada em 624

municípios e a Justiça Federal em 276, isto é, em, respectivamente, 11,2% e em 5% dos municípios, conforme gráfico a seguir mostra:

**Gráfico 5** - Unidades Judiciárias de 1º Grau por ramo de Justiça



Fonte: Anuário Estatístico – CNJ (2016).

Diante desse cenário, fruto das transformações sociais que impactam fortemente no Poder Judiciário e foram responsáveis pela maior importância que este veio ganhando no cenário político.

Desde a racionalização e centralização da Administração Estatal (BOURDIEU, 1996), operacionalizada pelas monarquias absolutistas em um período anterior (século XV a XVIII) até as revoluções comerciais e a afirmação do sistema capitalista, através da valorização da Justiça na garantia das relações econômicas, influenciaram este processo.

Dentro de uma perspectiva mais direcionada nas mudanças culturais ocasionadas na sociedade, outros determinantes ou facilitadores para a expansão do Poder Judiciário são apontados por Arantes (2007) tais como: a crise dos meios tradicionais de representação política, a revalorização da Sociedade Civil como realizadora de bens públicos não realizados pelo Estado, globalização, agravamento de problemas como corrupção e crime organizado, entre outros.

O crescimento da litigância processual teria conexão com um fenômeno social ocasionado pela plena natureza do individualismo capitalista gerado pelo rompimento com os laços sociais anteriores - família, igreja, estado provedor, etc. Paralelamente a este processo, existe outro processo de contratualização das

relações sociais; o contrato como parte essencial em todas as instâncias de controle da vida humana.

Oliveira e Carvalho (2006) descrevem que a interferência do Poder Judiciário não só na política, mas em toda a sociedade, está conectada ao desequilíbrio de legitimidade das democracias, ao enfraquecimento do Estado, ao predomínio do mercado e à redução da confiança do homem nas instituições democráticas.

Para ele, a explosão do número de processos não é um fenômeno jurídico e sim, social. De acordo com Garapon (2005) uma mundialização da justiça, baseada na principiologia do estabelecimento de relações na qual nenhum tribunal poderá permanecer indiferente aos seus homólogos.

Em contrapartida, sob um ângulo diferenciador, os juristas não somente esclarecem e interpretam a legislação, enfatizando uma forma de compreender o aspecto dominante da sociedade contemporânea. Em decorrência disso, a própria análise interpretativa do Direito é verificada como resultado aos “desafios de uma situação social percebida de uma determinada maneira” (HABERMAS, 1997, p. 123).

É justamente a partir da preocupação com a crise do Estado de Direito que Habermas (1997) propõe como forma de superação o paradigma procedimentalista do Estado Democrático de Direito, segundo o qual os sujeitos de direitos adquirem importantes papéis como agentes formadores e conformadores da sociedade, a partir do exercício de sua autonomia privada e cidadã.

O intermitente aumento do número de processos não é um fenômeno jurídico, mas social, “um palco no qual o grupo social representa, incansavelmente, seu destino” (GARAPON, 2001, p. 188). Como detinha o controle natural dos conflitos, a própria sociedade democrática teve de substituí-los, passando à Justiça a atribuição de monitorar a liberdade e aplicar sanções aos excessos.

Assim, transfere-se ao Judiciário a responsabilidade de resolver conflitos que antes não competiam em sua esfera. Ou seja, a judicialização tem como uma de suas causas a jurisdicação das relações sociais efetuada, em grande parte, pelo mundo político.

Em consequência disso, o que se tem é uma prestação jurisdicional lenta, que na maioria das vezes tarda em apresentar soluções satisfatórias aos problemas dos envolvidos, falhando na qualidade, ocasionando a não realização da justiça e, como efeito, a não concretização da paz social. Assim, o Estado, garantidor da defesa dos

anseios e direitos, deve prestar tutela jurisdicional, procurando estabelecer normas processuais que possibilitem a solução dos conflitos com efetividade.

Para Moraes e Spengler (2012), é somente com a mudança de pensamento, ao quebrar o paradigma judicial do litígio pelo litígio, que se conseguirá considerar uma adequação do processo à realidade. Assim, os efeitos refletem na necessidade de

[...] incorporação ao cotidiano jurídico-jurisdicional de fórmulas diversas que permitissem não só a agilização dos procedimentos, mas, isto sim, uma problematização dos métodos clássicos desde um interrogante acerca de sua eficácia como mecanismo apto a dar respostas suficientes e eficientes para a solução dos litígios que lhe são apresentados. (MORAIS; SPENGLER, 2012, p. 30)

Os possíveis efeitos, resultado das técnicas de tratamentos de conflitos, na garantia da razoável duração dos processos, fazem com que se rompa com o sentido de uma delimitação utilitária do sistema de justiça, uma vez que o direito a um juiz imparcial corresponde à garantia da independência da magistratura diante do poder político, e essa imparcialidade é quanto ao conteúdo da controvérsia, e não quanto ao andamento da relação processual, posto que o juiz deve assegurar o desenvolvimento do processo de maneira regular, rápida e leal, dentro de suas possibilidades (MORAIS; SPENGLER, 2012, p. 27).

Nesse contexto, em meio à crise do Judiciário e ante à ineficiência do Estado em garantir uma prestação jurisdicional adequada aos cidadãos emergem os meios alternativos de solução de conflitos como uma nova forma de solução de litígios, mais célere e eficaz. Entre eles: arbitragem, conciliação, negociação e principalmente, a mediação explanados a seguir.

### 3.2 A POLÍTICA PÚBLICA DE TRATAMENTO DE CONFLITO

Torna-se indispensável trazer uma discussão, no campo teórico, para somente então considerar a proposta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), quanto à efetivação da Resolução 125/2010, criada com o propósito de estimular e regulamentar o tratamento dos conflitos por vias não adversariais, através da implementação de políticas públicas de pacificação social.

A relevância do estudo das políticas públicas está vinculada às mudanças da sociedade e seu desenvolvimento, a uma compreensão teórica dos fatores intervenientes a sua própria dinâmica, bem como à necessidade dos cidadãos

entenderem o que está previsto nas políticas que o afetam, como foram estabelecidas e como estão sendo implementadas (SCHMIDT, 2008, p. 2308).

Inicialmente, é importante distinguir a expressão “políticas públicas”. Conforme Dye (2008, p.1) é tudo o que o governo decide fazer ou deixar de fazer, como a regulação dos conflitos sociais e organizar a sociedade em face de outras.

De fato, toda política pública é uma maneira de intervenção nas relações sociais, estando sempre condicionada pelos interesses e expectativas dos integrantes de tais relações.

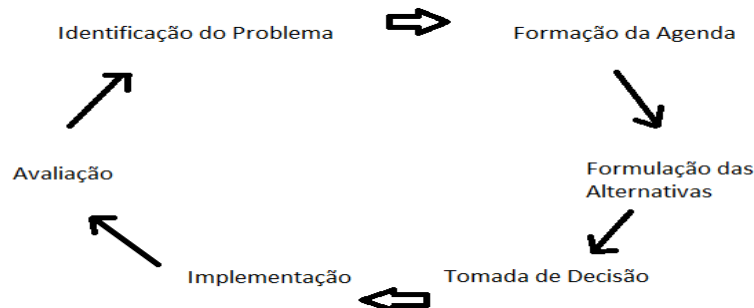
O Estado apresenta como principal papel a promoção de políticas que busquem priorizar a harmonização e convivências dos indivíduos, diante da multiplicação dos espaços públicos de participação e cooperação.

De um modo geral, é o conjunto de ações políticas voltadas ao atendimento das demandas sociais, focadas nos resultados das decisões tomadas pelo governo. Atividade de ação como atividade política, que para Arendt (2008, p. 17), “única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade”.

Bucci (2006, p. 14), a define como “um programa ou quadro de ação governamental, que consiste em um conjunto de medidas articuladas”, estabelecidas com a finalidade de prestação de serviços com maior eficiência por parte do Estado, com o sentido de processo através do qual são planejadas e implementadas as ações públicas, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados, em princípio, em torno de objetivos explícitos (MULLER; SUREL, 2002).

Na concepção de Secchi (2013, p.1): “Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”, destacando dois elementos essenciais constituintes: Intencionalidade pública (motivação para estabelecer ações – resolver problemas) e Problema Público (distinção entre situação atual vivida e a situação ideal).

Ao relacionar a dimensão temporal, apresenta o processo de elaboração de políticas públicas, conhecido como ciclo de políticas públicas, Secchi (2013), considera que a política pública se constitui por etapas: identificação do problema, formação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção (Figura 3).

**Figura 3 - Ciclo de Políticas Públicas**

Fonte: Secchi (2013).

Entendemos a adequação deste, a proposta de Política Pública para tratamento de conflitos. Nesse sentido, o ciclo de política pública, independente do modelo teórico, corrobora com a ideia de que as políticas públicas não seguem um processo linear e contínuo, pois decorre de reflexo da dinâmica real, apresentada como processo interativo entre as relações Estado e sociedade. Percebemos que o fenômeno da judicialização comporta variáveis perspectivas, sendo um deles a sua aproximação da gestão de políticas públicas. Além disso, a formulação de políticas públicas enquanto atividade de planejamento sempre leva em consideração o objetivo que pretende atingir, bem como a finalidade almejada. Spengler (2017, p. 69), discorre que “em se tratando de solucionar conflitos sociais, as políticas públicas podem ocorrer paralelas ao Poder Judiciário, ou serem anteriores ao processo judicial”, como no caso da mediação.

Nessa direção, a Resolução n. 125, de 29 de novembro de 2010, delineia uma política pública voltada para a criação de programas específicos para o tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário. Quando se discute, portanto, a atuação do Poder Judiciário em políticas públicas, debate-se fenômeno complexo, que corresponde à intervenção de um órgão diverso (Judiciário) dos geralmente responsáveis pelo planejamento e execução dos programas do Estado (Legislativo e Executivo), tanto na criação de determinada política, quanto na correção de programas já traçados. No Estado Democrático de Direito, o Poder Judiciário assume novas funções e tem o seu perfil alterado.

Dessa forma, percebe-se que as ações do CNJ, especificamente o fomento em nível nacional aos tratamentos adequados aos conflitos, constituem-se como “mecanismos aptos a viabilizar o maior e melhor acesso à justiça, veiculando

estratégias para que o tratamento de conflitos repercuta uma ampliação da cidadania” (MORAIS; SPENGLER, 2012, p. 33), a qual se tem como fundamento do Estado democrático de direito instituído pela Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 1º, inciso II.

Sobre esta acepção, a ação do CNJ acima descrita possui plena harmonia com o conceito de políticas públicas que as define como “decisões de caráter geral que apontam rumos e linhas estratégicas de atuação governamental, [...] potencializando os recursos disponíveis ao tornarem públicas, expressas e acessíveis à população” (SCHMIDT, 2008, p. 2.312).

Frente às complexidades estruturais em efetivar as técnicas alternativas de solucionar conflitos, cabe destacar a existência de uma sincronia entre as políticas públicas instituídas pelo CNJ em prol de uma jurisdição efetivamente mais adequada em relação à transposição de suas dificuldades, pois, como se sabe, a política de atenção prioritária ao primeiro grau de jurisdição, instituída pelo CNJ, vem no sentido de readequar a força de trabalho e a questão orçamentária (CNJ, 2014), o que certamente trará reflexos benéficos aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania criados pelo artigo 8º da Resolução nº 125.

Ao considerar, portanto, a necessidade de se consolidar uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios, Waltrich (2012, p.81) pondera que “cabe ao Judiciário estabelecer política pública de tratamento adequado dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses, que ocorrem em crescente escala na sociedade”, procurando adequar e realizar uma justiça efetiva, tempestiva e adequada.

Por meio dessa política pública judiciária, que proporciona aos jurisdicionados uma solução mais adequada dos conflitos, o Judiciário Nacional estará assumindo um fundamental espectro da litigiosidade, que ao contrário de dificultar o acesso à justiça, assegurará aos jurisdicionados o acesso à ordem jurídica justa, e, além disso, atuará de modo importante na redução da quantidade de conflitos a serem ajuizados e também, em relação aos conflitos judicializados ou que venha a ser judicializados, a sua solução pelos mecanismos de solução consensual dos conflitos, o que certamente determinará a redução substancial da quantidade de sentenças, de recursos e de execuções judiciais. (WATANABE, 2011, p. 3)

### 3.3 A RESOLUÇÃO 125/2010 E A LEI DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS - LEI Nº 13.140/2015

A criação de uma Resolução do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre a conciliação e a mediação partiu de uma premissa de que cabe ao Judiciário estabelecer a política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses resolvidos no seu âmbito – seja por meios heterocompositivos, seja por meios autocompositivos.

Mais do que um meio de acesso à justiça, fortalecedor da participação social do cidadão, a mediação e a conciliação são políticas públicas que vêm ganhando destaque do Ministério da Justiça, da Secretaria de Reforma do Judiciário e do CNJ brasileiros, uma vez que resta comprovada empiricamente sua eficiência no tratamento de conflito. Prova disso é a Resolução 125, de 29.11.2010, do CNJ, alterada pela Emenda nº 1/2013 e pela Emenda nº 2/2016, que versa sobre a “Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos”.

Com a Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, começa-se a criar a necessidade de tribunais e magistrados abordarem questões como solucionadores de problemas ou como efetivos pacificadores – a pergunta recorrente no Poder Judiciário deixou de ser “como devo sentenciar em tempo hábil” e passou a ser “como devo abordar essa questão para que os interesses que estão sendo pleiteados sejam realizados de modo mais eficiente, com maior satisfação do jurisdicionado e no menor prazo”

A Política Judiciária Nacional prevista na Resolução 125/2010 está estruturada na forma de um tripé: no ápice está o CNJ, com algumas atribuições de caráter geral e nacional; abaixo dele estão os Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMECs) de cada tribunal, responsáveis pelo desenvolvimento da Política Pública nos Estados e pela instalação e fiscalização dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs);

Os CEJUSCs são as “células” de funcionamento da Política Pública, nas quais atuam os grandes responsáveis pelo seu sucesso, suas “peças-chave”, que são os conciliadores, mediadores e demais facilitadores de solução de conflitos, bem como os servidores do Judiciário, aos quais cabe a triagem dos casos e a prestação de informação e orientação aos jurisdicionados para garantia do legítimo direito ao acesso à ordem jurídica justa. (Figura 4)



**Figura 4** - Tripé representativo da Política Judiciária Nacional



Fonte: Manual do CNJ (2016).

O CNJ é o órgão responsável pela formulação da Política Judiciária em caráter geral e nacional, possuindo as atribuições que estão previstas no artigo 6º da Resolução 125/2010, estabelecendo, portanto, diretrizes para implantação e fiscalização da Política Pública em todos os estados.

Entre essas diretrizes, inclui-se o estabelecimento de conteúdo programático mínimo para a capacitação de magistrados, servidores, mediadores, conciliadores e demais facilitadores em métodos consensuais de solução de conflitos e a edição do código de ética desses profissionais.

Cabe ao CNJ também a interlocução política com entidades públicas e privadas, como forma de incentivo ao uso dos métodos consensuais de solução de conflitos.

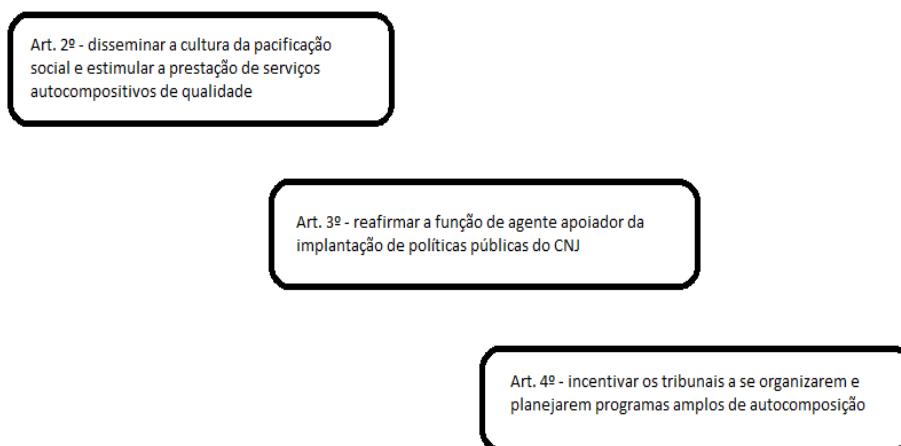
Destaca-se também a criação em 12 de dezembro de 2014, no Encontro Nacional de Núcleos de Conciliação promovido pelo CNJ, do Fórum Nacional da Mediação e Conciliação – FONAMEC, conforme o art.2º de seu estatuto, tem como finalidade o implemento da Mediação e Conciliação nos estados e Distrito Federal buscando fomentar a cultura da paz, com a apresentação e discussão de propostas para (1) criação e alteração de leis, regulamentos e procedimentos; (2) desenvolvimento de sistemas de informação, portais e canais de comunicação; (3) congregação de magistrados e servidores que atuem com mediação e conciliação aperfeiçoando e uniformizando os métodos consensuais de resolução de conflitos por meio de intercâmbio de experiências; e (4) melhorar a articulação e integração

com o Conselho Nacional de Justiça, órgãos de Governo e demais entidades de apoio e representação que atuem diretamente no segmento.

A Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos tem por objetivo a utilização dos métodos consensuais de solução de conflitos – principalmente a conciliação e a mediação – no Poder Judiciário e sob a fiscalização deste, e, em última análise, a mudança de mentalidade dos operadores do Direito e da própria comunidade em relação a esses métodos, com a finalidade de alcançar a pacificação social, escopo magno da jurisdição, e tornar efetivo o acesso qualificado à justiça (acesso à ordem jurídica justa).

Os objetivos da Resolução nº 125/2010 estão indicados de forma bastante taxativa:

**Figura 5 - Objetivos da Resolução nº 125/2010**



Fonte: Guia de Implantação da Conciliação e Mediação (2015).

A Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos se sustenta sobre três pilares, conforme dispõe o artigo 2º da Resolução CNJ n. 125/2010: 1) centralização das estruturas judiciárias, por meio dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs); 2) adequada formação e treinamento de servidores, conciliadores e mediadores; 3) acompanhamento estatístico específico.

Sistematicamente, os objetivos da Política Judiciária Nacional são: 1) o acesso à Justiça como “acesso à ordem jurídica justa”; 2) a mudança de mentalidade dos operadores do Direito e das próprias partes, com a redução da resistência de todos

em relação aos métodos consensuais de solução de conflitos; 3) a qualidade do serviço prestado por conciliadores e mediadores<sup>16</sup>, inclusive da sua capacitação.

Os Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMECs) dos tribunais, afetos a cada um dos ramos da Justiça, são os responsáveis pelo desenvolvimento da Política Judiciária Nacional nos Estados (artigo 7º da Resolução CNJ n. 125/2010), ou seja, pelo planejamento, manutenção e aperfeiçoamento de ações voltadas ao cumprimento da política pública e de suas metas, atuando na interlocução com outros tribunais, entidades públicas e privadas, inclusive universidades e instituições de ensino, Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil, Defensorias Públicas, Procuradorias, Ministério Público e Poder Executivo.

Também são funções dos NUPEMECs: realizar gestão nas empresas e nas agências reguladoras de serviços públicos, com vistas à modificação da política interna, incentivando práticas autocompositivas; instalar e fiscalizar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania; promover capacitação, treinamento e atualização permanente de magistrados, servidores, conciliadores e mediadores em métodos consensuais de solução de conflitos; criar e manter cadastro de conciliadores e mediadores que atuem em seus serviços, regulamentando o processo de inscrição e de desligamento; fixar a remuneração de conciliadores e de mediadores, nos termos da legislação específica.

O NUPEMEC de cada tribunal é composto de magistrados, da ativa ou aposentados, e de servidores, todos com experiência em métodos consensuais de solução de conflitos.

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) originaram-se de experiências anteriores, entre elas a Lei dos Juizados de Pequenas Causas (Lei n. 7.244/1984), posteriormente aprimorada pela Lei dos Juizados Especiais (Lei n. 9.099/1995). Essas experiências, além de trazerem a

---

<sup>16</sup> O Cadastro Nacional de Mediadores Judiciais e Conciliadores (CCMJ) foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para atender ao disposto no artigo 167 da Lei n. 13.105/2015 (Código de Processo Civil) e no artigo 6º, IX, da Resolução CNJ n. 125/2010, para garantir a qualidade e a padronização das informações prestadas aos jurisdicionados e para interligar os cadastros de todos os tribunais. O CNJ não executa nenhuma ação administrativa sobre o CCMJ. A administração do CCMJ compete aos tribunais Estaduais e Federais, órgãos responsáveis pela aprovação ou pelo indeferimento dos pedidos de inscrição efetuados diretamente pelos interessados que desejam atuar em sua jurisdição. (<http://www.cnj.jus.br/>)

mediação para o processo, permitiram a utilização tanto desse método quanto o da conciliação, em fase anterior à propositura da ação (fase pré-processual), evitando a judicialização de conflitos.

Os parâmetros utilizados para a criação dos CEJUSCs foram o gerenciamento dos processos e o Fórum de Múltiplas Portas<sup>17</sup> ou Tribunal Multiportas<sup>18</sup> (Multidoor Courthouse) do direito norte-americano.

Os CEJUSCs são unidades do Poder Judiciário às quais compete, preferencialmente, a realização das sessões e audiências de conciliação e de mediação a cargo de conciliadores e mediadores, bem como o atendimento e a orientação aos cidadãos que possuem dúvidas e questões jurídicas (artigo 8º da Resolução CNJ n. 125/2010). Além de disseminar a cultura do diálogo, a tentativa de buscar acordo reduz a quantidade de processos que chegam ao Judiciário.

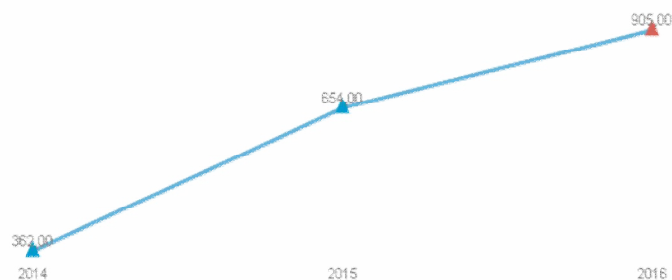
Devem, necessariamente, abranger três setores: setor pré-processual, setor processual e setor de cidadania (artigo 10 da Resolução CNJ n. 125/2010). Para funcionarem, os CEJUSCs devem contar, em sua estrutura, com um juiz coordenador e, eventualmente, com um adjunto, devidamente capacitados, aos quais cabe a administração dos três setores e a fiscalização do serviço de conciliadores e mediadores. Devem possuir, também, ao menos 1 (um) servidor com dedicação exclusiva, capacitado em métodos consensuais de solução de conflitos, para triagem e encaminhamento adequado de casos (artigo 9º da Resolução CNJ n. 125/2010).

O Código de Processo Civil, na esteira do previsto na Resolução CNJ 125/2010, cita, em seu artigo 165, a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs). Segundo dados do CNJ (2016), havia, no ano de 2015, 649 centros na Justiça Estadual, que representam aproximadamente 6% do total de unidades judiciárias, com um elevado crescimento de unidades em 2016. (Gráfico 6)

---

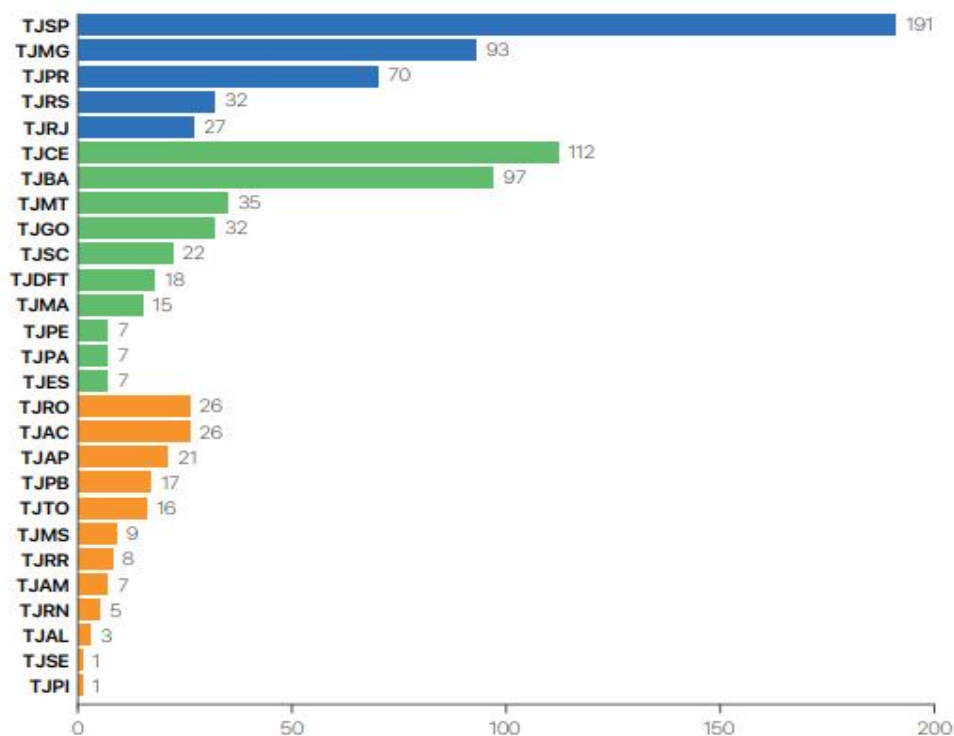
<sup>17</sup> A política pública do Fórum Múltiplas Portas nasce nos Estados Unidos como mecanismo de tratamento dos conflitos que objetiva encaminhar a demanda para o procedimento mais adequado, ante suas peculiaridades. SPENGLER, Marion; OLIVEIRA, Luthyana Demarchi. O Fórum Múltiplas Portas como Política Pública de Acesso à Justiça e à Pacificação Social. [recurso eletrônico] Curitiba: Multideia, 2013.

<sup>18</sup> Na adoção do Fórum Múltiplas Portas, o objetivo central é oferecer o tratamento adequado para a demanda, de forma efetiva, célere e de baixo custo. O modelo disponibiliza mecanismos de tratamento do conflito para processos trazidos até o Poder Judiciário

**Gráfico 6 - Número de Centros Judiciários de Conflito e Cidadania no Brasil**

Fonte: Justiça em Números (2017).

A conciliação é uma política adotada pelo CNJ desde 2006, com a implantação do Movimento pela Conciliação em agosto daquele ano. Ademais, por intermédio da Resolução CNJ n. 125/2010, foram criados os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs). Na Justiça Estadual, havia, ao final do ano de 2016, 905 CEJUSCs instalados (Gráfico 7).

**Gráfico 7 - Centros Judiciários de Solução de Conflitos na Justiça Estadual, por tribunal**

Fonte: Justiça em Números (2017).

Em relação aos referidos centros, a Justiça Estadual passou de 362 em 2014 para 649 CEJUSCs no ano de 2015, o que representa um aumento de 79%. Aproximadamente 24% desses Centros estão localizados no estado de São Paulo. Neste contexto, considerando a realidade do Estado do Rio Grande do Norte o Tribunal de Justiça do RN, através do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos (NUPEMEC) e dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSCs), trabalha para proporcionar uma melhor compreensão, por parte da sociedade, dessas práticas.

Entre as atribuições do NUPEMEC no Rio Grande do Norte, está a criação e instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. Cada Centro é subdividido em três setores: Solução de conflitos pré-processuais, Solução de conflitos processuais e setor de Cidadania. Nos setores pré-processual e processual são realizadas as audiências de conciliação e sessões de mediação.

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs são unidades do Poder Judiciário, responsáveis pela realização ou gestão das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão.

Em 6 de abril de 2011, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte instituiu, através da Resolução 011/2011, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Poder Judiciário do Estado com o objetivo de implementar a Política Judiciária Nacional de Tratamento adequado aos Conflitos de Interesses no âmbito do Poder Judiciário, de acordo com a Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Atualmente, conta com 11 unidades distribuídas no Estado do RN.

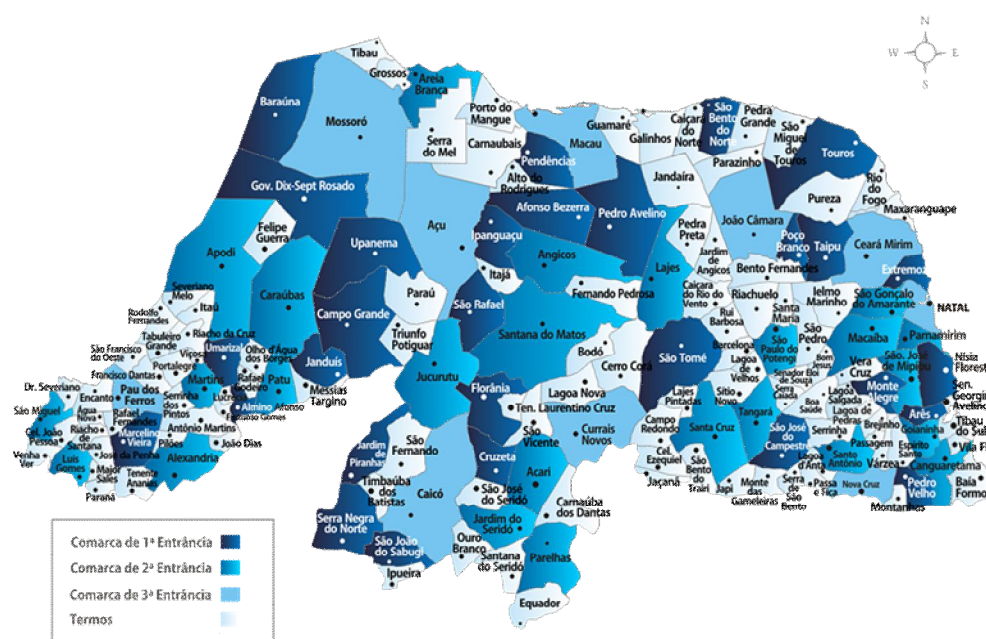
A Justiça Estadual do Rio Grande do Norte (Mapa 1) conta, até o momento da presente pesquisa, com 11 Centros Judiciários de Solução de Conflitos. Além das unidades de Natal, Mossoró<sup>19</sup> e Parnamirim<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Desde 2011 a comarca de Mossoró conta com um Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc Oeste), unidade responsável pelo desenvolvimento da política consensual na região. Apenas nos anos de 2016 e 2017 foram mais de 11 mil audiências marcadas pela unidade para tentativa de conciliação em Mossoró e outras comarcas da região Oeste do Rio Grande do Norte. O Cejusc Oeste integra a estrutura do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação (Nupemec) do Tribunal de Justiça do RN. Dados: <http://www.tjrn.jus.br>. Em 06. Abril. 2018.

<sup>20</sup> Portaria Conjunta Nº 02/2016-TJ, de 23 de Fevereiro de 2016. Regulamenta o funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania das Comarcas de Natal, Mossoró e Parnamirim e institui os critérios para cadastramento de conciliadores e mediadores e câmaras de mediação e arbitragem, bem como dá outras providências.

**Mapa 1 – Distribuição das Comarcas no Rio Grande do Norte**



Fonte: Corregedoria Geral de Justiça do RN.

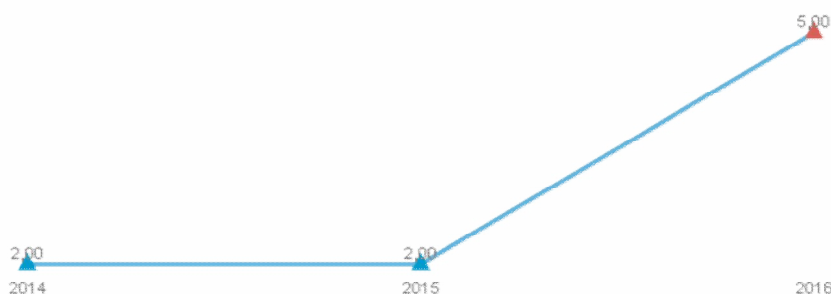
Também foram criados as de Apodi, Currais Novos, Pau dos Ferros, Jardim de Piranhas, João Câmara, Serra Negra do Norte, Caicó e Caraúbas. Estão em fase de implantação nas seguintes comarcas: Areia Branca, Santo Antônio, Almino Afonso, Patu, Extremoz, Campo Grande e Upanema. Dados que comprovam o crescimento de Unidades CEJUSCS no Estado (Gráfico 8).

Na pesquisa de campo, a realização da etapa aplicação de questionários aos mediadores<sup>21</sup> (1ª turma do Tribunal de Justiça – RN, após o advento da Resolução

<sup>21</sup> Pessoa graduada há mais de 02 (dois) anos em curso de nível superior reconhecido pelo MEC certificada com curso de capacitação cujo programa esteja em conformidade com o Anexo I, da Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, ministrado ou reconhecido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. A formação em técnicas de conciliação/mediação é dividida em dois módulos: teórico e prático. Após aprovação no módulo teórico, o candidato deve participar do módulo prático que se constitui em estágio supervisionado que compreende 30 a 50 horas para o curso de conciliação e 60 a 100 horas para o curso de mediação e registrar-se no Cadastro Nacional de Conciliadores e Mediadores em formação com a declaração de conclusão do curso teórico. Após aprovação na parte prática, o candidato é nomeado Conciliador/Mediador por meio através de Portaria do TJRN e alterar o cadastro nacional com o certificado definitivo e a portaria de nomeação. Para manter-se cadastrado junto ao TJRN no Cadastro Nacional de Conciliadores e Mediadores, o candidato precisa completar a prestação do serviço voluntário por, no mínimo, 16 horas mensais.

125/2010 do Conselho Nacional de Justiça) teve realização no CEJUSC-Natal, que está situado no Complexo Judiciário, Conjunto Potilândia, Zona Sul de Natal. Mediadores graduados em cursos como Direito, Psicologia, Serviço Social, Letras, Arquitetura, foram contemplados na referida pesquisa.

**Gráfico 8 – Distribuição evolutiva de CEJUSCS no Rio Grande do Norte**



Fonte: Justiça em Números (2017).

De acordo com dados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, no CEJUSC- Complexo Judiciário as 1ª e 2ª Varas Criminais e 1ª e 2ª Varas de Família que funcionavam no Fórum Distrital da Zona Sul. Dos Juizados, foram transferidos dos 1º ao 13º Juizados Cíveis (que incluem os Juizados de Trânsito e da Microempresa) e do 1º ao 3º Juizados Criminais, além do 1º e 2º Juizados da Fazenda Pública.

### 3.4 A MEDIAÇÃO ENQUANTO MODELO ALTERNATIVO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

A mediação é uma prática antiga porque ela é inerente à natureza humana, e envolve um resultado de uma evolução gradual e lenta que remonta às primeiras sociedades existentes e se encontra como uma das primeiras formas hábeis de resolver os conflitos, muito antes do surgimento do Estado como um ente politicamente organizado e monopolizador da tutela jurisdicional. Somente a partir dos anos 60, cresceu o interesse na busca de formas de resolução de disputas. Nos Estados Unidos, por volta de 1970, denominado de Resolução Alternativa de



Conflitos, ou em inglês, “*Alternative Dispute Resolution*” (ADR), considerando a mediação, conciliação e a arbitragem, conhecidos como novos enfoques da solução de conflitos.

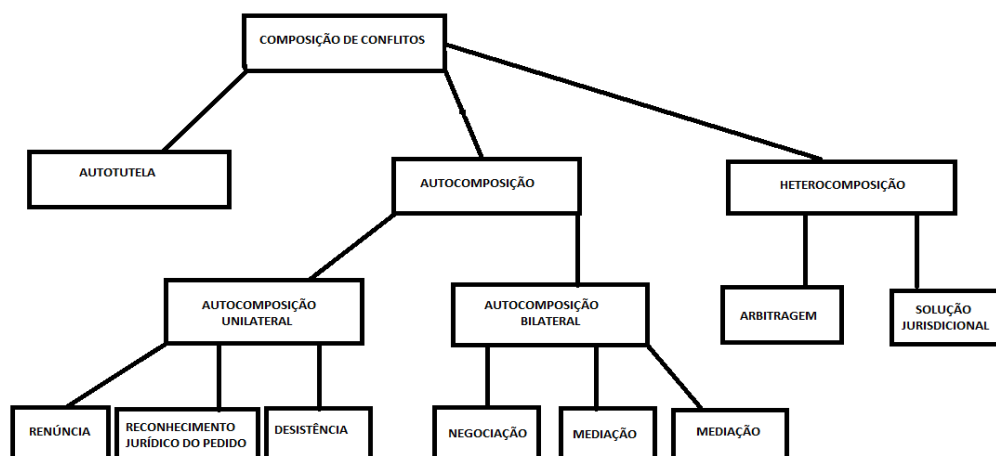
Na América Latina, a Mediação começou sua difusão a partir dos anos 1990, sofrendo influência do modelo norte-americano. A Argentina foi o primeiro país a adotar um Programa Nacional de Mediação, seguido do Chile, Colômbia, Peru. O México e a Colômbia trabalham a mediação em uma visão interdisciplinar. Na Austrália e na Nova Zelândia desenvolvem a mediação com vinculação a juízes e auditores. No continente europeu, Portugal, por exemplo, possui legislação específica que permite e regulamente a prática da mediação como forma alternativa de resolução de conflitos em diversas áreas, incluindo os conflitos ocorridos na esfera familiar.

No Brasil, conforme Cachapuz (2003, p.21) se tem notícia da mediação desde o século XII, muito embora sem previsão na legislação. Mesmo antes da regulamentação legal, a mediação já era modelo de prática no Brasil, através de iniciativas em Tribunais de Justiça do Distrito Federal, Santa Catarina, Rio de Janeiro. Podem ser objeto de mediação em virtude do caráter continuado das relações familiares: matrimônio, a união estável, a separação, o divórcio, o pátrio poder, a guarda, a visitação, a adoção, a divisão de bens e heranças. Em virtude da complexa rede estabelecida na família, a mediação trabalha com o reconhecimento das emoções, afinidade e afeto, na pretensão de estabelecer os reais interesses envolvidos.

A Resolução 125 do CNJ institui a mediação e a conciliação como políticas públicas de tratamento de conflitos. Ambas são consideradas métodos autocompositivos. Importante considerar as diferenças entre ambos os institutos.

São distintos os métodos de solução de conflitos interindividuais e sociais, classificando-se em: autotutela, autocomposição e heterocomposição.

A autocomposição é uma solução pacífica de controvérsias em que as partes, por si mesmas, põem fim às suas pendências através de três formas distintas: a desistência, em que o autor de uma pretensão abdica de seu intento em favor de seu adversário; a submissão, que se distingue pela admissão da pretensão pela parte contrária, e a transação, que põe fim à disputa através de concessões recíprocas.

**Figura 6 - Formas de composição de conflitos**

Fonte: Tartuce (2015, p.73).

A figura 6 destaca um panorama do amplo espectro sobre as possibilidades de composição do conflito proporcionadas pelo sistema jurídico brasileiro. No caso, a mediação classifica-se como método de autocomposição bilateral, pois conta com a participação dos envolvidos na situação controvertida.

A heterocomposição é um modo de composição de conflitos no qual existe a figura de um terceiro imparcial que tem autoridade para impor uma solução para as partes em conflitos. Assim, enquanto na autocomposição mediada o terceiro limita-se a orientar as partes e não tem o poder de suprimir a autonomia dos envolvidos no conflito, na heterocomposição existe um terceiro que toma decisões que podem ser impostas às partes. Compreende a arbitragem<sup>22</sup> e a solução jurisdicional<sup>23</sup>.

A definição de mediação é contemplada pela Lei de Mediação em seu art. 1º e respectivo parágrafo único, o mesmo dispositivo que destaca a adequação do método tanto entre particulares como em relações envolvendo a Administração Pública.

<sup>22</sup> Consiste em um antigo método de composição de controvérsias consistente na escolha de um terceiro pelas partes para definir o destino da controvérsia. Sua utilização se verificou longamente no Direito romano. A decisão sobre o conflito será proferida por uma pessoa de confiança, mas equidistante em relação às partes; o árbitro. (TARTUCE, 2015, p. 56)

<sup>23</sup> Constitui modalidade de heterocomposição potencialmente apta a propiciar a resposta ao conflito de interesses que não pôde ser resolvido pelos próprios envolvidos na relação litigiosa e que precisa de um elemento coercitivo para sua realização. (TARTUCE, 2015, p. 61)

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a mediação como meio adequado de solução de controvérsias entre particulares e sobre a composição de conflitos no âmbito da Administração Pública.

Parágrafo único. Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial e sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

A ideia de mediação, como discutida na esfera jurídica nos dias atuais, está relacionada diretamente ao conflito como objeto. A mediação consolidou-se como método não adversarial de resolução alternativa de conflitos, inclusive no campo do Direito de Família (HALE; PINHO; CABRAL, 2016), pois devido aos avanços da sociedade, os temas concernentes à família sofreram alterações, gerando novos conflitos e processos, no sistema judiciário brasileiro.

Cappelletti (1994) e Pinho (2005) corroboram com o pensamento de que a mediação se apresenta como o método mais adequado para a resolução de conflitos surgidos em relações interpessoais continuadas. Nos conflitos familiares, o diálogo é posto de lado mediante as mágoas, frustrações e rancores, ocasionando separações e divórcios, e por consecutivas disputas por guarda de filhos e bens materiais.

A mediação familiar se revela de grande importância, ao proporcionar um diálogo entre as partes sem que comprometa de forma negativa a estrutura emocional dos envolvidos, se caracterizando como uma alternativa mais vantajosa e menos traumática no tratamento de conflitos, em virtude de ser um procedimento interdisciplinar, com possibilidade de reflexão e um maior campo de escolhas e alternativas. Portanto, um procedimento confidencial e voluntário no qual o mediador, terceiro imparcial, facilita e promove a comunicação entre os envolvidos no conflito.

A mediação, diferentemente do processo judicial, não deve “concluir nem decidir nada, deve somente fazer com que as partes conflitantes estejam em condições de recomeçar a comunicação” (SPENGLER, 2017). Nesse aspecto, o encontro para a realização da mediação é menos formal e burocrático, se comparado a uma audiência (que possui uma linguagem processual própria). De acordo com o art. 334 do Código de Processo Civil<sup>24</sup>, a audiência de conciliação ou

---

<sup>24</sup> O art. 334, § 4º estabelece duas hipóteses de não realização da audiência: a primeira delas, quando as partes assim o registrarem expressamente. A vontade quanto à realização da audiência de conciliação ou de mediação, pelo autor, deve ser expressa na petição inicial, caracterizando como requisito essencial para o seu recebimento (Art. 319, VII, CPC).

de mediação enfatiza que o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. Nesse aspecto, nenhum ato processual, salvo de urgência, poderá ser realizado antes. O notório reside no aspecto de que tanto a mediação quanto a conciliação, propõem uma possibilidade de processo “inovador” do conflito, de maneira envolvendo maior autonomia e responsabilidade.

A mediação diferencia-se da conciliação, o que pode ser observado conforme Tabela 1.

**Tabela 1** - Diferenças entre mediação e conciliação

Considerando	Mediação	Conciliação
O conflito	Conflitos nos quais os envolvidos possuem relações próximas anteriores ao litígio. Como exemplo os conflitos do direito de família.	Existência de conflitos esporádicos, sem relacionamento prévio ou posterior entre os conflitantes.
Papel do mediador/conciliador	Terceiro que atua como mediador, ajudando os conflitantes a restabelecer a comunicação.	Terceiro que pode sugerir, propor, orientar e direcionar o debate e seus resultados.
Objetivos almejados	Um tratamento adequado ao conflito que gere comunicação e satisfação dos envolvidos. O consenso e a efetiva pacificação social	Solucionar o litígio mediante um acordo
Técnica empregada e dinâmica das sessões	Técnicas voltadas para a escuta e o desvelamento do real interesse envolvido no conflito. Sessões mais longas	Técnicas de negociação mais voltadas para o acordo propriamente dito. Sessões mais curtas

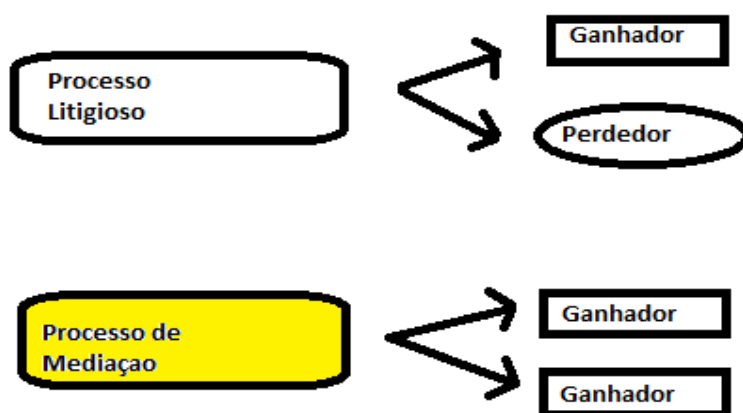
Fonte: Elaborado a partir de Spengler (2017).

Busca, portanto, a conscientização das partes, de suas responsabilidades e valores, mostrando que os sentimentos estão presentes tanto do conflito quanto da solução. Visa a romper com a culpa, objetivando a perspectiva de futuro. Através de mediação familiar, pode-se alcançar a reconciliação do casal, ou a realização de um acordo justo para ambos – uma separação amigável (SANTOS; QUEIROZ, 2015, p.

105). A mediação pode ser aplicada no contexto familiar, como uma forma alternativa de resolver conflitos decorrentes de ruptura familiar, conflitos envolvendo custódia, pensão alimentícia, dentre outros.

Com a intervenção da mediação familiar, é possível compreender que a separação ou o divórcio não significam a dissolução da família, mas sua reorganização (BARBOSA, 2015). Por intermédio da mediação de conflitos familiares, é provável o restabelecimento da confiança e respeito entre os ex-cônjuges, destacando-se a responsabilidade dos pais quanto ao bem-estar dos filhos ao propiciar um ambiente familiar afetivo, para permitir seu desenvolvimento longe do conflito. O objetivo principal da mediação familiar, portanto, é criar um ambiente propício para a celebração de um acordo entre os sujeitos dos conflitos, mediante concessões recíprocas e sem imposições verticalizadas, para se atender às reais necessidades dos envolvidos.

**Figura 7 - Processo litigioso x Processo de Mediação**



Fonte: BREITMAN; (2001, p. 51).

A percepção social do conflito e o objetivo de resolvê-lo reside no objetivo de conceituação da mediação moderna, enfatizando a ideia de ganhador x ganhador. (Figura 7). O conflito é visto como uma manifestação do problema que necessita de uma satisfação. O objetivo imediato de qualquer estratégia de resolução alternativa de conflitos é superar o conflito através da reconstrução de relações sociais, que sofreram interferência diante da situação conflitante.

Nessa dinâmica, as etapas ou fases desempenham um papel importante na mediação, pois é através delas que o mediador pode se guiar e desenvolver adequadamente seu trabalho, transcorrendo em eficácia a mediação. Braga Neto (2017), apresenta etapas do processo de mediação, entre as quais destacam-se: 1. Pré-mediação; 2. Abertura; 3. Investigação; 4. Agenda; 5. Criação de opções; 6. Escolha das opções; 7. Avaliação das opções; e 8. Solução.

O mediador deve, por meio de técnicas de mediação e ao longo do procedimento, encontrar meios de facilitar a comunicação entre as partes para a composição do conflito. Um procedimento de mediação judicial pode durar, em média, cinco sessões, com sessões aproximadamente transcorrendo por duas horas. A equipe da mediação é constituída por dois mediadores e dois observadores. Os mediadores direcionam efetivamente as sessões. Os observadores analisam e cooperam nos momentos de planejamento e discussão da equipe. Na mediação judicial<sup>25</sup>, conforme determina o art. 24 da Lei de Mediação, tem como característica a flexibilidade procedimental. Nessa dinâmica, a mediação apresenta objetivos pedagógicos, conforme tabela abaixo:

**Tabela 2 - Objetivos Pedagógicos da Mediação**

Valorização de cada parte	Validar as partes a partir do respeito ao outro.
Reconhecimento entre as partes	Expressar em igualdade de condições e horizontalidade dos participantes do processo
Análise do interesse das partes	Identificar, hierarquizar e contrastar os interesses das partes
Responsabilização das partes	As partes devem assumir o nível de responsabilidade do conflito
Contextualização do conflito	Incorporar na análise, elementos sociais e culturais próprios do contexto em que se desenvolveu o conflito
Reconstrução do conflito	Identificação e caracterização explícita das relações sociais entre as partes.

Fonte: Mondaca; Ávalos (2010, p. 9) (Tradução nossa).

<sup>25</sup> Conforme determina o art. 24, Da Lei de Mediação, os tribunais criarão Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação, pré-processuais e processuais, e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição. Esta disposição está em consonância com o previsto na Resolução 125 do CNJ.

O artigo 2º da Lei de Mediação dispõe sobre os princípios que a regem: I. Imparcialidade do mediador; II. Isonomia entre as partes; III. Oralidade; IV. Informalidade; V. Autonomia da vontade das partes; VI. Busca do consenso; VI. Confidencialidade; VII. Boa-fé. Princípios que devem ser aplicados no decorrer das sessões de mediação, tendo em vista a condução da atividade do mediador e administração das emoções envolvidas nos conflitos de família.

## 4 DIMENSÃO QUALI-QUANTITATIVA DA PESQUISA

Segundo Minayo (2010), a fase de análise dos dados, visa alcançar três objetivos: ultrapassagem da incerteza, voltando-se às questões e perguntas colocadas no estudo; enriquecimento da leitura, aprofundando um olhar que supera o imediatismo e espontaneísmo; e integração das descobertas, onde se aprende uma lógica interna ao material produzido no campo (MINAYO, 2010). É o momento onde são apresentados os resultados da pesquisa, construídas as discussões sobre as questões de pesquisa e as considerações finais, a partir de cruzamentos entre o corpus empírico, os objetivos da pesquisa e o marco teórico utilizado.

A construção do conhecimento sociológico se edifica a partir da busca de explicações e/ou compreensão do movimento dado pelas interações entre os indivíduos. O conhecimento sobre o conteúdo do pensamento dos indivíduos que compõem uma dada sociedade tem relação com a sua existência e expressa a dinâmica que essa sociedade vive. Isso significa que o nível de complexidade das estruturas e dos conteúdos gerados pelo funcionamento da sociedade é a expressão de seu movimento

### 4.1 CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA

O processo de apreensão da realidade investigada seguiu-se em caráter sistemático as seguintes etapas<sup>26</sup>:

- a) Inicialmente o procedimento exploratório-descritivo, buscando o tratamento de dados bibliográficos - constituindo de: leitura seletiva; leitura crítica e leitura interpretativa.
- b) Pesquisa documental: realizada na captura de documentos, legislações nos respectivos órgãos responsáveis pela prática da Mediação.
- c) Caracterização do campo: preparação e prévia autorização documentada, mediante autorizações para a realização da pesquisa.

---

<sup>26</sup> Na presente pesquisa, não houve possibilidades de entrevistar os conflitantes, tendo em vista as condições decorrentes nas sessões de mediação de família (muitas envolvendo mais de um encontro); bem como o princípio da confidencialidade.



d) Pesquisa em campo: ocorreu em três etapas distintas, considerando os objetivos delimitados<sup>27</sup>, no espaço temporal compreendido de setembro de 2016 a maio de 2017.

d.1. Participação em cursos: mediação no novo Código de Processo Civil; Atuação do CEJUSCs na solução dos conflitos familiares.

d.2. No CEJUSCs Natal: aplicação de questionários juntamente a 19 (dezenove) mediadores do Tribunal de Justiça – RN; 04 juízes titulares (coordenadores); 07 advogados. Participação, como observadora, em 05 sessões de mediação (observação única e exclusivamente com a finalidade de verificar o procedimento).

d.3. No NUPEMEC Brasília: aplicação de questionários (no período de: 13 a 16 fevereiro/2017 a 04 juízes titulares com atividades no NUPEMEC e CEJUSCs Brasília (Coordenação).

A escolha dos entrevistados ocorreu mediante os seguintes critérios de inclusão:

- Mediadores do Tribunal de Justiça/RN;
- Juízes Titulares em funções nos órgãos CEJUSCs, NUPEMEC, FONAMEC
- Advogados atuantes nas Varas de Família

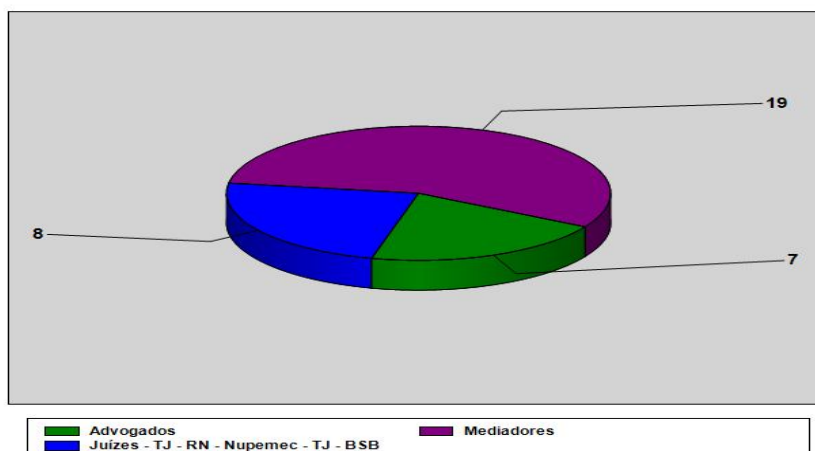
A amostra, portanto, constituída (conforme gráfico) por:

- 19 mediadores (Capacitados através de programa do Curso de Capacitação oferecido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, consoante o Anexo I da Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça).

- 08 juízes titulares
- 07 advogados

---

<sup>27</sup> Considerando dados estatísticos ou levantamento de números de sessões de mediação, realizadas no CEJUSC – Natal – Vara de Família, até o término da pesquisa, não houve possibilidades de obtenção em dados concretos, tendo em vista a organização e adequação oficial dos números em construção.

**Gráfico 9** – Quantitativo de participantes na pesquisa

Fonte: Programa DSC Soft

#### 4.2 O DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO ENQUANTO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A elaboração dos olhares de mundo está no cerne do problema da constituição da realidade. A ciência social apresenta como objeto de estudo a relação entre essa realidade e a percepção desta. De caráter indutivo e inspiração fenomenológica (HUSSERL, 1980; SMITH; SMITH, 1998), a técnica do *Discurso do Sujeito Coletivo* (DSC) busca a identificação de representações sociais dos agentes em suas práticas sociais enquanto esquemas sociocognitivos (BARBOSA, 2014). Conforme Lefèvre e Lefèvre (2010), o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), enquanto um método qualitativo de análise do discurso que permite obter dados quantitativos da fala de um sujeito alicerça-se em: Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2010) e a Teoria da Reprodução Social ao buscar mais direcionalmente os esquemas sociocognitivos e o conceito de *habitus*, proposto por Bourdieu (2004).

Um recurso que consiste em descrever o sentido dos discursos individuais existentes nas pesquisas de construção de sentido e de Representações Sociais (RS). O discurso individual é recortado no que tem de essencial e, assim, o discurso-síntese é inserido em uma única fala coletiva, do conjunto de sujeitos pesquisados, representativa de cada um, que se integra em um pensamento coletivo, sobre compartilhado determinado tema. Ao analisar o recorte qualitativo, representa-se a

dimensão simbólica, com ênfase nos esquemas sócio-cognitivos, representativos da percepção dos entrevistados sobre o tema objeto de estudo.

Portanto estão ligadas a valores, a conhecimentos e a práticas individuais que norteiam e direcionam as condutas no dia a dia das relações sociais e expressam-se por intermédio de sentimentos, atitudes, palavras, gestos, frases e expressões.

Dessa forma, a Representação Social constitui um sistema de ideias que se comunicam, uma classe de conhecimento construído no dia a dia na vida das pessoas, um intercâmbio social viabilizando que grupos sociais sejam sistemas simbólicos. Para Moscovici (2010), representando-se uma coisa ou uma noção, não produzimos unicamente nossas próprias ideias e imagens: criamos e transmitimos um produto progressivamente elaborado em inúmeros lugares, segundo regras variadas, orientando, assim, os comportamentos e práticas.

Para Bourdieu (1996), as relações sociais podem ser observadas como interações simbólicas, mas as trocas linguísticas, “constituem relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores e seus respectivos grupos”. Essas interações, enquanto sistemas simbólicos, em suas representações sociais, ocorrem em uma intensa relação entre o contexto sócio histórico de inserção dos entrevistados e dos grupos e por um outro, lado esses sujeitos também influenciam as relações sociais, políticas e culturais. O *habitus* como uma subjetividade socializada (BOURDIEU, 1996), que constitui a maneira de perceber, julgar e valorizar o mundo e que orienta a forma de ação, corporal e materialmente. Uma interiorização da objetividade social que produz uma exteriorização da interioridade. O pessoal, individual e o subjetivo ao mesmo tempo social e coletivamente sintonizado. Os sujeitos e as relações de força que estes estabelecem entre si condicionam e são condicionadas pelas estruturas que orientam a vida social.

Um dos conceitos fundamentais de Bourdieu (1996), como *habitus* sendo aplicado à pesquisa qualiquantitativa, permite romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade, fornecendo um princípio de sociação x individuação. Uma forma prática de um determinado grupo de sujeitos, que, pelo *habitus*, adquirem e incorporam nas suas condições de existência, fazendo com que as ações e representações apareçam e se constituam na vida social (Bourdieu, 1996). O *habitus*, revelado metodologicamente pelo Discurso do Sujeito Coletivo,

manifesta claramente uma representação social coletivamente partilhada por muitos, refletindo um pensamento coletivo comum.

Nesse pensamento, a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo é construída do conhecimento verbal, agrupando-se em opiniões coletivas, originando um apanhado de discursos coletivos. Funcionam, as representações sociais, como um sistema de interpretação da realidade, atuando nas relações estabelecidas pelos sujeitos no meio em que estão inseridos. Baseando nisso, o Discurso do Sujeito Coletivo é um instrumento de resgate das representações sociais, com uma reconstrução do pensamento social enquanto depoimento coletivo, levando a uma dimensão objetiva e subjetiva na composição da realidade social humana.

O DSC, no que se refere às representações sociais como objeto de pesquisa empírica favorecendo novas possibilidades de relações — no caso, de diálogos — entre o todo e as partes, entre o individual e o coletivo, entre o teórico e o empírico, entre a descrição e a interpretação, entre a síntese e a análise, entre o paradigma e o sintagma, entre o qualitativo e o quantitativo, o que justifica, e talvez exija, a sua inserção no quadro das reflexões atuais sobre a complexidade das relações sociais.

O Discurso do Sujeito Coletivo (LEFEVRE; LEFEVRE, 2006; LEFEVRE; LEFEVRE; MARQUES, 2009) é compreendido, em sua sistemática, em três níveis de complexidade: 1. a produção individual das representações sociais (depoimento); 2. reprodução coletiva das representações sociais (a partir da seleção de expressões-chaves e ideias centrais e ancoragens correspondentes); 3. ressignificação interpretativa das representações sociais – discussão e interpretação das evidências, sob a forma de discursos constituintes de sujeitos coletivos. Explicam ainda que DSC “é uma técnica de pesquisa empírica que tem como objeto o pensamento de coletividades que permite iluminar o campo social pesquisado, resgatando nele o universo das diferenças e semelhanças entre as visões dos atores sociais ou sujeitos coletivos que o habitam”. A soma destas duas complexidades pressupõe um modelo sobre o que é o pensamento coletivo e uma metodologia destinada, através de pesquisas empíricas, a fazer emergir pensamentos coletivos sobre temas específicos, que sejam conformes a este modelo. Esse é o objetivo geral da análise.

Quanto aos procedimentos relativos à análise de dados objeto da investigação, o objetivo é identificar as diversas categorias que agregam em eixos

comuns os discursos dos entrevistados. Na sua aplicação, é possível utilizar os seguintes operadores/operações:

1. Expressões-Chave (E-CH);
2. Ideias Centrais (ICs);
3. Ancoragens (ACs);
4. Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs).

No processo de elaboração do *Discurso do Sujeito Coletivo*, cada categoria, ao ser congregada pelo pesquisador em um conjunto de opiniões a partir dessas E-CHs e ACs semelhantes, desdobra-se em um discurso coletivo, composto na primeira pessoa do singular para demarcar a presença de enunciação do pensamento coletivo na pessoa do Sujeito Coletivo de Discurso. O modo de elaboração das perguntas deve permitir um duplo movimento por parte dos entrevistados: a resposta ao que está sendo investigado e o resgate da linguagem e do pensamento das ações do mundo cotidiano (BARBOSA, 2014).

Desse modo, evidencia a força (intensidade) e o grau de espalhamento (amplitude) de uma categoria no grupo social. Para viabilizar o tratamento dos dados, é utilizado o Programa DSCSoft *software* elaborado pela Sales e Paschoal Informática, fruto de parceria com a Universidade de São Paulo (USP), a Faculdade de Saúde Pública e os professores Fernando Lefevre e Ana Maria Lefevre, seus criadores. Trata-se, portanto, de um recurso para a análise qualiquantitativa em tela, qual seja, as representações sociais relativas à Mediação enquanto alternativa a resolução dos conflitos familiares.

No intuito de viabilizar a coleta de dados, foram estabelecidas 06 (seis) questões com seus respectivos objetivos, conforme descrito a seguir:

**Questão 1 : Para você o que é um conflito?**

Objetivo: Apreender o significado de conflito

**Questão 2: Como você vê a política nacional que trata sobre a resolução de conflitos, no Judiciário?**

Objetivo: Perceber a expectativa dos envolvidos na mediação, sobre a finalidade da política consensual do Judiciário

**Questão 3: Para você, qual a atuação (papel) do CEJUSC?**

Objetivo: Compreender o papel do Judiciário, através das práticas, como efetivo centro de harmonização social.

**Questão 4: Qual a contribuição da prática da mediação nos conflitos familiares?**

Objetivo: Entender a contribuição da prática da mediação nos conflitos familiares

**Questão 5: Para você, a mediação é considerada um campo de atuação interdisciplinar? Como você explica isso?**

Objetivo: Verificar a mediação enquanto perspectiva de uma visão interdisciplinar

**Questão 6: O que você tem a dizer sobre o diálogo (conversa), que é realizado entre os participantes, durante a mediação?**

Objetivo: Avaliar, se com a mediação, enquanto prática para a facilitação do diálogo entre as partes possibilita o (re) estabelecer da comunicação.

## 5 A MEDIAÇÃO COMO ARTE E TÉCNICA

A mediação como agente transformador de diferenças, ela se mostra como uma arte visível em despolarizar a postura existente entre os litigantes, deslocando as resistências, através de uma reconstrução simbólica dos processos conflitivos. Arte e técnica que pode superar o imaginário do normatismo jurídico. Um caminho que pode levar a superar a condição jurídica da modernidade, baseada no litígio e apoiada em um objetivo idealizado. Para o Warat (2018) é um trabalho sobre afetos em conflito, não um acordo entre as partes, exclusivamente patrimonial, sem marcas afetivas, permeados pelos saberes e sentidos do tempo. Um sentido da mediação que leve a compreensão por uma forma inovadora de resolução de conflitos através do consenso dialogado, alcançado entre as partes envolvidas, sobressaindo da dogmática de dimensão judicial, canalizando-se no amadurecimento das relações. A mediação deve ser trabalhada e vivenciada, não só como um procedimento de resolução ou transformação de conflitos, mas também como elemento substantivo para a reciclagem semântica das categorias do Direito em um novo saber jurídico. A arte também observada em decorrência da função do mediador enquanto agente transformador e facilitador das diferenças localizadas nos conflitantes, ao direcionar, juntos, um caminho mais viável e harmonizador em suas vidas.

Nesse contexto, através das representações sociais dos agentes envolvidos da mediação, em seus variados campos simbólicos (BOURDIEU, 2004) chegamos às linguagens e falas; ações e iniciações, traduzidas através dos discursos de um espaço público que convive com a prática da mediação em família, uma riqueza de pluralidade humana, uma história coletiva, vivenciada por cada um, que poderá ser um canal de introdução à noção de alteridade, como um espaço social que pode encontrar a sua expressão no diálogo, enquanto espaço possibilitador de transcender os limites institucionais.

### 5.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A UTILIZAÇÃO DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO (DSC)

O DSC (Discurso do Sujeito Coletivo), uma nova maneira de pensar “nossos modos de pensar, nosso eu coletivo”, consistente em uma técnica na medida em que os resultados possibilitam o acesso às Representações Sociais atuantes e

constantes em um determinado temporal. No DSC as Representações Sociais aparecem claramente nas falas dos entrevistados que depois são reunidas por categorias e no DSC aparecem como se fosse um representante falando pelo coletivo.

A seguir, serão apresentados e comentados os resultados obtidos em forma de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que consiste em um discurso síntese redigido na primeira pessoa do singular composto de “Expressões Chave – ECH”, organizados em categorias a partir dos depoimentos colhidos.

Como são resultados de questões abertas, vamos apresentar para cada DSC, a questão e as respectivas categorias identificadas. Para melhor caracterizar a questão, optamos por indicar o seu objetivo. Para critérios de identificação e preservação do sigilo, as pessoas entrevistadas foram identificadas através de um código alfanumérico: M refere-se a mediadores; J refere-se a juízes; e A refere-se a advogados. Nos discursos existem trechos das falas entre colchetes [...] indicando que não são provenientes das falas dos entrevistados, mas são conectores com único propósito de dar encadeamento ao texto. Foram escolhidos com o cuidado necessário para não interferir no pensamento exposto nas entrevistas.

### **Questão 01: Para você, o que é um conflito?**

Objetivo: Apreender o significado de conflito

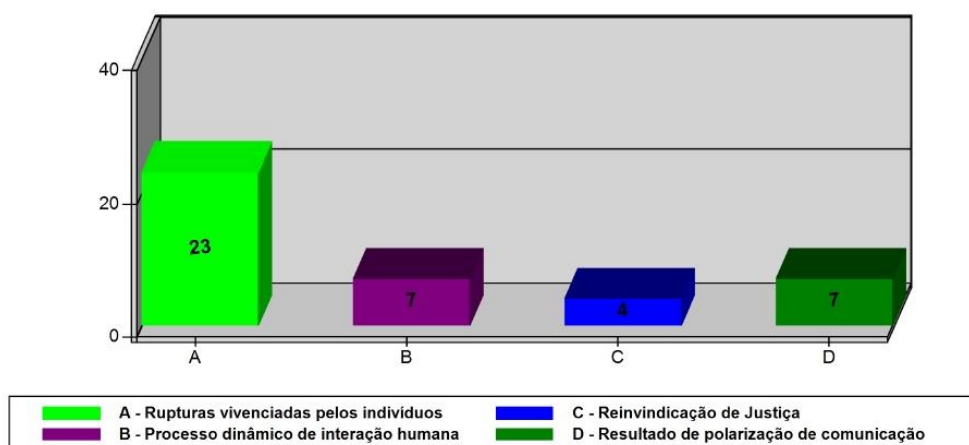
Para atender o objetivo de “Apreender o significado de conflito” foram colhidos depoimentos que responderam à seguinte questão: Para você, o que é o conflito?

**Tabela 3 – Frequência das categorias relativas a questão 01**

		(n)	FREQUÊNCIA RELATIVA (IDEIAS)	FREQUÊNCIA RELATIVA (ENTREVISTADOS)
PESQUISA	A Mediação no Campo Jurídico: Uma alternativa à resolução dos conflitos familiares: Natal			
1 - Para você, o que é um conflito?				
	A - Rupturas vivenciadas pelos indivíduos	23	56.10 %	67.65 %
	B - Processo dinâmico de interação humana	7	17.07 %	20.59 %
	C - Reinvidicação de Justiça	4	9.76 %	11.76 %
	D - Resultado de polarização de comunicação	7	17.07 %	20.59 %
TOTAL DE IDEIAS		41		
TOTAL DE ENTREVISTADOS		34		

Fonte: DSCSoft



**Gráfico 10 – Distribuição das Categorias do DSC da pergunta 01**

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados categorizados em forma de DSC, utilizando o DSCsoft. Dados originados de pesquisa de campo realizada em 2016/2017

Para a questão 1, as categorias identificadas e suas respectivas frequências de respostas foram: A – rupturas vivenciadas pelos indivíduos (56,10%) B – Processo dinâmico de interação humana (17,07%) C – Reinvindicação de Justiça (9,76%); D – Resultado de polarização de comunicação (17,07%).

### DSC da CATEGORIA A – Rupturas vivenciadas pelos indivíduos

Para mim, um conflito se caracteriza pela relação de desentendimento vivenciada socialmente, o que se consubstancia em desarmonia social, gerando uma tentativa de sobreposição das questões de um em detrimento de outrem. Apresenta-se como toda pretensão que encontra resistência, entre dois ou mais indivíduos, pessoa física quanto jurídica, entre dois grupos, um grupo e uma pessoa, uma organização e um grupo, grupos familiares, qualificados pela falta de diálogo, e violência na comunicação. Portanto, um desentendimento, um impasse, uma divergência de dois ou mais interesses, que discordam em determinado assunto, em razão de objetivos individuais vistos como mutuamente incompatíveis, frente a uma determinada situação, de pensamentos e vontades, que acaba por acarretar um choque de posições antagônicas, de opiniões, valores, posições e pensamentos, envolvendo relações concernentes a bens, financeiro, frustração e ou questões sentimentais, provocado, principalmente, por mágoas e ressentimentos, numa dada relação, que não está passível de uma condução harmoniosa. Logo, uma situação geradora de tensão, de embate, quanto aos seus interesses e questões não resolvidas que se contrapõem. (M13 – A2 – A3 – J1 – J8 – J4 – A4 - J6 – M15 – M 4 – J7 – M9 – J2 – M18 – M20 – M21 – M16 - J3 – M3 – M6 – M10 – M1 – M8)

De acordo com o DSC da Categoria A – “Rupturas Vivenciadas pelos Indivíduos” o conflito é definido como um processo ou estado de divergência entre duas ou mais pessoas, consubstanciando em uma desarmonia social. Neste

aspecto, “estendendo o conflito além de seu problema original, levando a ruptura no relacionamento” (MARTINELLI; ALMEIDA, 1998. p. 48). Desse modo, um choque que envolve posições divergentes de pensamentos e vontades, consequentemente acarreta um choque de posições antagônicas, relacionadas às opiniões, aos valores, às posições e aos pensamentos diferenciadores em opiniões, com origem no caráter heterogêneo das relações, que podem sofrer mudanças ou rupturas. Resgatando teoricamente Simmel (1983) o conflito nesse discurso em destaque é destinado, portanto, a resolver dualismos divergentes, indicativo de fatores de dissociação como valores sentimentais, discórdias, ressentimentos, como as causas do conflito.

### **DSC da CATEGORIA B – Processo Dinâmico de Interação Humana**

[Considero] um fenômeno natural da relação social, as relações humanas são caracteristicamente formadas de elementos conflitantes em toda sua nuance, sobretudo, emocional. Uma oportunidade de buscar soluções, de desenvolvimento, de crescimento, de se criar uma nova percepção dos fatos, necessário a sobrevivência e a evolução de todo ser vivo na terra, em especial o ser humano. É também o momento, uma oportunidade de resgatar relações, importante viés na restauração de conflitos. A partir do conflito, as partes jurisdicionalizadas ou não, tem oportunidades de trabalhar o conflito a partir de uma questão não resolvida, onde os envolvidos sofrem e causam sofrimentos às pessoas indiretamente relacionadas, com uma ou com ambas, as partes. [...] Ou seja, o conflito, no senso comum, pode ser visto como um choque de interesses, divergências. [...] um fenômeno negativo, mas também apresenta sua faceta positiva, na medida em que contribui para o crescimento e o amadurecimento das relações humanas [...] contudo, há de se observar que os conflitos são consequências naturais da vida em sociedade e, quando resolvidos, podem revelar novas posições e ideias que antes não eram observadas, por isso necessário para o desenvolvimento psicológico e físico das pessoas. [...] (J8 – J5 – J7 – J2 – M5 – M2 – M3 )

O discurso intitulado “o conflito como processo dinâmico de interação humana” apresenta de forma clara o conflito enquanto um fator de construção ao buscar alternativas a sua transformação, na forma de um movimento pelo qual não cessam de se remodelar as relações entre os indivíduos. Para Bush; Folger (1999), a importância da revalorização e do reconhecimento do outro diante de um momento transformativo nas relações dele originadas, através de um processo dinâmico de interação humana e confronto de poder em que uma parte influencia e qualifica o movimento da outra (MORAIS; SPENGLER, 2012, p. 48). Desse modo uma forma social possibilitadora de crescimento e interações sociais, pode criar uma nova mudança comportamental. O discurso traduz ainda o conflito apresentando funções individuais e sociais importantes, proporcionando aos homens e mulheres o estímulo

para promover transformações e desenvolvimento social (CALMON 2008). Também uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento, na condição que a mediação favorece como um instrumento pacífico e participativo de resolução de conflitos, fortalecendo o compromisso ético com o diálogo, induzindo os participantes a uma abordagem dialogada do dissenso. Parafraseando Arendt (2008) que a diversidade não significa necessariamente a geração de conflitos, mas, antes, a possibilidade de uma realidade dialógica.

### **DSC da Categoria C – Reinvidicação da Justiça**

[Na minha opinião] um conflito deve ser entendido como uma oportunidade de buscar soluções, melhorar ou de resolver uma situação pendente, de disputa de interesses comuns. É uma maior oportunidade de se fazer justiça e entregar as partes o que elas desejam. (A5 – M14 – J5 – M2)

No discurso intitulado “Reinvidicação da Justiça”, o conflito é entendido como uma oportunidade de buscar soluções, um reflexo do acesso à justiça como um direito fundamental de primeira dimensão (SARLET, 1998), ou seja, o direito de acesso à Justiça é um direito social básico, garantido pelo art. 5º, XXXV da CF/88. Fato que vem afirmar a necessidade de efetividade dessa garantia no atual modelo de Estado, onde o direito de acesso à justiça passou a ser concebido como um direito material, através de um redimensionamento do Poder Judiciário (PINHO; PAUMGARTTEN, 2013), refletindo na judicialização dos conflitos decorrente de duas situações: quando a sociedade busca o Judiciário, depositando suas esperanças, para decisão do conflito, no Estado pós-social democrático de Direito e o número elevado de demandas comprometendo eficazmente o funcionamento do Judiciário.

### **DSC da Categoria D – Resultado de polarização na comunicação**

[Para mim] é uma situação que não se consegue entrar num consenso, em sua maioria devido a falta da comunicação. [...] Interesses divergentes, violência na comunicação. É uma lide envolvendo duas ou mais pessoas, onde a comunicação foi falha em algum momento. [...] alguma situação, de interesse de mais de uma pessoa, na qual não foi possível se chegar a um consenso. Resultado de uma forma de comunicação inadequada, ou da falta dela, gerada pela falta de entendimento entre indivíduos, por interesses opostos ou até pelo mesmo interesse, porém com visões antagônicas acerca da mesma questão. (M12 – J6 – M19 – M17 – A1 – M7 – M11)

Nesse discurso onde o conflito é descrito como um resultado de polarização na comunicação, advindo de uma situação sem acordo, proporcionada por uma concentração de valores opostos dos envolvidos, vontades diversas e posições antagônicas de pensar, implicando consequentemente na capacidade de ouvir, de pensar, de repensar e de rever os valores e os motivos que tenham originado o conflito.

## Questão 2

Essa questão foi elaborada com a finalidade de obter dos entrevistados Representações Sociais sobre a Política Nacional de Tratamento de Conflitos que busca o consenso através da mediação.

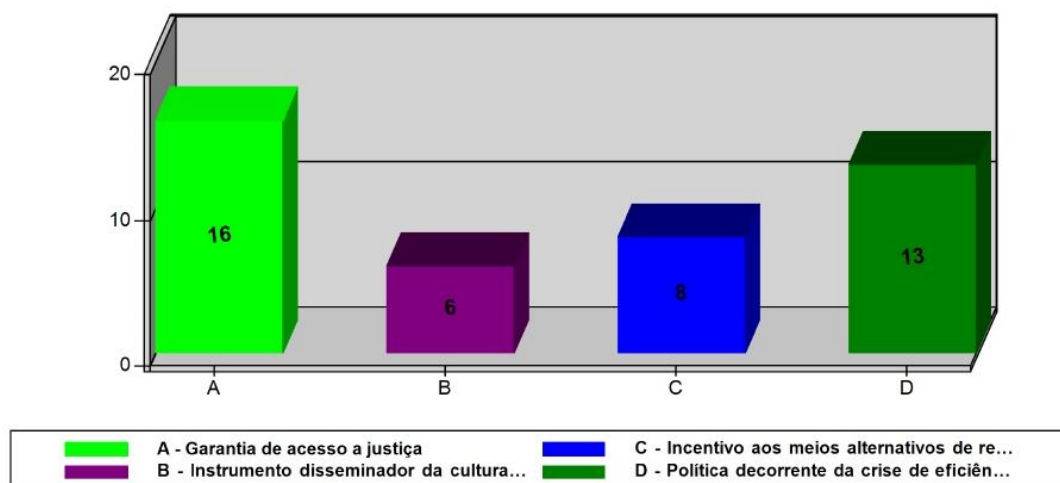
Para atender ao objetivo de “Perceber a expectativa dos envolvidos na mediação, sobre a finalidade da política consensual do Judiciário” foram colhidos depoimentos que responderam à seguinte questão: Como você vê a política nacional que trata sobre a resolução de conflitos, no Judiciário?

**Tabela 4 – Frequência das categorias relativas a questão 02**

		(n)	FREQUÊNCIA RELATIVA (IDEIAS)	FREQUÊNCIA RELATIVA (ENTREVISTADOS)
PESQUISA	A Mediação no Campo Jurídico: Uma alternativa à resolução dos conflitos familiares: Natal			
2 - Como você vê a política nacional que trata sobre a resolução de conflitos, no Judiciário?				
	A - Garantia de acesso a justiça	16	37.21 %	47.06 %
	B - Instrumento disseminador da cultura de pacificação social	6	13.95 %	17.65 %
	C - Incentivo aos meios alternativos de resolução de conflitos, buscando o consenso	8	18.60 %	23.53 %
	D - Política decorrente da crise de eficiência do Poder Judiciário	13	30.23 %	38.24 %
TOTAL DE IDEIAS		43		
TOTAL DE ENTREVISTADOS		34		

Fonte: DSCSoft

Na questão 02, as categorias identificadas e seus respectivos percentuais de frequência de respostas foram: A – Garantia de acesso à justiça (37,21%); B – Instrumento disseminador da cultura de pacificação social (13,95%); C – Incentivo aos meios alternativos de resolução de conflitos, buscando o consenso (18,60%); D – política decorrente da crise de eficiência do Poder Judiciário ( 30,23%).

**Gráfico 11 – Distribuição das Categorias do DSC da questão 02**

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados categorizados em forma de DSC, utilizando o DSCsoft. Dados originados de pesquisa de campo realizada em 2016/2017

### DSC da Categoria A – Garantia de acesso a Justiça

[Considero] uma política importante, como meio de facilitar o acesso dos jurisdicionados a ter seus direitos garantidos, possibilitando as resoluções dos conflitos com rapidez e eficiência; que pode contribuir muito para o judiciário, pois traz boas propostas para trabalhar os conflitos, com um formato diferenciado. O maior problema que se enfrenta não está no planejamento, mas nas pessoas que a implementam. Os parâmetros que o CNJ fornecem, fazem uma grande diferença. Difícil o desapego... dificuldade múltipla. Um grande avanço. Abriu um pouco o judiciário para as ciências. O direito sozinho, não consegue. A política unificada tem esse viés... interdisciplinar. Adaptações para universalizar [...] o amparo legal para nortear a um convívio harmônico a e o alinhamento do ordenamento jurídico com os anseios sociais. [acho que é] um marco inicial para redimensionar a atuação do Poder Judiciário junto à sociedade, qual seja: lidar com os conflitos de modo menos contencioso. [...] é por meio da política que se difunde uma ideia e novas formas de atuação tanto em nível local quanto nacional, com muitos avanços, numa perspectiva de mudança, de reformulação de paradigma. Novas regras, novas metodologias, novas formas de resolução de conflitos, que ao serem mais desmistificadas num futuro próximo, possivelmente, trará mais benefícios à população, fornecendo ferramentas para que os jurisdicionados possam lidar da melhor forma com o atual conflito e os que possam surgir. Uma intervenção necessária, ainda procurando seu espaço, embora ainda haja uma corrente contrária a esse ativismo judicial. É uma mudança de postura radical e significativa.

(M12 – J8 – M15 – M14 – A4 – J5 – J6 – M4 – J7 – M9 – M16 – M5 – M3 – M6 – M1 – M8)

De acordo com o DCS construído para a categoria A “acesso à Justiça”, o grupo percebe que a política nacional que trata da resolução de conflitos é de fundamental importância, tendo em vista a proposição de propostas para trabalhar com os conflitos, em formato diferenciado.

Essa expressão, na visão de Cappelletti; Garth (1998, p. 5)

O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos. (CAPPELLETTI, M; GARTH, B. 1988, p. 5).

Esses autores consideram quais as possibilidades do Estado para prestar esse serviço, buscando estabelecer critérios para identificar as melhores formas de garantir o acesso à justiça. A transformação do direito de ação não apenas como meio de se recorrer ao Poder Judiciário para a defesa dos direitos individuais, mas também na regulação de um verdadeiro direito material da justiça, através da ideia de equidade, elemento central na ideia de justiça (SEN, 2011). Esse acesso à justiça constitui um verdadeiro sistema interpretativo e analítico das normas tratativas da composição dos conflitos humanos.

A noção de justiça incorporando toda uma construção de sentidos ao apresentar um caráter de mutabilidade em diversos ângulos, em especial, ao garantir, ao cidadão, diante da implantação de políticas públicas, acesso ao exercício da cidadania e o exercício efetivo da participação democrática.

Com efeito, há nas democracias contemporâneas, uma ampliação do Poder Judiciário na vida dos cidadãos, fenômeno denominado “jurisdicionalização”, pelo qual os cidadãos submetem a solução dos conflitos aos tribunais ou a outras instâncias adjudicatórias.

A distribuição da justiça agrega notória relevância pública, sendo fundamental contar com a atuação do Estado de forma precisa e eficiente em todos os sentidos. Watanabe (1988) já aduzia sobre o papel do Estado em estruturar meios alternativos ao lado dos mecanismos tradicionais e formais já em funcionamento.

**DSC da Categoria B – Instrumento disseminador da cultura de pacificação social**

[Creio que] a nova política nacional de resolução de conflitos é de grande valia, identificando as questões e interesses dos indivíduos e ajudando eles mesmos a encontrarem a solução do conflito, evitando que exista uma parte insatisfeita e acabando com o sentimento de vencedor/perdedor. [Nesse sentido é] um avanço para o Poder Judiciário, pois busca disseminar a cultura da pacificação social, que não vem sendo alcançada pela jurisdição clássica, que está sendo remodelada pelos meios consensuais, não mais alternativos algo positivo, aos poucos conseguindo mudar o pensamento, a perspectiva, ganho na qualidade da prestação jurisdicional. A técnica é importante. Mesmo lentamente, alguma mudança comportamental está sendo produzida ao inculcar na sociedade uma cultura de diálogo na solução de conflitos, ou seja, de resolver as diferenças de uma maneira pacífica. (J8 – J4 – A5 – M2 – M3 – M11)

O discurso reitera o pensamento de Watanabe (2011), que afirma ser necessário substituir a cultura da sentença pela cultura da pacificação. Trata-se de uma possível proposta de avanço para o Poder Judiciário, através de uma mudança comportamental. A propósito da discussão sobre o estabelecimento de uma cultura de paz e a prevenção de conflitos, a UNESCO vem desenvolvendo projetos, consubstanciados no estudo e na implantação de meios capazes de disseminar uma mentalidade que atribui, a cada indivíduo, a sua parcela de responsabilidade pela paz mundial. Nesse panorama, reportamos ao estudo da mediação, em especial, a mediação familiar, em virtude de sua complexidade, integra o programa da UNESCO, pois é, incontestável o seu conteúdo de “cultura de paz” e, dentro da concepção de Habermas (2012) está contribuindo em direção a emancipação social. Somente com base no diálogo ao consenso, será possível se alcançar uma sociedade mais evoluída. A mediação torna-se objeto de transformação social do indivíduo, caminhando para a formação de uma postura cidadã de pacificação social. Diante da proposta, o Conselho Nacional de Justiça, ao formular o Manual de Justiça (2015), destacou com o advento da Resolução nº 125, sobre a necessidade dos tribunais abordarem questões como solucionadores de problemas como efetivos pacificadores. O propósito de então estimular o uso de práticas cooperativas em processos de resolução de conflitos resulta em um judiciário como um centro de harmonização social.

### **DSC da Categoria C – Incentivo aos meios de resolução de conflito, buscando o consenso**

[No meu entendimento] a atual política de resolução de conflitos hoje empregada no Judiciário está se tornando eficiente e tornar-se-á eficaz quando for conseguido mostrar ao jurisdicionado que cabe a eles a resolução dos próprios conflitos. Está sendo construída uma nova cultura de tratamento do conflito, na qual as partes se implicam na situação originária do conflito e se comprometem no sentido de adotar uma postura colaborativa, visando se chegar a uma autocomposição em relação à questão trazida à esfera jurídica. Um instrumento importante para propiciar as partes, através de um terceiro, mediador ou conciliador que as aproxime com vistas a resolução do conflito. Com a utilização das técnicas da conciliação e da mediação, de forma padronizada busca-se mudar o “rosto” do Judiciário, que deixa de ser apenas um solucionador de conflitos para assumir um papel de entrega de soluções efetivas ao jurisdicionado, com maior satisfação deste e em um prazo menor. [Para mim] deve haver também a disseminação da cultura da conciliação em outras esferas como nas comunidades, nas escolas, uma vez que sem essa educação as ferramentas para resolução não serão utilizadas. Certamente mudará a cultura litigante das pessoas, essas novas formas de ação que possibilitam um maior aprofundamento sobre o conflito. (A2 – J7 – J2 – M18 – M21 – M17 – A1 – M3)

Na discussão do DSC, apontado para a Categoria C, é pertinente retratar que nos estudos sobre a evolução social dos grupos para administrar conflitos, sempre foram indicados através da natureza pacífica da relação e pelo confronto, por intermédio da imposição do resultado pelo Estado.

Reportamos a um modelo consensual instaurado através da Lei 9.099 do ano de 1995<sup>28</sup>, ao procurar introduzir no judiciário um novo sistema de natureza instrumental e de instituição constitucionalmente obrigatória, com a incumbência inicial que seria admissível estruturar um discurso prático com maior eficiência, porém não se tornou satisfatória na condução de um mecanismo que aparentemente auxiliaria na aplicabilidade do consenso e da mediação.

Em muitos casos, o processo judicial aborda o conflito como se fosse um fenômeno jurídico e, ao tratar exclusivamente daqueles interesses juridicamente tutelados exclui aspectos do conflito que são possivelmente importantes quanto ou até mais relevantes do que aqueles juridicamente tutelados.

---

<sup>28</sup> Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.



### **DSC da Categoria D - Política decorrente da crise de ineficiência do Poder Judiciário**

[Na minha visão] a política nacional atualmente vem investindo na resolução de conflitos, ainda pouco divulgada e valorizada, mas em grande progresso. [Constitui] a única saída para a avalanche de processos recebidos pela Justiça brasileira como formas de diminuir o número de demandas ajuizadas, que estão em constante evolução; seja resolvendo as já existentes ou evitando a propositura de novas, com a resolução consensual pré-processual. É como se o judiciário instigasse as pessoas a conflituarem e as partes sempre saem insatisfeitas com uma decisão “imposta” por um terceiro (juiz). Uma tentativa do Judiciário, de forma ainda tímida, de dar uma resposta eficiente à demanda da sociedade, até então não obtida pelos meios tradicionais. [...] O fato do judiciário ser lento, estrutura burocrática, havendo pouca efetividade, talvez seja o principal motivo de busca da composição. Falta estrutura adequada para concretizar as ações necessárias aos atendimentos das demandas e ao bom funcionamento do judiciário. Poderia haver mais investimento aos avanços nas políticas consensuais, apesar de não achar que o investimento (pelo menos no âmbito estadual) está sendo realizado a contento. Apesar dos esforços, a metodologia utilizada para resolução de disputas carece de aperfeiçoamento e adequação a realidade brasileira, bem como de bons profissionais. Assim como toda nova cultura, necessita de um tempo até que se consolide. (M13 – A5 – A3 – J1 – J2 – J4 – J3 – M2 – M19 – M7 – M10 – M11 – M8)

Nesse discurso da Categoria D constata-se o entendimento da política de resolução de conflitos como decorrente da crise de eficiência enfrentada pelo Judiciário. Tal assertiva aponta a necessidade de reformas estruturais de caráter físico, pessoal e político para o Poder Judiciário. A estrutura fortemente hierarquizada, fechada, orientada por uma lógica legal-racional (Spengler; Neto, 2012), associada à carência de meios materiais para uma melhor condição técnica que possibilitem uma lógica de resolução dos litígios, decorrentes de situações de contextos socioeconômicos interligados com uma funcionalidade própria. Nesse caso, a crise do Poder Judiciário pode ser avaliada a partir de dois parâmetros: Crise de Identidade e Crise de eficiência<sup>29</sup> (SPENGLER; NETO, 2012). Essa é uma realidade vivenciada pelo Poder Judiciário em meio à crise de efetividade que se apresenta com relação à prestação jurisdicional e passa a se constituir uma exigência não apenas constitucional, mas social.

O referencial dessa reestruturação do Poder Judiciário ocorreu a partir da publicação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ao implantar um plano de metas voltadas especialmente a modernização do Judiciário, com o foco de contribuir para uma gestão mais eficiente.

<sup>29</sup> Intimamente ligada à crise de identidade encontra-se a crise de eficiência, uma vez que, impossibilitado de responder de modo eficiente à complexidade social e litigiosa diante da qual se depara, o Judiciário sucumbe perante a inovadora carga de tarefas a ele submetidas.

Uma realidade decorrente da evolução da sociedade e da constante judicialização das relações sociais, levando as instituições judiciárias a buscar esforços para a adequação de sua estrutura organizacional. A Reforma do Poder Judiciário não conseguiu solucionar a questão da morosidade processual que assola os Tribunais e constitui um dos principais problemas e desafios a serem enfrentados pela Justiça.

Um dos fatores ocasionadores da situação pode estar relacionado com a falta de estrutura adequada para concretizar as ações necessárias aos atendimentos das demandas e ao bom funcionamento do judiciário. Entretanto, não se pode falar do Poder Judiciário como uma instituição descartável. De fato, ele passa por uma crise que também é a crise do Estado e do Direito, mas não pode ser dispensado. Novas estratégias devem ser implementadas para que se volte a acreditar na justiça, existindo, para tanto, algumas razões importantes: a primeira é a de que uma sociedade complexa não pode dispensar um sistema de regras e, conseqüentemente, uma jurisdição que garanta o seu respeito ou sanção, nos casos de infração.

Além disso, renunciar à justiça não é possível sob pena de uma outra vez se ver instalada a guerra de todos contra todos no mais típico estado de natureza. Frente às dificuldades de funcionamento do Judiciário, o que se pretende é diminuir a sua atuação, visando autonomizar os cidadãos envolvidos na contenda de modo a favorecer o alcance do consenso no tratamento do conflito.

### **Questão 3**

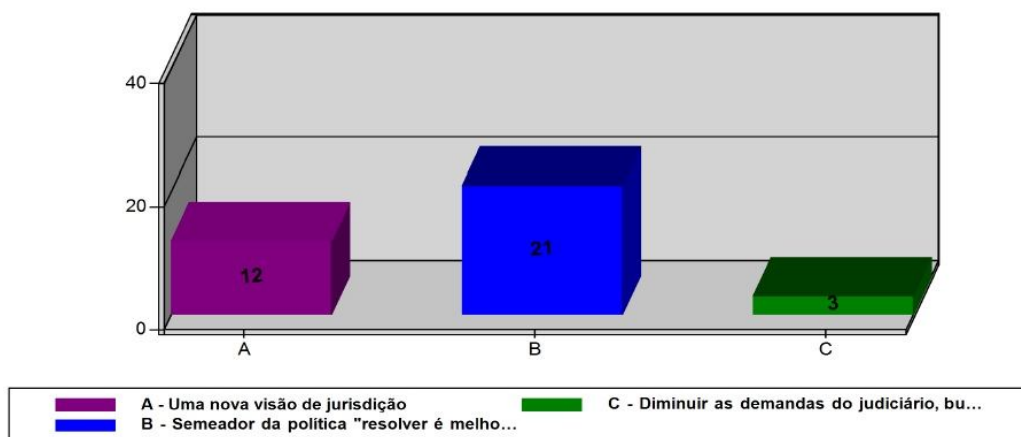
Na questão 3, a preocupação voltou-se a atuação prática do CEJUSC.

Para atender ao objetivo de “Compreender o papel do Judiciário, através das práticas, como efetivo centro de harmonização social” foram colhidos depoimentos que responderam a seguinte questão: Para você, qual a atuação (papel) do CEJUSC?

**Tabela 5** – Frequência das categorias relativas a questão 03

PESQUISA	(n)	FREQUÊNCIA RELATIVA (IDEIAS)	FREQUÊNCIA RELATIVA (ENTREVISTADOS)
<b>A Mediação no Campo Jurídico: Uma alternativa à resolução dos conflitos familiares: Natal</b>			
<b>3 - Para você, qual a atuação (papéis) do CEJUSC?</b>			
A - Uma nova visão de jurisdição	12	33.33 %	35.29 %
B - Semeador da política "resolver é melhor que judicializar"	21	58.33 %	61.76 %
C - Diminuir as demandas do judiciário, buscando o melhor acordo	3	8.33 %	8.82 %
<b>TOTAL DE IDEIAS</b>	<b>36</b>		
<b>TOTAL DE ENTREVISTADOS</b>	<b>34</b>		

Fonte: DSCSoft

**Gráfico 12** – Distribuição das Categorias do DSC da questão 03

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados categorizados em forma de DSC, utilizando o DSCsoft. Dados originados de pesquisa de campo realizada em 2016/2017

Para a pergunta 3, as categorias identificadas e seus respectivos percentuais de frequência de respostas foram: A – Uma nova visão de jurisdição (33,33%); B – Semeador da política “resolver é melhor que judicializar” (58,33%); C – Diminuir as demandas do judiciário, buscando o melhor acordo (8,33%).

#### **DSC da Categoria A – Uma nova visão de jurisdição**

[Para mim], os CEJUSCS, enquanto órgãos representativos do Judiciário nasceram com a missão de disciplinar e tornar viáveis novos modelos de resolução de conflitos com o objetivo de se chegar a uma autocomposição. [Propiciam a] realizar orientação ao cidadão e outras atividades que possam favorecer a difusão de práticas não violentas de resolução de controvérsias. Divulgar, orientar, fiscalizar, esclarecer, oferecer profissionais qualificados a população, proporcionar ambiente favorável às audiências, solucionado de forma diferente o

conflito. Aquelas questões patrimoniais de família, de infância, de um inventário. Solucionar conflitos tanto na área pré-processual como processual e em mutirões, de acordo com a Resolução 125 do CNJ. [Acredito] que deve haver um direcionamento mais qualificado e interdisciplinar. Além da unidade judiciária, tem um ônus, dever e oportunidade de realizar justiça social [e] prestar atenção sobre a forma como o processo tramita. Surgiu como meio de humanizar o judiciário e priorizar o tratamento das relações, restabelecendo a comunicação entre elas, e por consequência, chegarem a uma solução mais satisfatória na resolução do conflito na tentativa de divulgar e buscar a pacificação social, através do diálogo. O CEJUSC desenvolve um papel fundamental nessa nova visão de jurisdição, arrimando-se na compreensão pós-moderna do Direito que tem a dignidade da pessoa humana como baluarte (A2 – J1 – J5 – J6 – M4 – M9 – M18 – M19 – M17 – M5 – M1 – M11)

Analisando-se o discurso do DSC da categoria A fica evidente que o grupo destaca a atuação do CEJUSC, um órgão representativo do Judiciário, com papel essencial na nova perspectiva de jurisdição. Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania nascem, conforme art 8º, da Resolução nº 125/2010, fruto da implantação da Política Judiciária de tratamento adequado ao conflito de interesses. Determinados Centros concentram a realização das sessões de conciliação e mediação a cargo de conciliadores e mediadores, dos órgãos por eles abrangidos.

#### **DSC da Categoria B - Semeador da política "resolver é melhor que judicializar"**

Os Centros Judiciários de Solução de Conflito e Cidadania (CEJUSC), que se respalda na Resolução 125/2010 do CNJ, tem por papel de atuar em três setores: o pré-processual, o processual e o de cidadania. Coordenar, integrar e realizar ações voltadas à política de resolução de conflitos por métodos consensuais. Tem como papel principal a realização das sessões de conciliação e mediação bem como o atendimento e a orientação aos cidadãos e aos jurisdicionados programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a auto composição. Um departamento executor da política pública de soluções alternativas de conflitos, adotada pelo CNJ e pelos tribunais, que vão justamente materializar os meios consensuais. O CEJUSC é o “órgão” que já nasceu com o espírito de que “resolver-se é melhor que judicializar”, pode e deve assumir o papel de semeador dessa política e identificar, através das situações encontradas e da vivência da sua equipe, atuando ativamente e com os meios possível para minimizar os conflitos levados ao judiciário, contando com uma estrutura material e profissional mínima. É a porta de entrada do cidadão que busca por ajuda, é onde será orientado ao encontro de soluções consensuais, buscar o restabelecimento da comunicação entre as partes. O CEJUSC atua como um “facilitador” da atividade jurisdicional, tendo em vista a sua atuação na solução consensual de conflitos, atuando na oferta de espaços para o estabelecimento de práticas que favoreçam o diálogo entre os envolvidos, a respeito de situações conflitivas para entes da sociedade, com fins de formular soluções pacíficas para a resolução de tais situações. (M13 – M12 – A3 – J8 – J4 – A4 – M15 – M14 – J7 – J2 – M20 – M21 – M16 – A1 – J3 – M2 – M10 – M3 – M6 – M7 – M8)

No DSC elaborado para a categoria B, aponta-se o pensamento de práticas comportamentais voltadas à pacificação, tendo em vista a atuação do CEJUSC na oferta de espaços para o estabelecimento de práticas favoreçam o diálogo entre os envolvidos, com fins de formulação de soluções pacíficas para a resolução dos conflitos. Enquanto um departamento executor da política pública de soluções alternativas de conflitos há existência de um campo jurídico que oferece à competência jurídica o controle do acesso e recursos necessários para suas ações a partir da afinidade dos *habitus*, com ritos inerentes ao universo jurídico, iniciada pela linguagem. A instituição, para Bourdieu (1996, p.28), um ato de magia social, na qual através da prática os agentes produzem e reproduzem a cultura, a estrutura social e a economia.

#### **DSC da Categoria C - Diminuir as demandas do judiciário, buscando o melhor acordo**

O CEJUSC serve tanto para desafogar o acúmulo de processos do judiciário, diminuindo as demandas por meio da conciliação/mediação, ajudando as partes. Caso as mediações sejam sérias, o que parece que está acontecendo, pelo menos na área de família, com profissionais não só do direito, mas da psicologia, serviço social, vem prestando um serviço relevante. (A5 – A4 – M19)

No DSC elaborado para a categoria C, a função do CEJUSCs é atribuída a diminuir as demandas por meio da conciliação/mediação, diminuindo o acúmulo de processos do judiciário, levando a considerar, nesse ponto, uma das premissas constantes na Resolução 125/2010, editada pelo Conselho Nacional da Justiça: a conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Essa visão decorre, em parte, da evolução histórica de tais instrumentos. O Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) reafirmou essa diferenciação no artigo 165. “Os tribunais criarão centros judiciais de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação”. Uma diferença a ser sinalizada diz respeito aos conflitos objetivos, mais superficiais, nos quais não existe relacionamento duradouro entre os envolvidos, aconselha-se o uso da conciliação; para conflitos subjetivos, nos quais exista relação entre os envolvidos, familiares, por exemplo, indica-se a mediação.

Esta questão é importante porque identifica categorias que indicam as diversas contribuições práticas de mediação.

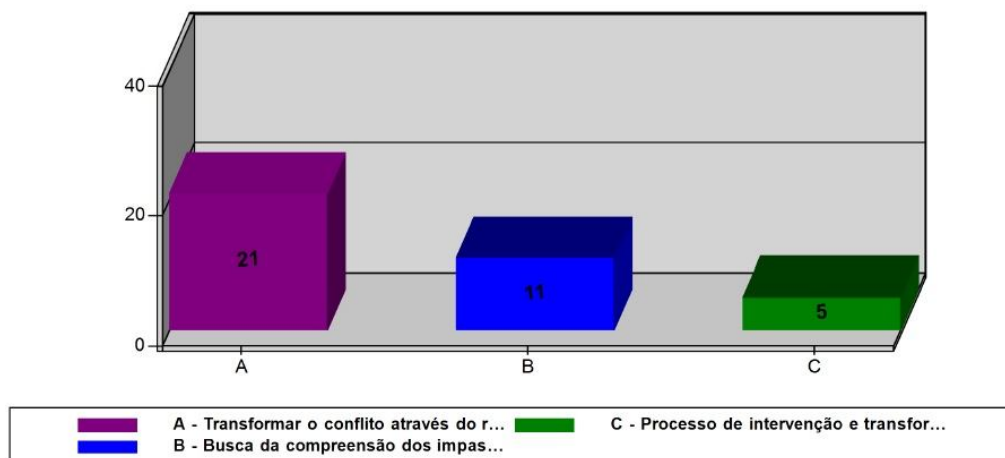
Pergunta 4: Para atender ao objetivo de “entender a contribuição da prática da mediação nos conflitos familiares”, foram colhidos depoimentos que responderam a seguinte questão: Qual a contribuição da prática da mediação nos conflitos familiares?

**Tabela 6** – Frequência das categorias relativas a questão 04

		(n)	FREQUÊNCIA RELATIVA (IDEIAS)	FREQUÊNCIA RELATIVA (ENTREVISTADOS)
PESQUISA	A Mediação no Campo Jurídico: Uma alternativa à resolução dos conflitos familiares: Natal			
4 - Qual a contribuição da prática da mediação nos conflitos familiares?				
	A - Transformar o conflito através do restabelecimento da comunicação entre os envolvidos	21	56.76 %	61.76 %
	B - Busca da compreensão dos impasses da intersubjetividade das relações familiares	11	29.73 %	32.35 %
	C - Processo de intervenção e transformação dos significados	5	13.51 %	14.71 %
TOTAL DE IDEIAS		37		
TOTAL DE ENTREVISTADOS		34		

Fonte: DSC Soft

**Gráfico 13** – Distribuição das Categorias do DSC da questão 04



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados categorizados em forma de DSC, utilizando o DSCsoft. Dados originados de pesquisa de campo realizada em 2016/2017.

Para a pergunta 4, as categorias identificadas e seus respectivos percentuais de frequência de resposta foram: A – transformar o conflito através do restabelecimento da comunicação entre os envolvidos (56,76%); B – Busca da

compreensão dos impasses da intersubjetividade das relações familiares (29,73%);  
C – Processo de intervenção e transformação dos significados (13,51%).

**DSC da Categoria A - Transformar o conflito através do restabelecimento da comunicação entre os envolvidos**

[Na minha percepção], os conflitos familiares carregam consigo uma carga emocional bastante considerável e na mediação é possível trabalhar esse aspecto, de forma a levar os envolvidos a construir soluções a partir de uma comunicação facilitada. Não obstante, esses conflitos, na maioria das vezes, se originam do rompimento do diálogo, de modo que o seu restabelecimento deveria ser a finalidade primordial das ações de família. Portanto, a mediação tem como interesse possibilitar as partes de solucionar o conflito, de maneira mais abrangente e completa possível, reestabelecendo a comunicação, na busca dos conflitos reais, mostrando aos envolvidos o lado bom dos conflitos e principalmente restabelecendo a comunicação perdida, a confiança que muitas vezes chega a não existir mais, procurando atender realmente os interesses das mesmas, resultando na pacificação. A mediação trata o conflito em sua origem, tentando encontrar uma solução que compatibilize os interesses das partes envolvidas, sem sacrificá-los em sua integralidade, restabelecendo, com isso, o diálogo e preservando as relações familiares existentes. Resgatar o diálogo é a maior contribuição da mediação nos conflitos familiares. A mediação possui um momento maior de construção, para que esse conflito seja trabalhado [como] objetivo da ação comunicativa.[a mediação pretende] restabelecer o melhor convívio familiar, confiando ao mediador de forma livre e espontânea, restabelecer também a comunicação entre os conflitantes. Contribuir para reflexão sobre os conflitos e aproximação das pessoas envolvidas nas situações conflituosas.- uma vez que ajuda aos participantes da mediação de família a chegarem a resolução do seu conflito de forma objetiva através das técnicas apropriadas [...] satisfazendo suas necessidades. Restabelecer a condição de dialogar sobre questões relativas à tomada de decisões e convivência familiar. [É um] importante instrumento para consciência e resolução do conflito, que contribui de forma positiva uma vez que oferece uma rede de profissionais capacitados em manejar situações conflituosas. A mediação, nos conflitos familiares, ajuda a tornar os processos menos difíceis, uma vez que reconstrói a forma de comunicação entre os participantes, proporcionando um diálogo entre as partes. A contribuição é favorecer uma comunicação eficiente, despolarizada e recontextualizada.

(M13 – M12 – A5 – A3 – J1 – J4 – A4 – M15 – J6 – J2 – M18 – M19 – M20 – M16 – A1 – J3 – M5 – M2 – M7 – M8 – M11)

Conforme o DSC da categoria A, **Transformar o conflito através do restabelecimento da comunicação entre os envolvidos** os entrevistados apontam a necessidade do resgate do diálogo, objetivando o favorecimento de uma comunicação eficiente, despolarizada e recontextualizada. Essa comunicação, porém, não passa apenas pela linguagem taxativa e descritiva da lei, cujo conhecimento é imprescindível aos profissionais do processo, mas que quando não

partilhada intersubjetivamente pelos atores públicos nas suposições de seu espaço de dominação, acabam em transfigurações para o fracasso do consenso.

Portanto, se não houver diálogo livre, não haverá consenso. Essa intersubjetividade que é produzida no uso da linguagem comum é resultado de uma conexão interativa entre sujeitos capazes de falar e agir e que se comunicam com a intenção de consenso. A linguagem como um elemento mediador constituinte da comunicação, para Gustin (1999), contribuindo na construção das interações e alcance do entendimento através da interpretação, sendo capazes de forma interativa, as suas escolhas e decisões de ação.

Ao considerar uma rede de profissionais capacitados em manejar situações conflituosas, é o mediador que intermediará nas questões entre as pessoas envolvidas no conflito, procurando uma reconexão entre as mesmas e criando um espaço de diálogo colaborativo (MARODIN, 2016, p.441). Assim, o mediador familiar, ao trabalhar com a complexidade que envolve os dramas de família, é vital que tenha conhecimento das construções e das dinâmicas inerentes ao direito das famílias, necessitando identificar os princípios que norteiam a mediação de conflitos na busca de contextualização de cada situação real, valorizando as particularidades de cada família ou das famílias que estão envolvidas nas disputas.

Para tanto, deve a mediação realizar a reconstrução discursiva do conflito entre os envolvidos na relação familiar, através de uma conexão que envolva a linguagem cotidiana e a linguagem especializada do Direito, que sem dúvida, é a pretensão maior do procedimento da mediação. Serpa (1999) relaciona, portanto, nessa aproximação, que o objetivo da mediação é conduzir a disputa à criação de uma estrutura própria mediante a construção de normas relevantes as partes. Assim, a importância da mediação está no resgate da autonomia dos participantes com o reconhecimento de suas pretensões normativas (ROMÃO, 2005).

#### **DSC da Categoria B - Busca da compreensão dos impasses da intersubjetividade das relações familiares**

[Na minha opinião] os processos de família têm relevantes peculiaridades, uma vez que são permeados por um intenso subjetivismo, decorrente das relações interpessoais continuadas, que detêm alta conotação psicológica e emocional. Por oportuno, a mediação se ocupa, precipuamente, com os processos em que há uma relação preexistente e continuada, uma vez que busca entender as causas que levaram ao conflito, com ênfase na solução da lide



sociológica. É nos conflitos familiares que a mediação familiar encontra a sua mais adequada aplicação, uma vez que a tensão das relações familiares exige, em muitos casos, uma solução diversa da decisão judicial. Nos conflitos familiares, oportunidade de restaurar a relação que estava prejudicada, porque traz à luz, questões e sentimentos não enfrentados, que são mais das vezes a base do conflito, oferecendo chance de se harmonizar umas com as outras. A mediação nos conflitos familiares tem como papel fundamental controlar, nesta fase de instabilidade na vida da família, a gestão do conflito. Nas situações de conflitos familiares a mediação tem se mostrado uma excelente ferramenta, pois sai do engessamento processual e permite extrair além do que foi trazido nos autos do processo, preconiza fazer com que as partes se entendam de tal forma, que diminua ou até mesmo consiga extinguir a probabilidade de novos conflitos. A mediação é um processo autocompositivo indireto que oferta àqueles que estão em situação de divergência [...] oportunidade e ambiente adequados para encontrar, de forma racional e conjunta, uma solução com o auxílio de um facilitador, mediador, que é imparcial e neutro. A Mediação de Conflitos surge como alternativa para o tratamento das demandas judiciais na esfera familiar, no momento em que convoca as partes a encontrarem saídas para se chegar a um consenso acerca das questões que precisam ser elucidadas, [...] resguardando /restabelecendo os vínculos familiares com ressignificação das posturas e das questões, permitindo-lhe alcançar um acordo familiar justo e equilibrado, surgindo como uma alternativa credível à via litigiosa. Portanto, pode contribuir para o início do processo de compreensão mútua das partes e busca o reestabelecimento do equilíbrio emocional do sistema familiar, oportunizando espaços de reflexão, ajudando a reconhecer os sentimentos/interesses do outro, harmonizando as pretensões.

(M12 – M14 – J7 – M9 – J2 – M21 – M17 – M3 – M6 – M1 – M7)

O discurso destaca que a mediação nos conflitos familiares encontra a sua mais adequada aplicação, uma vez que a tensão das relações familiares exige, em muitos casos, uma solução diversa da decisão judicial resguardando/restabelecendo vínculos com ressignificação das posturas, oportunizando espaços de reflexão. As relações familiares, na maioria das vezes, são contínuas e interdependentes, onde a mediação vem possibilitar a resolução do conflito atual, estabelecendo também relações construtivas para o futuro, além de ser uma alternativa mais vantajosa e menos dolorosa, justamente porque é um procedimento interdisciplinar, levando à reflexão e ampliação das escolhas e alternativas.

#### **DSC da Categoria C - Processo de intervenção e transformação dos significados**

Melhor forma do exercício da cidadania. A mediação se alinha ao sistema jurídico de família, pois leva aos interessados um procedimento consentâneo a suas normas (regras e princípios), tornando-os aptos a decidirem sobre suas questões e verdadeiras necessidades (“empoderamento”). Permitindo assim, que as pessoas envolvidas no conflito busquem uma mudança de postura e entendam que a convivência pacífica e cordial facilita o relacionamento entre todos. (A2 – J8 – J5 – M4 – M10)

DSC da categoria B e C podem ficar intercalados – juntos (na análise)

Conforme os discursos referentes às categorias B e C, “Busca da compreensão dos impasses da intersubjetividade das relações familiares” e “Processo de intervenção e transformação dos significados”, é possível verificar que os entrevistados entendem que na mediação encontram a sua mais adequada aplicação, como alternativa para o tratamento das demandas judiciais na esfera familiar, ao restabelecer os vínculos familiares com ressignificação das posturas, uma vez que os processos de família apresentam peculiaridades relevantes, permeados por um intenso subjetivismo, constituídos por condições psicológicas e emocionais.

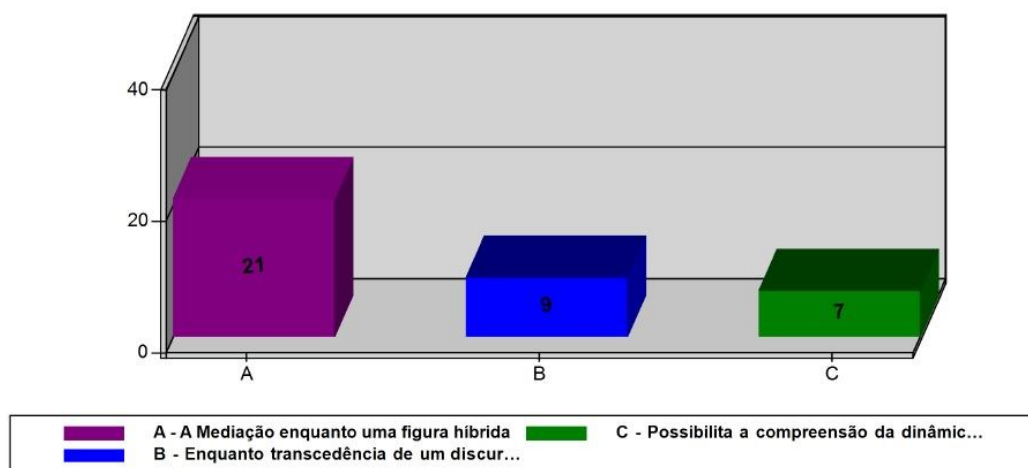
A questão 05, que trata da perspectiva interdisciplinar da mediação

Pergunta 5: Para atender ao objetivo de “verificar a mediação enquanto perspectiva de uma visão interdisciplinar”, foram colhidos depoimentos que responderam a seguinte questão: Para você, a mediação é considerada um campo de atuação interdisciplinar? Como você explica isso?

**Tabela 7 – Frequência das categorias relativas a questão 05**

		(n)	FREQUÊNCIA RELATIVA (IDEIAS)	FREQUÊNCIA RELATIVA (ENTREVISTADOS)
PESQUISA	A Mediação no Campo Jurídico: Uma alternativa à resolução dos conflitos familiares: Natal			
5 - Para você, a mediação é considerada um campo de atuação interdisciplinar? Como você observa e explica?				
	A - A Mediação enquanto uma figura híbrida	21	56.76 %	61.76 %
	B - Enquanto transcendência de um discurso jurídico tradicional	9	24.32 %	26.47 %
	C - Possibilita a compreensão da dinâmica do conflito nas relações familiares	7	18.92 %	20.59 %
TOTAL DE IDEIAS		37		
TOTAL DE ENTREVISTADOS		34		

Fonte: DSCSoft

**Gráfico 14 – Distribuição das Categorias do DSC da questão 05**

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados categorizados em forma de DSC, utilizando o *DSCsoft*. Dados originados de pesquisa de campo realizada em 2016/2017.

Para a pergunta 5, sobre o aspecto interdisciplinar da mediação, as categorias identificadas e seus respectivos percentuais de frequência de resposta foram: A – A Mediação enquanto uma figura híbrida (56,76%); B – Enquanto transcendência de um discurso jurídico tradicional (24,32%); C – Possibilita a compreensão da dinâmica do conflito nas relações familiares (18,92%)

#### **DSC da Categoria A – A Mediação enquanto uma figura híbrida**

[Percebo] essa característica [interdisciplinar] na medida em que o processo de mediação lança mão de técnicas de comunicação com sustentáculos em diversas áreas de conhecimento, uma vez que trata de relacionamentos interpessoais requisitando conhecimentos e ferramentas de diversos campos do saber, várias ciências correlacionadas, com um vasto campo de atuação multidisciplinar: tais como, linguagem, psicologia (para entender o interesse do indivíduo), sociologia (para compreender o conflito em sociedade), antropologia, pedagogia, serviço social, filosofia, direito (para entender o processo de mediação), em virtude da complexidade de sentimentos e situações envolvidas, pois as questões nela envolvidas vão além dos aspectos legais e, assim, requerem a atuação de profissionais de várias áreas do conhecimento. Desse modo, é imprescindível que o Direito se toque que não é autossuficiente e a mediação mostra isso na prática, de modo que os vários conhecimentos se entrelacem em busca da melhor solução para o conflito. A mediação é interdisciplinar quando presta-se a trabalhar mais de um campo do problema, por exemplo, questões psicológicas, questões jurídicas e questões técnicas específicas da matéria trabalhada. A contribuição da Sociologia foi decisiva para se entender o valor das redes sociais nos processos negociais. A Mediação inspira-se no Direito ao abraçar o propósito de auxiliar pessoas a resolverem seus conflitos, norteadas pelo parâmetro da solução justa, atentas a não ferirem as margens legais oferecidas por sua

cultura – a solicitação de revisão legal do acordado, antes de sua assinatura pelos mediandos, sempre que a matéria assim o exigir, cumpre uma norma ética na Mediação. Da Psicologia, a Mediação importa leituras teóricas sobre o funcionamento emocional humano e valoriza, como componente constitutivo dos desentendimentos, as emoções. Das emoções, a Mediação cuida, indiretamente, ao se dispor a trabalhar a pauta subjetiva, anteriormente mencionada, e ao se propor a incluir o restauro da relação social dos envolvidos, como objeto de cuidado. Da Filosofia, além de Foucault, preciosas inspirações alimentam o processo de Mediação. Dentre elas encontra-se o principal instrumento de trabalho do mediador, as perguntas, que devem ser oferecidas como na maiêutica socrática. Assim, a mediação exige a utilização de diversas técnicas atinentes às mais diferentes áreas da ciências humanas. Portanto, a interdisciplinaridade, oferece a vantagem de ampliar as percepções e as possibilidades de resolução dos conflitos a partir de diferentes saberes. Enquanto um campo interdisciplinar, deve ser mais completa possível e pode abranger diversas áreas, pois é possível que cada uma contribua para trabalhar a solução do conflito, pela ótica de cada profissão. Percebo que existe a necessidade do conhecimento, da técnica e da intervenção das várias profissões para realizar um trabalho de qualidade, a depender do processo, é importante a presença de profissionais de outras áreas.

(M13 – M12 – A5 – A3 – J1 – J4 – M14 – M4 – J7 – M18 – M19 – M20 – M21 – M17 – A1 – M5 M10 – M3 – M6 – M7 – M8)

A análise das respostas a essa questão, **A Mediação enquanto uma figura híbrida**, obtendo o maior número de ideias (categorizadas), e como método autocompositivo, configurando-se um dos mecanismos de resolução de conflitos, partindo de uma nova visão de mundo e de uma nova concepção epistemológica. Por natureza, a prática da mediação aproxima-se da abordagem complexa, por meio do instrumental interdisciplinar, ao reconhecer possibilidades transformadoras do conflito. A gênese da mediação foi resultante de saberes oriundos de diversas áreas como a comunicação, a sociologia, a psicologia e o direito.

O conflito, objeto de ação da mediação, é percebido como um sistema complexo e multifatorial, constituído por elementos interdependentes que afetam uns aos outros. Fato que vem afirmar a necessidade do conhecimento, da técnica e da intervenção de diversas profissões, com a vantagem de ampliar as percepções e as possibilidades da resolução de conflitos, através de um permanente diálogo interno. Como um instrumento de difusão e aprimoramento da prática e pensamento interdisciplinar, empresta ao fenômeno jurídico a visão de complexidade inerente ao homem (GROENINGA, 2011).

De acordo com o DSC da Categoria A, a mediação é percebida como uma prática multiprofissional, em sua aplicação com profissionais de origens disciplinares distintas e complementares. Em defesa a esse olhar múltiplo e abrangente, enfatiza

que o próprio conflito, por ser uma rede de interações, favorece ao caráter interativo necessário à mediação (ALMEIDA, 2014). No decorrer do próprio desenvolvimento, a mediação absorveu influências externas do direito, conceitos e técnicas das mais diversas áreas do conhecimento.

As emoções e afetos estão presentes nos conflitos, e a Psicologia contribui para a compreensão e relação desses sentimentos. Fundamental também é a ética, mediada por algum valor, e na Filosofia busca-se essa sustentação. Rosenblatt e Martins (2016) ilustram a importância do método socrático da maiêutica no estímulo dos envolvidos na mediação, aflorando ideias advindas das próprias reflexões. A sociologia, por seu turno, trazendo a percepção do homem como ser social, ao incorporar o conceito de rede social como instrumento de compreensão das múltiplas relações sociais. Na Psicanálise, o reconhecimento de que a natureza constituinte do conflito é inerente ao ser humano, necessita continuamente aprender a lidar com a transformação. Nesse aporte, legitima-se uma Dinâmica da Mediação (SIX, 2001), entre as disciplinas como um paradigma de abordagem dos conflitos.

#### **DSC da Categoria B - Enquanto transcendência de um discurso jurídico tradicional**

Sim. [Através da interdisciplinaridade] a mediação envolve a condução de uma diversidade de questões, como garantias de direitos, estabelecimentos e manutenção de valores. Com isso, surge a possibilidade de resolver de forma mais humana os conflitos. O conflito é social e psicológico e não jurídico. As partes necessitam de certa atenção que ultrapasse a interpretação e aplicação da letra fria da lei. Aqui está uma grande oportunidade de melhor desenvolver as relações no judiciário e obter resultados satisfatórios. É um momento onde as questões podem ser trabalhadas, por exemplo, a partir de uma ótica social ou psicológica, além da questão jurídica na sua essência, favorecendo o diálogo entre os litigantes para resolução do conflito. Ainda há pouca interação entre o judiciário e outros campos do conhecimento, onde deveria existir convênios com instituições diversas. A técnica da mediação, dentro dos seus limites de atuação, como todas as outras profissões, poderá contribuir muito com o processo de modificação comportamental da sociedade brasileira. A condução da mediação é mais produtiva por unir o conhecimento jurídico com o entendimento mais abrangente acerca do comportamento humano e social, tendo um olhar diferenciado acerca dos conflitos sociais. (A2 – M15 – J5 – J6 – M9 – M16 – A1 – M2 – M11)

A transcendência de um discurso jurídico tradicional aponta a indagação de dificuldade encontrada no acesso à justiça e à obtenção satisfatória dos resultados. A tônica da questão, transcorrida através do discurso da categoria B, resgata portanto, a necessidade da justiça ser realizada no contexto em que se inserem as partes, em outras palavras, o acesso à justiça com o papel de habilitar o cidadão a

tutelar seus interesses e possibilitar à sociedade a composição pacífica dos conflitos (DESASSO, 2001).

Na mediação, os esforços são somados, proporcionando resultados adequados, efetivos e tempestivos. Essa dinâmica colaborativa concretiza, sem sombra de dúvidas, o acesso à ordem jurídica justa. De fato a propositura da demanda ocorre de forma simples e célere, ainda mais com a digitalização e informatização do judiciário, porém isso não significa que o cidadão terá acesso à justiça da forma como almeja. Antes de se chegar a uma sentença definitiva, há um longo percurso, que, em muitos casos o direito faz hora perecer devido à demora da resposta por parte do judiciário.

De fato, apesar das crises, o Judiciário ainda possui o papel de protagonista no tratamento de litígios, subordinando-se à lei e dela retirando a sua existência e a sua legitimidade. Por conseguinte, os vínculos jurídicos/ estatais podem ser expostos através da análise da complexidade crescente das relações e das estruturas sociais e políticas.

A estrutura do Estado tem se mostrado incapaz de atender à crescente demanda jurisdicional, e, ato que reflete na incapacidade de tutelar os interesses das pessoas, o que traduz uma crise paradigmática do Direito. Nesse diapasão, o Estado se vê obrigado a abrir mão da sua titularidade de dizer o direito e buscar mecanismos não convencionais para atender aos interesses do cidadão.

#### **DSC da Categoria C - Possibilita a compreensão da dinâmica do conflito nas relações familiares**

[Para mim] o que se fomenta na mediação é o diálogo, compatibilizando os interesses das partes. A busca de restabelecimento e continuidade da comunicação, de modo que o conhecimento interdisciplinar favorece uma escuta e observação mais qualificada para identificar os pontos a serem trabalhados, verificando a ampliação da consciência do conflito e de seus determinantes. A mediação se ocupa de conflitos em que há relações preexistentes e, por isso, permeados de aspectos emocionais e psicológicos complexos, razão pela qual demandam a interferência de profissionais não só do âmbito jurídico, mas, também, da psicologia, assistência social, medicina, entre outros, onde se utilizam e aplicam muitos conceitos dessas áreas. Assim, [é] importante pensar a mediação familiar sob o âmbito interdisciplinar. A formação dos mediadores em diferentes áreas do conhecimento pode facilitar a compreensão da dinâmica do conflito, bem como dos diferentes caminhos que podem ser buscados para a resolução deste. (J8 – A4 – J2 – M16 – A1 – J3 - M1)

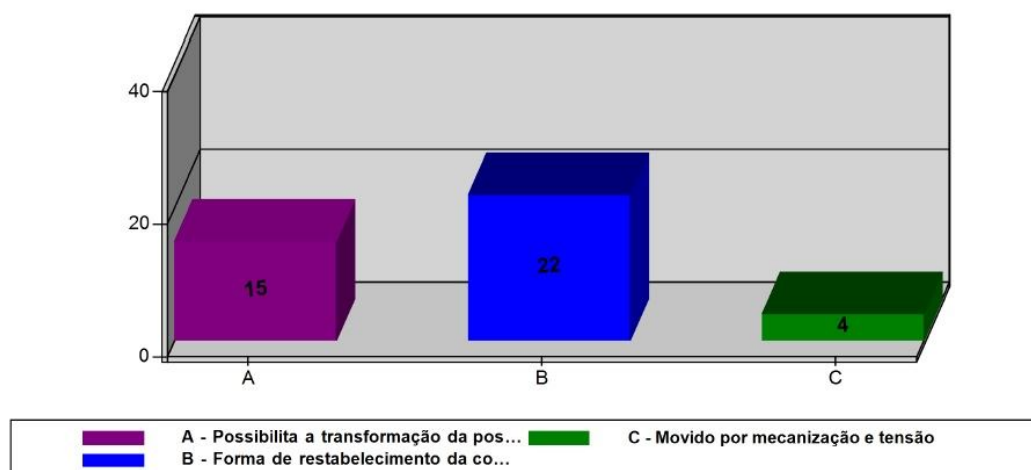
O discurso da categoria C sobre a observação da mediação em um campo de atuação interdisciplinar, vem possibilitar a compreensão da dinâmica do conflito nas relações familiares, reforçando a ideia da mediação enquanto uma arte dialética, (DADVI-JOUGNEAU, 1988), como proposta inovadora de pensar o lugar do Direito na cultura complexa, ao superar o imaginário do normativismo jurídico. O fato da mediação familiar se ocupar de conflitos em que há relações preexistentes, o saber está sempre em construção, assim como os afetos e as relações humanas configurando um processo dialético, no qual tudo está em constante movimento, partindo de um processo de democratização vivenciado pela sociedade e pelas instituições e leva à transformação das relações sociais a partir de uma compreensão que se aprofunda através de diálogos cada vez mais amadurecidos.

Pergunta 6: Para atender ao objetivo de “avaliar, se com a mediação, enquanto prática para a facilitação do diálogo entre as partes, possibilita o (re)estabelecer da comunicação”, foram colhidos depoimentos que responderam a seguinte questão: O que você tem a dizer sobre o diálogo (conversa), que é realizado entre os participantes, durante a mediação?

**Tabela 8 – Frequência das categorias relativas a questão 06**

		(n)	FREQUÊNCIA RELATIVA (IDEIAS)	FREQUÊNCIA RELATIVA (ENTREVISTADOS)
PESQUISA	A Mediação no Campo Jurídico: Uma alternativa à resolução dos conflitos familiares: Natal			
6 - O que você tem a dizer sobre o diálogo (conversa), que é realizado entre os participantes, durante a mediação?				
A - Possibilita a transformação da postura confrontativa em postura cooperativa que modela e qualifica a relação		15	36.59 %	44.12 %
B - Forma de restabelecimento da comunicação, na busca de uma solução pacífica para o conflito		22	53.66 %	64.71 %
C - Movido por mecanização e tensão		4	9.76 %	11.76 %
TOTAL DE IDEIAS		41		
TOTAL DE ENTREVISTADOS		34		

Fonte: DSCSoft

**Gráfico 15 – Distribuição das Categorias do DSC da questão 06**

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados categorizados em forma de DSC, utilizando o *DSCsoft*. Dados originados de pesquisa de campo realizada em 2016/2017.

Para a pergunta 6, as categorias identificadas e seus respectivos percentuais de frequência de resposta foram: A – Possibilita a transformação da postura confrontativa em postura cooperativa que modela e qualifica a relação (36,59%); B – Forma de restabelecimento da comunicação, na busca de uma solução pacífica para o conflito (53,66%); C – Movido por mecanização e tensão (9,76%).

#### **DSC da Categoria A - Possibilita a transformação da postura confrontativa em postura cooperativa que modela e qualifica a relação**

[Na minha opinião] o que dá início ao conflito e acirra são as mágoas, os ressentimentos, os relacionamentos mal resolvidos, as atitudes provocativas, a falta de respeito e de diálogo, e não necessariamente, por exemplo, as dificuldades econômicas e/ou sociais, como a baixa renda ou o desemprego, no caso de pensão alimentícia. [...] O momento da mediação passa a ser o momento em que as partes têm a oportunidade de falar o que não foi possível antes. [...] é que se mostram mais receptivas às questões e interesses do outro, mostram-se dispostas a um acordo, e assim chegam a um consenso. - A conversa (iniciativa) merece elogios, contando com pessoas que usam de bastante tato ao conduzir a mediação. Ao invés de investir na jurisdição comum, investem nas técnicas, ocasionando, por vezes, satisfação do usuário, uma forma de empoderamento e cultura. Muitas vezes não é a resolução do conflito o mais importante e sim a oportunidade de ouvir e ser ouvido que tem desdobramentos concretos nas vidas das pessoas. O diálogo realizado entre os participantes favorece a consciência dos fatores determinantes do conflito com vistas ao seu entendimento pelos envolvidos na busca da solução justa a ser encontrada pelos próprios envolvidos. É exatamente o que se pretende na mediação, a fim de identificar os reais interesses e construção de soluções. Um aspecto positivo, que demonstra interesse em



falar, trocar, aprender e entender o lugar do outro. - É muito importante, pois através dessas conversas que são revelados os interesses e sentimentos envolvidos no conflito. A intenção é empoderar o indivíduo. Quando é deles a solução, o compromisso com a efetivação do acordo é mais robusto. E é nesse diálogo que se pode identificar as questões que realmente merecem a atenção, e que podem não estar nos autos do processo. Dar o poder decisório aos requerentes é tirar do judiciário a tarefa hercúlea e ingrata, e diria impossível, de decidir acertadamente a vida dos outros, como se fossem todos incapazes. Ao se ouvirem de forma neutra, com uma visão prospectiva de suas necessidades, os interessados observam claramente que seus desejos são harmônicos, são possíveis de serem satisfeitos conjuntamente com a possibilidade de iniciar o processo de identificação das causas, compreensão das posições adotadas e a compatibilização dos interesses, culminando na resolução dos conflitos. Dessa feita, a comunicação é restabelecida, podendo ocasionar o fim do litígio na mesa de mediação, com o restabelecimento afetivo. A mediação na maioria das vezes consegue restaurar a harmonia e a paz entre as partes envolvidas, pois o trabalho do mediador é principalmente nas interrelações. Se reestabelece a compreensão mútua, com a oportunidade de esclarecer determinadas situações e assim as partes poderem ressignificar determinadas vivências, adotando uma postura mais pacífica não só em relação ao “adversário” daquele conflito, mas também em relação a novos conflitos que surjam nas suas relações sociais. - EC2: (M13 – A3 – J8 – M14 – M4 – J2 – M19 – A1 – J3 – M5 – M10 – M6 – M1 – M7 – M8)

A mediação apresenta objetivos que estão intrinsicamente conectados a sua respectiva finalidade. No discurso acima o restabelecimento da comunicação é a ideia apontada nas falas. O diálogo como um ponto de ligação e de reestabelecimento das relações existentes que foram perdidas em virtude do conflito, possibilitando a transformação da postura confrontativa em postura cooperativa. Uma postura educativa e de desenvolvimento de habilidades sociais no enfrentamento de situações adversas (PINTO, 2001).

Um aspecto importante é a escuta, conforme Mourret (1999) como atividade profissional, porque possibilita a decodificação e a aplicação, que representa uma importante estratégia para o mediador. O discurso mostra de forma transparente a ideia de que a mediação é uma possibilidade de transformação cultural de situações conflitivas entre pessoas, grupos e instituições. Mudança paradigmática ocorre em virtude do abandono de alternativas que interiorizam o litígio e, em contrapartida, buscam a cultura que valoriza o diálogo.

Conviver uns com os outros é um contínuo exercício de diálogo. Quando se rompe o diálogo, inviabiliza-se a possibilidade da convivência em geral e, em particular, de resolução de conflitos, seja diretamente entre as partes que se enfrentam, seja por meio de terceiros que se coloquem como mediadores ou, ao menos, intermediários (UNESCO, 2010)

Na categoria B o diálogo é sugerido como busca de solução pacífica

**DSC da Categoria B - Forma de restabelecimento da comunicação, na busca de uma solução pacífica para o conflito**

[No meu entendimento] o cerne da mediação é o diálogo, principalmente nos conflitos familiares, onde se busca não só a resolução do processo judicial, mas também a aproximação dos participantes da relação familiar. A comunicação é o meio mais hábil a transformar o conflito existente entre as partes, buscando a verdadeira solução pacífica. Se concretiza como um dos instrumentos dessa técnica, na qual deve ser estimulada da melhor forma possível, visando o objetivo maior que é a solução do conflito. Importante.[...] na mediação é esclarecido que a comunicação deve ser colaborativa, direcionando para a solução do conflito, o que facilita a restauração da relação entre as partes. Deve ser realizado da forma mais tranquila possível para as partes, com o uso das técnicas adequadas da mediação. Fazer com que as partes conversem e aí possam verdadeiramente expor os seus interesses e com isso haver a identificação dos conflitos reais, buscando o diálogo, como algo mais importante em todo o processo. Contudo, após a aplicação das técnicas de mediação pelo facilitador, a tendência é que elas se acalmem, reflitam e, em muitos casos, consigam até restabelecer o diálogo rompido pelo conflito. Em muitos dos conflitos a solução é encontrada apenas no ouvir. Escutar um ao outro é o foco da mediação na busca do restabelecimento da comunicação saudável e construtiva. Na maioria das vezes, os conflitos se originam quando o diálogo se perde, de forma que o primeiro passo para resolução daqueles é o restabelecimento da comunicação entre as partes. É fundamental que o diálogo entre as partes seja favorecido; bem como a oportunidade de fala, própria de cada um; tanto durante as sessões individuais, quanto em sessões conjuntas. O diálogo [restabelecimento da comunicação] é necessário e significativo, pois é justamente o objetivo da Mediação, antes mesmo do acordo propriamente dito. Através de silêncios e uma comunicação transformadora, é possível que aquilo que realmente era de interesse possa emergir através de fragmentos contidos no discurso manifestado pelos interessados. A melhoria do processo de comunicação entre as partes é o principal objetivo da conciliação/mediação de família. O diálogo é mediado justamente para que se construa uma nova forma de se relacionar, de ver o conflito. Oportunidade de dialogar durante a mediação é um grande passo para restabelecer a comunicação entres os autores do conflito. O discurso, desenho da sessão de mediação fala das partes, linguagem verbal e não verbal. Sim [como] objetivo da ação comunicativa. É o instrumento mais relevante do processo de mediação, pois ser essa a questão principal dos conflitos, a falta de comunicação entre os participantes. O diálogo é de suma importância na mediação justamente para que sejam observados e identificados os interesses e questões para que dessa forma se auxilie no encontro da resolução do conflito. (M12 – A5 – J1 – J4 – A4 – M15 – M14 – J5 – J6 – M4 – J7 – M9 – J2 – M18 – M20 – M17 – M2 – M3 – M1 – M7 – M11 – M8)

A oportunidade de dialogar durante a mediação é um grande passo para restabelecer a comunicação entres os autores do conflito. Não cabendo portanto, a mediação, efetuar cortes temporais ou buscar verdades reais e únicas, ao

desenvolver o papel no sentido tão somente de pôr em contato os conflitantes, facilitando a comunicação direta entre eles. Por conseguinte, a mediação trabalha com um novo paradigma no qual os conflitos são entendidos como acontecimentos que fazem parte de eventos comunicativos, mediante procedimentos verbais e não verbais de fluxo constante que permitem conhecer, reconhecer e estimular formas de operar pelas quais as partes possam transformar suas realidades sociais (SPENGLER, 2016). A teoria da ação comunicativa, nessa discussão, é considerada o princípio de uma teoria da sociedade, uma teoria sociológica (HABERMAS, 2012), tendo em vista que a sociologia seria a única ciência a manter ainda conexões globais, trocando conhecimentos de forma efetiva com outras ciências e mostrando-se sensível a problemas de outra ordem que não os de descrição da sociedade.

É necessário produzir novos procedimentos que propiciem um acesso à Justiça pelo agir comunicativo, pelo exercício partilhado da autonomia, pela força transformadora do diálogo. Segundo Habermas (2012) reforça as concepções do paradigma da linguagem e da racionalidade comunicativa, levando em conta uma compreensão da sociedade moderna e a funcionalidade dos sistemas sociais. Uma teoria do agir comunicativo que considere o contexto da modernidade, notadamente o aumento da complexidade sistêmica, em que os sistemas sociais estão fechados ao mundo circundante, buscando uma reconstrução da legitimidade no Direito, baseada na liberdade comunicativa dos cidadãos, através de uma linha de pensar socialmente, na proposta de uma reconstrução do sistema de direitos, os quais devem ser compreendidos não apenas como liberdades de ação subjetivas, mas também um modo pelo qual se confrontam os participantes com expectativas normativas relacionadas ao bem da comunidade.

Portanto, o que pode ser compreendido é a linguagem através de uma liberdade comunicativa conectada ao uso dessa linguagem, orientada para o entendimento; o uso, portanto, dependendo de maneiras de comunicação asseguradas juridicamente e de processos discursivos de decisão. A proposta de Habermas (2012) em relação a esse contexto diz respeito a focalizar a linguagem como meio precípua à integração da sociedade. Partindo dessa premissa, Habermas analisa o papel do Direito moderno, como um eixo de ligação entre os meios sistêmicos e o mundo da vida.

No DSC da categoria B é acentuada a capacidade de ouvir, mostrando que o diálogo só se torna possível através do ouvir um ao outro. Dessa forma se pode alcançar uma solução pacífica.

### **DSC da Categoria C - Movido por mecanização e tensão**

Em regra, de início, as discussões entre as partes são acaloradas, polarizadas, especialmente porque é a primeira vez que elas têm a oportunidade de falarem sobre os fatos e também sobre os seus sentimentos. Apesar de muitas vezes serem tensos, monótonos e repetitivos, algo mecânico, sem uma análise aprofundada de cada caso, são difíceis, trazem à tona minúcias necessárias para se conduzir a mediação e chegar a resolução do conflito e é de extrema importância que ocorra, pois possibilita que as partes se entendam e possam, elas mesmas, chegarem a um acordo e iniciarem um diálogo sem ou com menos rispidez. Por vezes, as sessões podem ser encontradas de forma monótonas repetitivas. [A mediação pode se tornar] pouco produtiva e mecanizada em razão da metodologia estabelecida num processo de mediação. Quando há uma condução pautada numa escuta atenta e respeitosa, e há real interesse na resolução do conflito é possível iniciar a construção de um diálogo produtivo. (A2 – J7 – M21 – M16)

Da mesma forma, a exemplo do verificado em outros sistemas jurídicos, a experiência brasileira tem demonstrado que a efetividade da mediação depende das necessidades das partes em conflito, dos valores sociais ligados às questões em disputa e, principalmente, da qualidade do programa de formação dos mediadores. Para ser adequadamente desenvolvido, o programa de mediação deve contar com um bom treinamento dos mediadores e conferir oportunidades para a participação dos envolvidos no processo, sob pena de não alcançar a tão almejada satisfação dos usuários.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa busca não foi linear, ao achar e procurar, através dos capítulos anteriores entre cenários históricos e sociais, na busca investigativa sobre a Mediação no Campo Jurídico: Arte e técnica como alternativa à resolução de conflitos familiares, refletindo sobre a proposta da mediação aplicada para superar o imaginário do normativismo jurídico, diante das práticas sociais da mediação configurando-se em um instrumento de exercício à autonomia, à cidadania e à democracia. É justamente isso que propõe a mediação: a possibilidade de um processo inovador nos conflitos familiares, através do diálogo a amadurecimento nas relações.

Nos estudos sobre a evolução social dos grupos sempre se constataram, na sociedade, dois caminhos para administrar conflitos: pela natureza pacífica da relação e pelo confronto, em ambiente contencioso mediante a imposição do resultado pelo Estado.

Por isso, a mediação é, essencialmente, um procedimento democrático, como possibilidade positiva de evolução social, porque rompe, dissolve, o marco de referência da certeza determinados pelo conjunto normativo, postos e expostos de forma hierarquizada.

A luta pelo acesso à justiça no Brasil ainda é uma luta que reflete a extrema exclusão social que o país enfrenta. Seja pelo custo do sistema judiciário, seja pelo seu tamanho. Em uma sociedade cada vez mais complexa, plural e multifacetada, produtora de demandas intermináveis, é inegável que a normatização jurídica da vida em sociedade requer uma análise e transcendência do discurso jurídico tradicional fundado na simples análise legislativa e no estudo de conceitos jurídicos abstratos. O direito, como área específica e isolada, sendo levado apenas a uma técnica forense, já não consegue cumprir sua função social, e especialmente com o advento da Política Pública de Reforma do Judiciário, que apresenta um caráter interdisciplinar, teve a necessidade de dialogar com outros campos.

A crise institucional da Justiça, a qual é impulsionada por sua morosidade e ineficiência origina insegurança jurídica como também gera o comprometimento da imagem do Poder Judiciário. A mora judicial prejudica diretamente os cidadãos, ávidos por respostas às questões submetidas ao crivo da Justiça. Apesar da ocorrência da Reforma do Poder Judiciário brasileiro, cujo marco inicial se deu com

a publicação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e da criação do CNJ que instaurou plano de metas gerenciais e implementou medidas para o alcance de maior eficácia na prestação jurisdicional fundadas no princípio da razoável duração dos processos e privilegiou uma gestão mais eficiente.

Diante dessa realidade vivenciada pelos cidadãos, o acesso à justiça no modelo tradicional, que tende a buscar a solução final ao resolver apenas a crise jurídica, deixa em aberto impasses de outras naturezas, como os aspectos sociológicos do conflito.

Em relação à busca de meios que sanem efetivamente as controvérsias é inegável a evolução normativa no cenário brasileiro: a Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça exerceu importante papel ao instituir a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos, criando bases para o desenvolvimento no âmbito judiciário da conciliação e da mediação.

Recentemente, o CPC (Lei nº 13.105/2015) e a Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015) trouxeram previsões que contemplam os meios consensuais em posição de destaque instituindo, inclusive, a audiência de conciliação e mediação como etapa essencial do processo judicial, constituem um marco inicial para redimensionar a atuação do Poder Judiciário junto à sociedade ao lidar com os conflitos de modo menos contencioso.

Nesse contexto, a família enquanto uma instituição social vem sendo transformada ao longo da história, permeada por cenários conectivos de relacionamentos sociais distintos, que inevitavelmente podem enfrentar situações de conflito, justificando a aplicabilidade da Mediação, que envolve toda uma dimensão de possibilidade de inovação de dialogar o conflito, entendendo o conflito como algo natural, um fenômeno que constitui parte essencial nas relações.

Em decorrência dessa mudança de perspectiva, é que se passa a responder positivamente ao conflito, usando as oportunidades que ele represente de mudar e transformar, contribuindo a um redimensionamento do conflito, como conjunto de condições psicológicas, culturais e sociais, de modo a desenvolver a cidadania e autonomia para a construção de consensos e promoção da cultura de paz.

A pesquisa de campo com realização no CEJUSCs/Natal e NUPEMEC/Brasília, através de aplicações de questionário junto aos operadores da justiça, permitiu analisar as representações sociais relativas à Mediação no Campo Jurídico, diante de resolução de conflitos familiares.

Diante dos resultados encontrados, os operadores da justiça, entenderam o conflito em definições distintas: rupturas vivenciadas pelos indivíduos; processo dinâmico de interação humana; reivindicação de justiça e resultado de polarização de comunicação, fato justificador da ideia do conflito como um fenômeno natural da relação social, uma oportunidade de resgatar relações que sofreram polarização na comunicação.

Quanto à Política Nacional que trata sobre a resolução de conflitos no Judiciário, sinalizaram a importância da mesma, como uma garantia de acesso à justiça, fruto de uma mudança de postura radical e significativa, sendo um avanço para o Poder Judiciário, diante da possibilidade de construção de uma nova cultura de tratamento do conflito, decorrente da crise de identidade e eficiência vivida pelo Judiciário.

Com a proposta advinda da Reforma do Judiciário, pela Resolução 125/2010, que determinou a instalação dos CEJUSCs, enquanto órgãos representativos do Judiciário, com a missão de disciplinar e tornar viáveis os modelos de resolução de conflitos, sob uma nova visão de jurisdição, atuando na oferta de espaços para o estabelecimento de práticas que favoreçam o diálogo, com fins de adequar soluções pacíficas nas situações conflitantes.

Considerando a importância da Mediação nos conflitos familiares, entendem que a prática da mediação tem como interesse possibilitar as partes na solução do conflito, restabelecendo melhor o convívio familiar, proporcionando um diálogo entre as partes, possibilitando espaços de reflexão e ressignificação de posturas.

Enquanto uma figura de caráter híbrido, a Mediação possibilita uma atuação essencialmente interdisciplinar, com o aporte de diversas áreas de conhecimento que se utilizam de um modelo interpretativo com mediadores pautando sua prática ao criar um ambiente que priorize o presente e o futuro, no auxílio de pessoas em conflito a encontrarem suas próprias respostas, conhecerem melhor a dinâmica da interação e terem consciência dos seus reais interesses e necessidades.

Ao se questionar a mediação enquanto prática para a facilitação do diálogo, propiciando o (re)estabelecimento da comunicação, identificou-se a possibilidade da transformação da postura confrontativa em prática cooperativa que modela e qualifica a relação, buscando na comunicação o meio mais hábil de transformar o conflito existente entre as partes. Apesar de apresentar considerações positivas de

sua aplicabilidade, por vezes, a mediação, se não for bem aplicada, pode se tornar um momento de tensão, pouco produtiva e mecânica, não reduzindo o conflito.

Nesse ponto, a teoria da ação comunicativa possibilitou-nos perceber que a modernidade potencializou práticas como a mediação. Mas o desafio consiste em organizar a compreensão do conflito, interpretando e transformando, tendo em vista levar ao consenso. Somente assim, a mediação surge como uma revolução transformadora na resolução de conflitos, com a possibilidade de reconstrução simbólica do conflito e emancipação do sujeito, diante de um refazer permanente.

A mediação, quando atinge seus objetivos, acaba por se tornar um espaço de reencontro, porque fundamentada na arte do diálogo para tratar dos conflitos, oferece uma proposta inovadora não só ao Direito, mas à sociedade em geral.

Afinal, podemos afirmar que a Mediação trata das lides sociológicas, com uma abrangência ampla, ao tratar de relações continuadas nas famílias, exigindo uma compreensão de ligação, de conexões do espaço social, e a necessidade de um amadurecimento psicosocial nas relações dos conflitantes, tendo em vista a igualdade de direitos entre as pessoas, assim como a proteção judiciária a elas devida.

Portanto, o elemento principal à compreensão da mediação está na formação de uma cultura de pacificação, em oposição à cultura hoje existente em torno da necessidade de uma decisão judicial para que a lide possa ser resolvida, mas em contrapartida vem surgindo a necessidade de se encontrar mecanismos que possibilitem uma convivência comunicativamente pacífica.

A transição cultural que precisa empreender no momento atual, da cultura adversarial para a consensual, sem sombra de dúvida, é o maior desafio do Poder Judiciário no momento atual. Uma cultura baseada na autocomposição, além da conciliação, onde o conflito exposto pelas partes é resolvido sem uma análise profunda, levando ao objetivo unicamente do acordo para evitar ou encerrar processo judicial.

Por sua vez, a mediação envolve uma diversidade de questões, como garantias de direitos, estabelecimentos e manutenção de valores, surgindo a possibilidade de resolver de forma mais humana os conflitos, com uma visão prospectiva de suas necessidades, em um diálogo favorecendo a consciência de seus fatores determinantes. Diferentemente da conciliação, que trabalha unicamente para a busca de um acordo de forma mecanizada, para evitar o processo judicial ou



para nele pôr um final, se existe, com a presença do conciliador que sugere, interfere, aconselha.

Na mediação, o mediador facilita a comunicação sem induzir as partes ao acordo. Possibilidade ocorre porque a mediação não é uma ciência, mas uma arte, que decompõe e desdramatiza o conflito, em suas práticas sociais.

Essa possibilidade ocorre porque a mediação não é uma ciência, mas uma arte, que decompõe e desdramatiza o conflito, em suas práticas sociais, oferecendo uma proposta inovadora de pensar o lugar do direito na cultura complexa, multifacetada e emergente, na perspectiva de uma verdade consensual que se opõe à verdade processual. Enquanto ética de alteridade, a mediação procura recuperar o respeito e reconhecimento da integridade do outro, com a presença do mediador, partilhando de um espaço comum e participativo, com ênfase no diálogo, buscando o amadurecimento nas relações e nos conflitos, não se resumindo apenas à efetivação de acordos, mas também e sobretudo na busca pela melhoria da comunicação entre as partes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia. **Caixa de Ferramentas em Mediação**: Aportes Práticos e Teóricos. São Paulo: Dash, 2014.

ALVES, Roosenberg Rodrigues. **Família Patriarcal e Nuclear**: Conceito, características e transformações. Disponível em: <[https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09\\_RoosembergAlves.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_RoosembergAlves.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2017.

ARANTES, Rogério Bastos. **Judiciário: entre a Justiça e a Política**. In: Lucia Avelar; Antonio Octavio Cintra. (Org.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. 2 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: F Konrad Adenauer; Editora UNESP, 2007, p. 81-115.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Família, **democracia e subjetividade**. ORG & DEMO, Marília, v.9, n.1/2, p. 111-124, jan./dez., 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/55/232>>. Acesso em: 06 jul 2017.

AREDNT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p.31.

BALTAZAR, Maria da Saudade. **(Re)pensar a Sociologia dos Conflitos**: a Disputa Paradigmática entre a Paz Negativa e/ou a Paz positiva. Revista Nação e Defesa. N. 116, 2007. Pp. 157-185. Disponível em: <[https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1223/1/NeD116\\_MariaSaudadeBaltazar.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1223/1/NeD116_MariaSaudadeBaltazar.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2018

BARBOSA, ANNA CHRISTINA FREIRE. **Lei Maria da Penha**: Da convivência com as práticas do sistema de justiça no submédio do Vale do São Francisco. Natal, 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

BARBOSA, Águida Arruda. **Mediação familiar interdisciplinar**. São Paulo: Atlas, 2015.

BARROSO, Luis. Roberto. **Ano do STF**: judicialização, ativismo e legitimidade democrática. Disponível em: <[http://www.conjur.com.br/2008-dez-22/judicializacao\\_ativismo\\_legitimidade\\_democratica](http://www.conjur.com.br/2008-dez-22/judicializacao_ativismo_legitimidade_democratica)>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BAUMANN, Zygmunt. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004

BOLZAN DE MORAIS, José Luis; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e arbitragem**: alternativas à jurisdição. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012

BOURDIEU, Pierre. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRAGA NETO, Adolfo. **Mediação**: uma experiência brasileira. São Paulo: CLA Editora, 2017.

BRASIL. Lei dos Juizados Especiais. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília. 27 set. 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm)>. Acesso em: 04 mar. 2016

BRASIL. Código de Processo Civil. Lei Nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília. 17 mar. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 125/2010**, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=156>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório Justiça em números 2017**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros/relatorios>>. Acesso em 15 out. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) . Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Lei de Mediação. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília. 27 jun. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2015.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 45 de 30 de dezembro de 2004. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília. 31 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2017.

BUCCI, Maria Paula Dallari O conceito de política pública em direito. In: Bucci, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUSH, Robert A. Baruch e FOLGER, Joseph P. Mediação Transformativa e intervenção de terceiros: as marcas registradas de um profissional transformador. In: SCHNITMAN, Dora Fried.; LITTELEJOHN. S. (Org). **Novos paradigmas em Mediação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. pp. 85-100.

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. **Mediação nos conflitos & Direito de Família**. Curitiba: Juruá, 2003. p. 27.

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da mediação e da conciliação**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988.

CAPPELLETTI, Mauro. “Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à Justiça”. In: Revista de Processo nº 74, p. 82-97, 1994.

CARBONNIER, Jean. **Sociologia Jurídica**. Madrid: Editorial Tecnos. 1982.

CHARBONNEAU, Paul Eugène. **Educar**: problemas da juventude; diálogo de gerações. São Paulo: Círculo do Livro. 1973.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1999.

COSER, Lewis A; BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

CINTRA, Antonio Carlos Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 30 ed. São Paulo: Malheiros. 2014.

COLLINS Randall. **Quatro Tradições Sociológicas**. Tradução: Raquel Weiss. – Petrópolis, RJ; Ed. Vozes. 2009.

DADVI-JOUGNEAU, Maryvonne. **La médiation familiael**: um art de la dialectique in Médiation familiale regards croisés et perspectives. Annie Babu et col. France. 1998.

DESASSO, Alcir. Juizado Especial Cível. Um estudo de caso. In: SADEK, Maria Tereza (Org.). **Acesso à Justiça**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

DHARENDORF, Ralf. **A nova liberdade**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1979.

DINAMARCO. Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. 4. ed. V. 1. São Paulo: Malheiros, 2004.

DONATI, Pierpaolo; SACABINI, Eugênia. **Nuovo lessico familiare**. Milano: Vita e Pensiero, 1995.

DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI**: Abordagem relacional. São Paulo: Paulinas, 2008.

DEUSTCH, Morton. **A Resolução do Conflito**: processos construtivos e destrutivos. New Haven (CT) Yale University Press, 1977 – traduzido e parcialmente publicado em AZEVEDO, André Gomma de (org.) Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Brasília: Grupos de Pesquisa, 2004. v. 3

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 12 ed. New Jersey: Pearson, 2008.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994, v. I. 277 p.

ENTELMAN, Remo F. **Teoría de conflictos**: hacia um nuevo paradigma. Barcelona: Gedisa, 2002.

FISAS, Vicenç. **Cultura de Paz y Gestión de Conflictos**. Barcelona: Ediciones UNESCO, 4 ed. 2004.

GALTUNG, J. **Cultural violence**. Journal of Peace Research. Manoa, v.27, n.3, p.291-305, ago. 1990.

GANANCIA, Danièle. **Justiça e Mediação Familiar**: uma parceria a serviço da coparentalidade. Revista do Advogado. São Paulo, n.62, p.7-15, mar. 2001.

GARAPON, Antoine. **O Juiz e a Democracia**: o guardião das promessas. Tradução: Maria Luiza de Carvalho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2001.

GARAPON, Antoine; ALLARD, Julie. **Os Juízes na Mundialização**. A nova revolução do direito. Instituto Piaget: Lisboa, 2005.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo : UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Unesp. 1993

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. 2 ed. Rio de Janeiro: Record. 2000.

GONTIJO, Juliana. **A família em mutação**. 2008. Disponível em: <[http://www.miniweb.com.br/Cidadania/Temas\\_Transversais/familia\\_mutacao.pdf](http://www.miniweb.com.br/Cidadania/Temas_Transversais/familia_mutacao.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2017.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Novas Tendências do Direito Processual**. 2 ed, São Paulo: Forense Universitária, 1990, p. 177

GROENINGA, Giselle Câmara. **A Contribuição da Mediação Interdisciplinar** – Um Novo paradigma para a Conciliação. Revista do TRT da 2ª Região, São Paulo, n.8/2011, p. 29-70. Disponível em: <<https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/78840>>. Acesso em: 08 out. 2016.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. **Das necessidades humanas aos direitos**: ensaio sobre sociologia e filosofia do direito. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

HALE, Durval; PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **O marco legal da mediação no Brasil**: comentários à lei 13.150, de 26 junho de 2015. São Paulo: Atlas, 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre a facticidade e a validade. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, v.1.1997.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir comunicativo**. V.1: Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir comunicativo**. V.2: Sobre a Crítica da Razão Funcionalista.. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G., SALM, J. F. (Orgs). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília-DF, UNB, 2009.

HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

LEDERACH, John Paul. **A Imaginação Moral**. Arte e alma da construção da paz. Tradução de Marcos Fávero Florence de Barros. São Paulo: Palas Athena, 2011.

LEFEVRE, Ana Maria Cacalcanti.; LEFEVRE, Fernando. **Depoimentos e discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Liber Livro Ed. 2005.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O sujeito coletivo que fala**. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 10. N.20. p. 517-524. Jul/dez. 2006.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti; MARQUES, Maria Cristina Costa. **Discurso do Sujeito Coletivo, complexidade e auto-organização**. Ciências e Saúde Coletiva. 2009.

LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti; LEFEVRE, Fernando. **O discurso do sujeito coletivo: uma abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUC, 2010.

MARODIN, Marilene. **Mediação Familiar**: Especificidades, procedimento de intervenção e Peculiaridades na Capacitação do Mediador. Mediação de Conflitos para Iniciantes, Praticantes e Docentes. Coordenação: Tania Alemeida. Samantha Pelajo. Eva Jonathan. Salvador: JusPodivm, 2016. P. 441

MARTINELLI, Dante Pinheiro; ALMEIDA, Ana Paula. **Negociação e solução de conflitos**: Do impasse ao ganha-ganha através do melhor estilo. São Paulo: Atlas, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONDACA, Raúl Ortega; ÁVALOS, Eric Carafi. **Estrategias de Resolución Alternativa de Conflictos Escolares**. Universidad de Chile. 2010.

MOORE, Christopher. W. **O processo de mediação**: estratégias práticas para a resolução de conflitos. Trad. Magda França Lopes. - 2.ed. - Porto Alegre: Artmed, 1998.

MORAIS, José Luiz Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e arbitragem**: alternativa à jurisdição. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

MORAIS, Jose Luis Bolzan de; VALLE BRUM, Guilherme. **Políticas públicas e jurisdição constitucional**: entre direitos, deveres e desejos. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2016.

MOREIRA, Carlos Diogo. **Planejamento e Estratégias da Investigação Social**, Lisboa: ISCSP, 1994.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOURET, Jacqueline. **Médiation Familiale**. Une Culture de Paix. França:Ed. Ateliers de La Licorne, 1999.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. Trad. de Agemir Bavaresco e Alceu Ferraro. Pelotas: Educar, 2002.

OLIVEIRA, Vanessa Elias; CARVALHO NETO, Ernani. A Judicialização da Política: um tema em aberto. **Política Hoje** **Revista do Mestrado em Ciências Políticas da UFPE**, Brasil, v. 1, n. 15, 2006. Disponível em <<http://politica hoje.com/ojs/viewarticle.php?id=101>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego**: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PETRINI, João Carlos. **Mudanças sociais e familiares na atualidade**: reflexões à luz da história social e da sociologia. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 8, 20-37., 2005. em <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/petrini01.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

PAUMGARTTEN, Michele Pedrosa; PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Os Efeitos Colaterais da Crescente Tendência à Judicialização da Mediação. **Revista Eletrônica de Direito Processual**: Periódico Semestral da Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Processual da UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. “Mediação: a redescoberta de um velho aliado na solução de conflitos”. In: Acesso à Justiça e efetividade do processo (coord. PRADO, Geraldo Luiz Mascarenhas). Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005

PINTO, Ana Célia Roland Guedes. **O Conflito Familiar na Justiça**: mediação e o exercício dos papéis. *Revista do Advogado*, n. 62. P. 64-71. São Paulo, mar. 2001.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito de Família**. 3 ed. São Paulo: Max Limonada, v.I. p.52. 1947.

REIMANN, Cordula. Towards. **Conflict Transformation**: Assessing the State-of-the-Art in Conflict Management – Reflections from a Theoretical Perspective, 2001. Disponível em: <[https://www.berghof-foundation.org/fileadmin/redaktion/Publications/Handbook/Articles/reimann\\_handbook.pdf](https://www.berghof-foundation.org/fileadmin/redaktion/Publications/Handbook/Articles/reimann_handbook.pdf)> Acesso em: 05 jul. 2017

ROMÃO, José Eduardo Elias. **Justiça Procedimental**: A Prática da Mediação na Teoria Discursiva do Direito de Jürgen Habermas. Brasília. Maggiore Editora, 2005.

ROSENBLATT, Ana; MARTINS, André. Mediação e Transdisciplinaridade. In: Almeida, Tania; Pelajo, Samantha; Jonathan, Eva (Org.) **Mediação de Conflitos para Iniciantes, Praticantes e Docentes**. Salvador: Ed.JusPodvim, 2016.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.



SANTOS, Maria. C. dos; QUEIROZ, M. de. **Mediação**: forma alternativa de resolução de conflito. In: SOARES, C. H. (Coord.). Conciliação, mediação e arbitragem: primeiras reflexões. Belo Horizonte: Poesias Escolhidas Editora, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficiência dos Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

SCHMIDT, João Pedro. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, Jorge Renato dos; LEAL, Rogério Gesta (Org.). **Direitos sociais e políticas públicas**: desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: Conceitos, esquemas, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013.

SEN, Amartya. **A Ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SERPA, Maria de Nazareth. **Teoria e Prática da Mediação de Conflitos**. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris. 1999.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

SIX, Jean François. **A Dinâmica da Mediação**. Trad. Águida Arruda Barbosa, Eliana Riberti Nazareth, Giselle Groeninga. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2001.

SMITH, Barry; SMITH, David. **The Cambridge Companion to Husserl**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Tempo, Direito e Constituição**: reflexos na prestação jurisdicional do Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SPENGLER, Fabiana Marion. SPENGLER, Theobaldo Spengler Neto. (Orgs.). **Mediação enquanto política pública**: o conflito, a crise da jurisdição e as práticas mediativas. 1.ed. - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Da Jurisdição à Mediação**. Por uma outra cultura no tratamento de conflitos. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação de Conflitos**: da teoria à prática. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

UNESCO. **Para um Mundo de Paz e Progresso**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127139porb.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2017.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manuel Palácios Cunha; BURGOS, Marcelo Baumann. **A Judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

WALTRICH, Dheimy Quelem. A mediação comunitária como instrumento democratizador da justiça. In: SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (Orgs.). **A mediação enquanto Política Pública** [recurso eletrônico]: o conflito, a crise da jurisdição e as práticas mediativas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012, p. 80-95.

WARAT, Luis Alberto. O ofício do mediador. In: MEZZAROBIA, Orides et al (coord.) **Surfando na pororoca**: O ofício do mediador. Florianópolis: Fundação Boiteux, vol.3, 2004. p.11-217.

WARAT, Luis Alberto. **Em nome do acordo**: A Mediação no Direito. Florianópolis: EModerna, 2018.

WATANABE, Kazuo. **Acesso à Justiça e Sociedade Moderna**. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel: WATANABE, Kasuo (Coord.) Participação e Processo. São Paulo: RT, 1988

WATANABE, Kazuo. A mentalidade e os meios de solução de conflitos no Brasil. In: **Mediação e Gerenciamento do Processo**. Ada Pellegrini Grinover; Kazuo Watanabe e Caetano Lagrasta Neto (coord.) São Paulo: Atlas, 2007.

WATANABE, Kazuo. Política Publica do Poder Judiciário Nacional para Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses. **Revista de Processo** (RePro). São Paulo: Ano 36, n. 195,p. 381-9. maio/2011.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Tradução Régis Barbosa; Karen Elsabete Barbosa. 3 ed, Brasília: Editora UnB, v.1. 1994

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Poder Judiciário**: crise, acertos e desacertos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

ZAMORRA y CASTILLO, Niceto Alcolá. **Proceso, autocomposición y autodefensa**. México: Ed. Universidad Autonoma Nacional de México. 2000.

**APÊNDICE 1**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
FORMULÁRIO DE ENTREVISTA**

**Cadastro do (a) entrevistado (a):**

Nome:

Nascimento:

Sexo:

Estado Civil:

Grau de Escolaridade:

Profissão:

Mediador (a): (                    ) Sim                    - Há quanto tempo? \_\_\_\_\_ (                    ) Não

**Questionário (Questões Abertas)****Questão 1** – Para você, o que é um conflito?**Questão 2** – Como você vê a política nacional que trata sobre a resolução de conflitos, no Judiciário?**Questão 03** – Para você, qual a atuação (papel) do CEJUSC?**Questão 04** – Qual a contribuição da mediação nos conflitos familiares?**Questão 05** – Para você, a mediação é considerada um campo de atuação interdisciplinar? Como você observa e explica?**Questão 06** – O que você tem a dizer sobre o diálogo (conversa), que é realizado entre os participantes, durante a mediação?